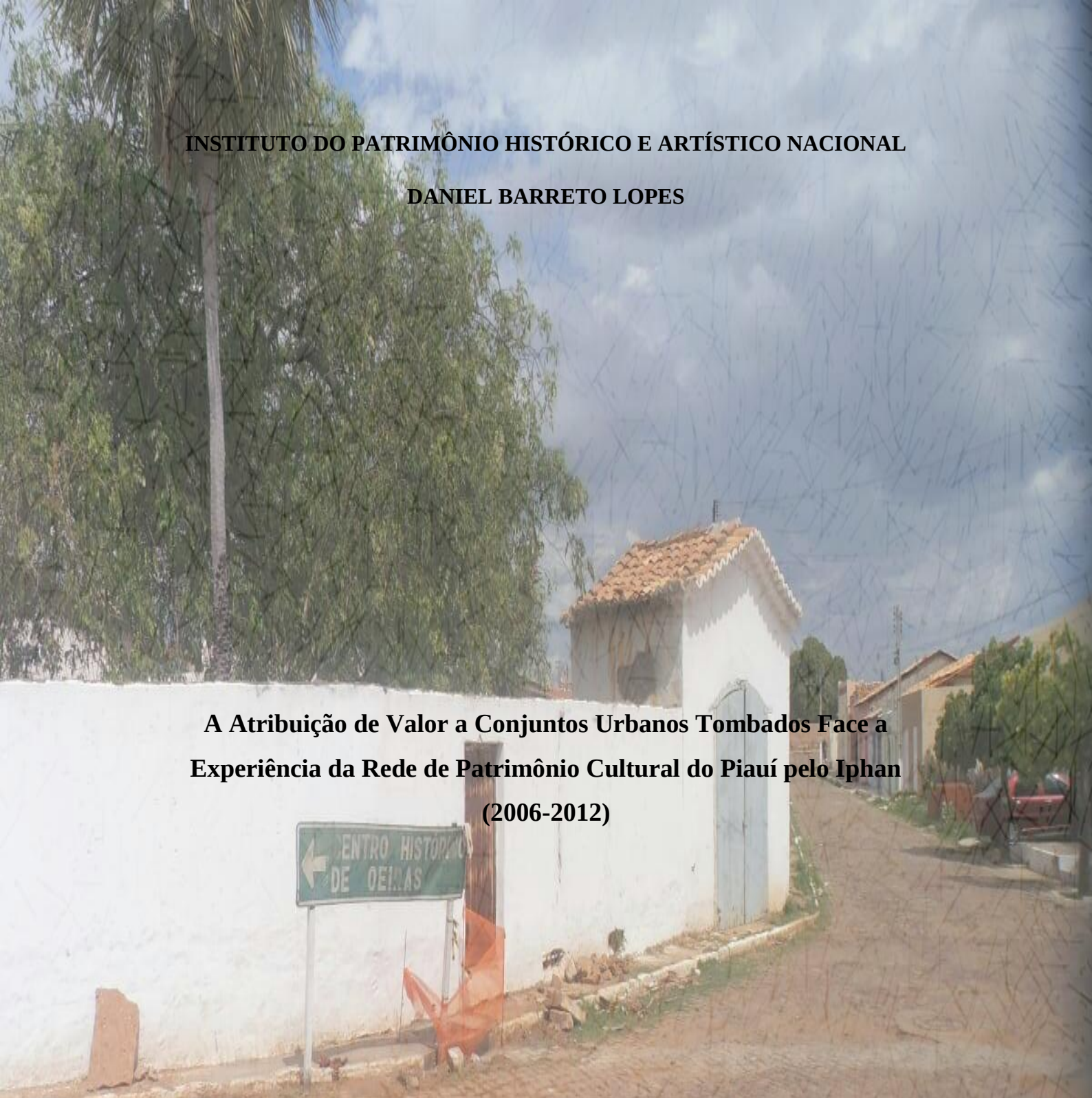
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DANIEL BARRETO LOPES



A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)

RIO DE JANEIRO

2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DANIEL BARRETO LOPES

A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Dr. Adler Homero Fonseca de Castro
Supervisora: Me. Celma do Carmo de Souza Pinto

RIO DE JANEIRO
2019

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de questões identificadas no cotidiano da prática profissional do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DF.

L864a Lopes, Daniel Barreto.
A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Rede de Patrimônio Cultural do Iphan (2006-2012) / Daniel Barreto Lopes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.

122 f.: il.

Orientador: Adler Homero Fonseca de Castro

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

1. Patrimônio Cultural – Conjuntos Urbanos. 2. Preservação. 3. Valor Cultural. 4. Tombamento. 5. Brasil - Política Cultural. I. Adler Homero Fonseca de. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 900

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Daniel Barreto Lopes

"A atribuição de valor a conjuntos urbanos face a experiência da rede de patrimônio cultural do Piauí (2006-2012)"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2019.

Banca examinadora

Professor Dr. Adler Homero Fonseca de Castro (orientador e presidente da Banca)

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti (PEP-MP/IPHAN)

Professora Dra. Cristiane Souza Gonçalves (INEPAC/RJ)

Ministério da Cidadania – MC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF
Centro Lucio Costa: Escola do Patrimônio – CLC
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL

No dia 08 de maio de 2019, às 14:00 horas, na sede do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP-MP), no Rio de Janeiro/RJ, a Banca Examinadora reuniu-se em sessão pública, a fim de avaliar a dissertação intitulada "A atribuição de valor a conjuntos urbanos face a experiência da rede de patrimônio cultural do Piauí (2006-2012)", apresentada pelo aluno DANIEL BARRETO LOPES como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros: Professor Dr. Adler Homero Fonseca de Castro (orientador e presidente da Banca), Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti do PEP-MP e Professora Dra. Cristiane Souza Gonçalves do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/RJ). Aberta a sessão pelo presidente da Banca, coube ao aluno, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação dentro do tempo regulamentar. Em seguida, o aluno foi questionado pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Em recinto privado, os membros da Banca deliberaram sobre a aprovação do aluno, que faz jus ao título de **Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural**, mediante o depósito final no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da defesa. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Professor Dr. Adler Homero Fonseca de Castro (orientador)

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti (PEP-MP/IPHAN)

Professora Dra. Cristiane Souza Gonçalves (INEPAC/RJ)

Ministério da Cidadania – MC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF
Centro Lucio Costa: Escola do Patrimônio – CLC
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

DECLARAÇÃO DE DEFESA

DECLARO, para os devidos fins, que DANIEL BARRETO LOPES, RG 2002010440582 SSPDS/CE, CPF 022.627.533-77, cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção do grau de **MESTRE EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**, tendo sido aprovado na defesa da dissertação intitulada "A atribuição de valor a conjuntos urbanos face a experiência da rede de patrimônio cultural do Piauí (2006-2012)", em 08 de maio de 2019, no curso de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconhecido pelo MEC por meio da Portaria nº. 978, de 26 de julho de 2012.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2019.

LIA MOTTA
Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN
Coordenadora de Formação Profissional do CLC/DECOF/IPHAN

Lia Motta
Coordenadora
Mestrado Profissional PEP/MP/IPHAN
Matrícula nº 222916

A Beth & Bené, meus pais.

A Ricardo Ney (*in memoriam*).

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a:

A meus pais, Benedito Lopes Santiago e Elisabete Barreto Santiago, por depositarem em mim toda a confiança, princípios e estrutura, que foram basilares para minha sustentação longe de casa.

Ao Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, que ainda como estudante da graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC, deu-me a oportunidade de estudar e iniciar-me no campo de pesquisa do patrimônio cultural juntamente com os amigos do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM do departamento de História da UFC, despertando meu interesse, importância e dedicação pelo patrimônio cultural.

À Celma do Carmo de Souza Pinto, que, mais do que supervisora, foi minha amiga e conselheira, com quem pude compartilhar e momentos de conversas alegres sobre minha trajetória de vida.

Ao Prof. Dr. Adler Homero Fonseca de Castro, que com sua generosa e criteriosa atenção pode me guiar pelos caminhos da escrita da dissertação. Com ele aprendi mais sobre a história do Iphan que não pude encontrar nas bibliografias recomendadas.

À Anna Eliza Finger, por ter apostado na abertura de uma vaga para historiador junto ao DEPAM e com isso possibilitar meu ingresso no Iphan. Gentilmente participou de minha banca de qualificação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos amigos que fiz no mestrado, em especial aos companheiros de apartamento e de passeios pelo Rio de Janeiro: Carlos Eduardo Macagi, Charles Santos, Jefferson Araújo e Cláudio Zunguene. Com eles dividi momentos especiais de amizade e de enorme aprendizagem.

Aos amigos que fiz em no Distrito Federal-DF, Gleice Rocha Araújo, Eduardo Costa Furtado e Cláudio Gomes Marçal, com quem partilhei as expectativas dos trabalhos e viagens através de conversas animadoras que fizeram sentir-me em casa no Distrito Federal.

Aos amigos de Fortaleza-CE, Mailson Bruno, Victor Nojosa e Juliane Santos Maciel, com quem dividi minhas experiências de mestrando, desde a minha viajem a

Brasília até o término do mestrado e os retornos a Fortaleza-CE. Grato pelo apoio e confiança.

A toda a coordenação do mestrado e seu corpo docente, pela luta, confiança e engajamento na manutenção do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-PEP/IPHAN, proporcionando a inserção no campo de estudos e trabalho do patrimônio cultural de pesquisadores de múltiplas áreas acadêmicas, vindo de todas as regiões do Brasil.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes por ter proporcionado vinte e quatro meses de bolsas de estudos, bem como auxílios pesquisas, que foram de suma importância para o amadurecimento da pesquisa e a divulgação desta nos espaços acadêmicos e lugares patrimoniais.

A todos os funcionários e técnicos que trabalham Iphan, em especial ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM, que me receberam voluntariosamente bem em seu local de trabalho, no mesmo espírito de compromisso em prol do patrimônio cultural brasileiro, que fez do Iphan umas das autarquias mais respeitadas e eficientes do Brasil.

E a Rafaela Marins Silva, pela beleza dos reencontros!

A diversidade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles.

Marc Bloch, *Apologie de l´histoire*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a abordagem de "Redes de Patrimônio" junto aos processos de tombamentos de conjuntos urbanos no estado do Piauí entre 2006 a 2012. Como metodologia de pesquisa, seleciono *a priori* a documentação referente aos processos de tombamentos dos Conjuntos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca, testemunhos do processo de ocupação e urbanização do território do sertão nordestino relacionado ao ciclo econômico da pecuária a partir do século XVII. Tais fontes impressas e digitalizadas possibilitaram a compreensão da experiência da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí como metodologias e abordagens de trabalho no campo do patrimônio cultural motivadas por demandas institucionais em prol da ampliação do patrimônio cultural no Brasil, bem como propostas de "atualização" das noções de patrimônio na contemporaneidade. A metodologia também engloba a realização de entrevistas com técnicos do Iphan que trabalharam diretamente com os processos de tombamentos dos conjuntos urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. Com os diversos olhares de quem vivenciou a construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, destacando e confrontando suas posições e olhares acerca dos usos do patrimônio.

Palavras-chave: Rede de Patrimônio; Conjuntos Urbanos; Atribuição de Valor; Escrita da História.

Abstract

The present work has the objective of analyzing the "Heritage Networks" approach to the registration processes of urban settlements in the heritage listings, in the state of Piauí, between 2006 and 2012. As a research methodology, I select a priori the documentation referring to the processes of registration of the Historical Sets and Landscapes of Parnaíba, Oeiras and Piracuruca, testimonies of the process of occupation and urbanization of the territory of the northeastern *sertão* related to the economic activities of the cattle raising, from the 17th century on. These printed and digital sources made it possible to understand the experience of the Cultural Heritage Network in Piauí as methodologies and work approaches in the field of cultural heritage motivated by institutional demands for the expansion of cultural heritage in Brazil, as well as proposals for "updating" notions of heritage in contemporary times. The methodology also includes interviews with professionals from Iphan who worked directly with the processes of registration of the urban groups of the Cultural Heritage Network of Piauí. With the various views of those who experienced the construction of the Cultural Heritage Network of Piauí highlighting and confronting their positions and outlooks about the uses of the patrimony

Keywords: Heritage Network; Urban Packages; Assignment of Value; Writing of History;

Lista de Ilustrações

Figura 1 – O Nordeste da Cana e do Gado

Figura 2 – Madeiramento em Carnaúba

Figura 3 – Casa de Fazenda Característica do Piauí, Construída na Segunda Metade do Século XIX

Figura 4 – Fábrica de Laticínios, Município de Campinas do Piauí

Figura 5 – Cidades Históricas Notificadas ou em Estudo

Figura 6 – Localização das cidades mencionadas na carta régia de 1761

Figura 7 – Mapa das Principais Cidades do Piauí

Figura 8 – Parnaíba. Porto das Barcas.

Figura 9 – Casario em torno da Igreja Matriz de Oeiras.

Figura 10 – Praça das Vitórias

Figura 11 – Casario Antigo do Bairro do Rosário

Figura 12 – Estação Ferroviária de Piracuruca, década de 1980

Figura 13 – Parque Nacional de Sete Cidades

Figura 14 – Um “Passo” do Centro Histórico de Oeiras

Figura 15 – Largo do Rosário, com a Igreja do Rosário ao Fundo

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Bens Tombados no Estado do Piauí até o Ano de 2006

Tabela 2 – Bens Tombados no Estado do Piauí Entre os anos de 2006 a 2015

Tabela 3 – Conjuntos Urbanos Patrimonializados e em Fase de Patrimonialização

Lista de Abreviaturas e Siglas

Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
MHN	Museu Histórico Nacional
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
MinC	Ministério da Cultura
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Icomos	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
Depam	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
CGID	Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
14º SR/Iphan	Superintendência Regional
19º SR/Iphan	Superintendência Regional

Sumário

Introdução 15

Capítulo 1 – O Processo Histórico da Patrimonialização de Conjuntos Urbanos Inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN 23

1.1 Abordagens e Usos do Passado a partir de uma Escrita do Patrimônio pelo IPHAN 24

1.2 A Configuração do Patrimônio Cultural do Piauí 32

1.3 Motivações e justificativas nos tombamentos de conjuntos urbanos pelo Iphan . 41

1.4 Conceitualização da Patrimonialização "em Rede" dos Conjuntos Urbanos do Piauí 49

Capítulo 2 – Os Conjuntos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: uma análise da experiência do tombamento "em rede" 52

2.1 A Configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí 53

2.2 O Dossiê "A Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX" 60

2.3 Os conjuntos históricos e paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca e a perspectiva "em rede" 66

2.4 Apontamentos da atribuição de valor nos conjuntos urbanos tombados no Piauí 75

Capítulo 3 – A Rede de Patrimônio Cultural do Piauí: expectativas e responsabilidades 78

3.1 O Estoque Patrimonial 79

3.2 A Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e sua Instrumentalização 82

3.3 Narrativas da Atribuição de Valor nos Processos de Tombamentos 88

3.4 Patrimônio em Expansão 95

CONSIDERAÇÕES FINAIS 99

BIBLIOGRAFIA 103

Referências 103

Legislação Brasiliera 106

Cartas Internacionais 106

Publicações 107

Entrevistas 107

Atas das Reuniões do Conselho Consultivo do Iphan 107

Processos de Tombamentos 108

ANEXOS 109

Entrevistas 109

Introdução

> [...] não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição.
>
> Lúcio Costa[1]

Como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DPHAN[2], o arquiteto e urbanista Lúcio Costa procurou construir uma frente de trabalho que teve como objetivo desenvolver pesquisas com a finalidade de identificar, reconhecer e proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Lúcio Costa tinha uma opinião peculiar sobre o ofício dos historiadores, chegando este a afirmar que a curiosidade inerente ao ofício conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição.

Como historiador e aluno do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-PEP/Iphan/2016, enveredei no campo de trabalho do Iphan justamente com uma certa curiosidade de ofício (que acredito ser a nossa melhor qualidade) na qual pude, a partir de muitas leituras e dois anos de vivência prática, elaborar um projeto de pesquisa dissertativa que ora se apresenta aqui.

A construção da problemática da pesquisa e a metodologia de trabalho com as fontes objetiva elucidar a questão, que é também o título da pesquisa: "A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan 2006-2012".

Uma série de estudos, ações e estratégias de preservação do patrimônio cultural no Brasil resultaram em diversas formas de pensar a identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos históricos, com uma produção de conhecimento voltada a história processual do desenvolvimento do povo brasileiro.

---

[1] COSTA, Lucio. Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN. In.: PESSÔA, José. **Lucio Costa: documentos de trabalho**. 2º edição, Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

[2] A instituição teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1971-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao longo do trabalho, ao me referir a instituição, utilizo a nomenclatura atual, Iphan.

Na esteira desses estudos foi pensado, no âmbito do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam/Iphan, a identificação, reconhecimento e gestão de bens culturais integrados aos processos de ocupação do território. Daí surgindo, em 2006, uma proposta de se trabalhar com bens culturais sob a abordagem de "Redes de Patrimônio", onde os bens culturais das cidades históricas fossem compreendidos a partir de um olhar "em rede", interligados no território, e que subsidiaria também formas de proteções integradas.

Vasculhando uma produção bibliográfica sobre tal temática encontro a dissertação de Kishimoto (2012), a qual relevei como importante, no sentido de que eu buscava compreender o que se entendia por Rede de Patrimônio. A autora entende o "tombamento em rede" como um conceito prático idealizado pelo Depam dentro da estratégia de criação de Redes de Patrimônio Cultural no Brasil, e que foi "sendo utilizada de diferentes maneiras na instituição, a partir de diferentes entendimentos, não existindo, até o momento, um desenvolvimento do conceito enquanto método de trabalho" (KISHIMOTO, 2012, p.41).

Levando em consideração a não identificação de uma metodologia de trabalho com relação ao conceito de Rede de Patrimônio, o trabalho citado acima não deixou de ser um gatilho para eu pensar a Rede de Patrimônio sob um novo olhar:sob a forma de uma experiência que executa uma metodologia específica de trabalho a partir de concatenações de diferentes práticas de atribuições de valores ao longo da trajetória do Iphan situado em contextos específicos.

A fim de proporcionar coesão ao conjunto de bens culturais em todas as regiões do país, o Iphan busca também marcar presença territorial a partir da instalação de superintendências em todas os estados da federação. Essas ações estavam por trás de um discurso de ampliação do que foi chamado de estoque patrimonial, ou seja, ampliação da representatividade cultural a partir do rol de bens tombados.

Baseados em recortes temáticos e territoriais referentes a processos históricos, destaca-se aqui inventários culturais desenvolvidos sob o enfoque conceitual de Redes de Patrimônio: os inventários da ocupação do Vale do Ribeira e do Paraíba no interior de São Paulo; antigos caminhos e trechos da bacia do Rio São Francisco; e os remanescentes das expedições do Mal. Candido Rondon e da Coluna Prestes. Também foram realizados

inventários dos ciclos econômicos ligados à cana-de-açúcar, ao café, à erva-mate, entre outros que envolvem diversos temas que extrapolam limites de estados e regiões[3].

Por ter sido a primeira experiência de patimonialização no sentido de rede, selecionei a configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí como objeto de pesquisa. Os estudos de tombamento de bens culturais no estado do Piauí iniciados em 2006 foram resultado da parceria entre a 19ª Superintendência Regional/Iphan-PI[4] e o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM

Primeiramente analisei as práticas de patrimonialização pelo Iphan ao longo de sua trajetória relacionada aos conjuntos urbanos e de como essa dinâmica histórica subsidiou a construção do conceito operacional e metodológico da rede de conjuntos urbanos no Piauí entre 2006 a 2012.

O recorte temporal delimita-se entre 2006, quando foram iniciados os estudos para a elaboração do dossiê de tombamento de Parnaíba, até 2012, com a decisão do conselho consultivo do Iphan em aprovar os tombamentos de Oeiras e Piracuruca, constituindo assim atualmente os conjuntos urbanos tombados em rede no Piauí.

Partindo de algumas referências teóricas, constatei que os processos de patrimonialização se inserem em lógicas específicas de atribuição de valor. Nessa perspectiva, entendo a atribuição de valor como uma escrita histórica que atua no campo do patrimônio segundo os seguintes parâmetros:

> Seja como norteadora dos procedimentos metodológicos de investigação para a produção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural, seja como narrativa de atribuição de valor de patrimônio a subsidiar a sua gestão e a uma escrita do patrimônio, a história tem sido requisitada de formas distintas (NOGUEIRA, 2014, p.48)

Desse modo, analisando a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí a partir da dinâmica da atribuição de valores culturais como escrita da história/patrimônio, analisei as narrativas nas quais o Iphan e seus agentes foram produzindo sobre conjuntos urbanos históricos. Conjuntos urbanos que, sob o "título" de patrimônio, foram transformados em documentos históricos.

Questiono assim tal produção da atividade patrimonial referente a ações da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí entre 2006 a 2012, selecionando *a priori* a documentação

[3]Essas informações foram extraídas no **Relatório de uma Gestão 2006-2010 - práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro**. Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan. Ministério da Cultura. Brasília, fevereiro de 2011.

[4] A atual Superintendência Regional do Piauí foi administrativamente criada quando da reestruturação do Iphan em 2004, sendo separada do Ceará e constituindo a 19ª Superintendência Regional do Iphan.

referente aos processos de tombamentos dos Conjuntos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca, testemunhos do processo de ocupação e urbanização do território do sertão nordestino relacionado ao ciclo econômico da pecuária a partir do século XVII.

São questões que considerei seminais e que coloquei como nortes investigativos ao longo da escrita dissertativa. Como a questão da representatividade cultural foi tecida discursivamente no processo de patrimonialização do território piauiense? Por que a instituição, em um determinado período institucional, buscou uma visão de patrimônio sob um olhar de redes? Por que a instituição estendeu seu raio de ação ao território piauiense? A partir de que recortes temáticos e territoriais foram abordados nos tombamentos de conjuntos urbanos? Através de que diretrizes foram sendo formuladas as estratégias de implementação da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí? Quais os resultados apontados pelos agentes do Iphan que participaram da construção e gestão dos bens culturais tombados em rede?

A questão central então que se coloca para a presente pesquisa é compreender a experiência da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí frente a metodologias e abordagens de trabalho no campo do patrimônio cultural, motivadas pela utilização do conceito de patrimônio como potencial de projetos sociais qualificadores de desenvolvimento socioeconômico na contemporaneidade.

Algumas referências teóricas me ajudaram na compreensão acerca dos usos do patrimônio na sociedade e sua instrumentalização a partir da produção de conhecimento pelo Iphan. Estabeleci um diálogo entre o conceito de patrimônio e suas operacionalizações as práticas encabeçadas pelo Iphan e o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. (HARTOG, 2003, p.197). O conceito de patrimônio no ocidente

> nunca se alimentou de continuidade, mas, de rupturas e questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é uma maneira de viver as cesuras, de reconhece-las e de reduzi-las, localizando, elegendo, produzindo semióforos... o patrimônio é um recurso para tempos de crise (HARTOG, 2003, p.243).

Nesse sentido, a referente pesquisa entende a operacionalização do Patrimônio como usos do passado e sua projeção e visualização destes como categoria de ação do presente e sobre o presente. Ciente de que os vestígios do passado são transformados em "monumentos históricos" congruentes com uma mensagem político-ideológica,

> *[...] no existe ningún monumento que no defenda – ya sea de forma heterogénea y ligada al contexto histórico – um valor político e*

> *ideológico, com lo que se dirige a las generaciones futuras em el intento de transmitir su mensaje específico. Es así com em los monumentos la dimensión de lo político desempeña um papel primordial*[5]. (FUSARO, 2015, p.100).

Identifico assim a dimensão política e ideológica que os monumentos transmitem à sociedade. É através dessa análise das "mensagens políticas" em torno do patrimônio que visualizei as narrativas em torno do patrimônio e de como se tornam visíveis na sociedade.

A instrumentalização de escrita da história pelo Iphan é um meio indispensável para a construção do patrimônio nacional como plataforma de discursos sobre o passado no presente. Desse modo, sigo a orientação de que "não se trata de pensar numa evolução das formas de escrita patrimonial, mas antes de pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio histórico." (GUIMARÃES, 2011, p.97).

Menos do que pensar numa evolução das formas de escrita do patrimônio, busquei sobretudo problematizar a criação da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí como experiência prática e teórica que catalisa conceituações do campo do patrimônio que buscaram responder a demandas conjunturais do Iphan.

Lancei então a hipótese da configuração e execução da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí como uma proposta de aglutinação das noções e usos de patrimônio na contemporaneidade, que ensejam estratégias e métodos de preservação sistêmica e integrada, foi o que motivou sua escolha como objeto de estudo da presente pesquisa. Também a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí foi avaliada aqui como um espaço de atuação pontuado por demandas surgidas a partir da reestruturação institucional e administrativa ocorrida dentro do Iphan e também na conjuntura sociopolítica na qual se inseriu.

A partir da hipótese elaborada acima, foram surgindo várias questões referentes ao período institucional na qual foi criada a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, situado nas gestões de Luiz Fernando Almeida na presidência do Iphan e Dalmo Vieira Filho na direção do Depam. O discurso construído sobre a questão da representatividade de bens culturais em regiões "historicamente pouco atendidas" mostrou-me algumas pistas de como o processo de atribuição, identificação e reconhecimento de bens culturais se

[5] "[...] não existe nenhum monumento que não defenda – seja de forma heterogênea ou ligada ao contexto histórico – um valor político e ideológico, com o que se dirige às gerações futuras no intento de transmitir uma mensagem específica. É assim com os monumentos a dimensão do político desempenha um papel primordial." (tradução do autor).

relacionou a partir de novas demandas surgidas com a reestruturação institucional e administrativa.

Os recursos para investimento no campo do patrimônio sofrem impactos que saço reflexos da conjuntura política de cada momento histórico. Em 2005 foi realizado o primeiro concurso externo da história do Iphan, com a entrada de 222 novos profissionais, seguido por outro concurso público em 2009. Como essa conjuntura sociopolítica dialoga com as práticas de preservação do patrimônio cultural, principalmente com a política de ampliação de representação de bens culturais, sejam eles materiais e/ou imateriais? A partir desse questionamento busquei analisar os tombamentos dos conjuntos urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí inseridos nas movimentações e negociações políticas e administrativas dentro do recorte temporal selecionado.

A partir do lugar de atuação do Iphan selecionei enunciações discursivas constituintes de uma operação historiográfica, ou seja, produção de narrativas do passado articulada às dimensões do poder institucional. Nesse sentido, a utilização da metodologia de análise das fontes para a composição dos capítulos deu-se a partir de uma análise crítica dos documentos:

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1990, p.547)

Amparado por tal metodologia, analisei os lugares do patrimônio para reencontrar os discursos dos quais são suportes em formas de operacionalização. Neste sentido, o trato do historiador com as fontes partiu do lugar e das condições de produção das diferentes narrativas acerca do passado.

No capítulo 1, intitulado "O Processo Histórico da Patrimonialização de Conjuntos Urbanos Inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN", analisei o contexto histórico das abordagens e usos do passado a partir de uma "Escrita do Patrimônio" pelo Iphan.

O intuito do capítulo foi mostrar diferentes fases de atribuições de valor a conjuntos urbanos até a elaboração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, tendo em vista as diferentes visualizações do passado e processos de patrimonializações subjacentes a contextos históricos distintos, que potencializaram reconfigurações conceituais e metodológicas no campo do patrimônio.

No capítulo 2, intitulado “Os Conjuntos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: uma análise das experiências do tombamento ‘em rede’”, averiguei inicialmente os aportes técnicos que possibilitaram visualizar historicamente o território piauiense que foi integrado no projeto de Rede de Patrimônio.

Os pareceres técnicos e dossiês sobre o tombamento dos conjuntos urbanos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca foram trabalhados como fontes que subsidiaram a pesquisa referente ao capítulo 2, e foi partindo dessa produção documental que busquei analisar tal experiência que resultou na Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

Visualizando assim o panorama do patrimônio cultural do Piauí, procurei verificar como a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí constituiu-se numa experiência de abordagem patrimonial utilizando novas interpretações do conceito de patrimônio no âmbito do Iphan.

No capítulo 3, intitulado “A Rede de Patrimônio Cultural do Piauí: expectativas e responsabilidades”, problematizei o discurso da ampliação do “estoque patrimonial”, que foi utilizado como discurso de legitimação para a criação da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. O relatório de gestão e notas de trabalho referente ao *loci* de atuação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM entre 2006 a 2012 foi o ponto de partida do referente capítulo.Desenvolvemos o capítulo destacando a configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí como construção e adaptação de várias demandas internas e externas presentes no Iphan, que são elas: atualização conceitual, representatividade nacional, ampliação do rol de conjuntos urbanos/cidades históricas a serem tombados e resolução de demandas internas da instituição.

Faço apenas uma ressalva quanto a este capítulo: a metodologia de entrevistas que proporcionaram os dados no presente capítulo, de suma importância para a dissertação, não foram aproveitadas em sua total capacidade devido ao momento em que foram realizadas, já no fim do período do mestrado. Desse modo, questões de importância, como a gestão dos conjuntos urbanos tombados em rede no Piauí, não foram tratadas com a devida imersão analítica que merecia. Contudo, as entrevistas que se encontram em anexo da dissertação, bem como a indicação da metodologia de entrevistas no âmbito do Iphan, se mostra uma excelente ferramenta e garante ricas contribuições para futuros trabalhos.

O objetivo a ser alcançado, que se encerra no terceiro capítulo, foi compreender como a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e sua abordagem conceitual em relação a conjuntos urbanos se relacionam com o momento institucional na qual o Iphan se inseria naquele dado recorte temporal.

A metodologia que foi utilizada no capítulo 3 partiu ainda da análise das atas de reuniões do Conselho do Conselho Consultivo do Iphan, mostrando-nos parâmetros para verificarmos expectativas e responsabilidades resultantes de tal experiência. E, como já dito acima, coletei entrevistas com técnicos que trabalharam diretamente com os processos de tombamentos dos conjuntos urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. Com os diversos olhares de quem vivenciou a construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, tais relatos forneceram importantes subsídios para verificarmos os meandros da operacionalização da Rede de Patrimônio no Piauí, confrontando suas posições e olhares acerca da operacionalização da construção da experiência da Rede de Patrimônio.

Durante a pesquisa, um desafio a parte para mim foi tentar me aproximar ao máximo do ambiente profissional do Iphan, que é tão caro para quem se dedica a trabalhar com o patrimônio e sua instrumentalização. Dois anos como discente do programa de mestrado profissional do Iphan de fato é muito pouco tempo para "mergulhar" nos inúmeros desafios cotidianos da prática de trabalho. No entanto, o trabalho que ora se apresenta é devedor desses dois anos de experiência como mais um historiador que se dedica a trabalhar coma preservação cultural no Iphan, construindo coletivamente frentes de trabalho interdisciplinar.

Diante de tanto trabalho já realizado pela instituição ao longo de seus agora mais oitenta anos de institucionalização, eu, como historiador e pesquisador vinculado ao mestrado profissional do Iphan, me contento em ser mais um "curioso" da história do Iphan e reconhecedor do imenso trabalho de preservação de vários bens culturais do Brasil.

Enveredei pelas margens dissonantes, coletando rastros e vestígios deixados pela própria instituição, seguindo a assertiva de que o historiador inicia sua análise a partir de um "método indiciário", centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores diante da questão proposta pela pesquisa (GINZBURG, 1989).

Peço desculpas ao senhor Lúcio Costa se me demorei por demais nesses rastros. Foi preciso, de fato.

Capítulo 1 – O Processo Histórico da Patrimonialização de Conjuntos Urbanos Inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN

> São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia. O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com a beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir.
>
> Mário de Andrade[6]

Neste capítulo analiso historicamente a atribuição de valor a conjuntos urbanos ao longo da trajetória do Iphan, tendo em vista apontar diferentes visualizações do passado e processos de patrimonializações subjacentes a contextos históricos que potencializaram reconfigurações conceituais e metodológicas no campo do patrimônio.

Entendendo patrimonialização como um processo de atribuição de valor cultural atrelado aos instrumentos de preservação patrimonial no âmbito do Iphan, investigo a utilização da escrita da história/patrimônio no campo do patrimônio junto aos processos de tombamentos de conjuntos urbanos, a fim de demonstrar que houve diferentes fases de atribuições de valores culturais e narrativas históricas a conjuntos urbanos até a elaboração da experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

Visualizando o panorama do campo do patrimônio cultural do Piauí reflete-se sobre como a Rede de Patrimônio constituiu ali uma experiência que trouxe novas abordagens frente a novos compromissos assumidos pelo Iphan.

---

[6] ANDRADE, Mário de. A Capela de Santo Antonio. In.: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

1.1 Abordagens e Usos do Passado a partir de uma Escrita do Patrimônio pelo IPHAN

Historicamente a atribuição de valor a bens culturais no âmbito das políticas de patrimônio nacional surgiu a partir do desenvolvimento de uma determinada consciência histórica comum. Pelo discurso de busca e resgate de vestígios materiais são tecidas narrativas históricas que se reúnem sob um projeto de construção identitária nacional.

Em termos de produção de conhecimento verifica-se que práticas de atribuição de valor de sensibilidade estética e histórica a monumentos, sítios, ruínas históricas e obras artísticas dialoga com interesses políticos de grupos sociais em tornar o "culto" do passado num projeto iluminista de projeção ao progresso da humanidade, onde do passado caminharíamos ao futuro guiados pelo devir do progresso das artes e das ciências.

Esse processo deu-se principalmente com a emergência dos Estados Nacionais e suas instituições de poder. Exemplo paradigmático é o caso francês no final do século XVIII, no transcorrer de seu desfecho revolucionário:

> Com a campanha contra o vandalismo do abbé Grégoire e dos Thermidoriens, com a despolitização dos museus, a herança do passado pôde ser nacionalizada e estetizada... desde então, a nação apropria-se do passado como recurso e não mais como ameaça, além de pensar seu futuro em termos de definição progressiva de uma identidade" (POULOT, 2009, p.121).

Canalizado pelos agentes intelectuais do estado nacional francês, o passado é utilizado como matéria-prima para a fomentação de uma memória coletiva dos franceses, sendo estetizado, visibilizado e utilizado para legitimar uma ideia de identidade cultural através do patrimônio.

O conceito de patrimônio no período compreendido do final do século XVIII e início do século XIX é forjado a partir de noções ligadas a história da arte na Europa, com os termos de "autenticidade", "ancianidade", "monumentalidade" e também historicidade, uma vez que as pesquisas históricas no século XIX ganham novos ares de cientificidade com relação ao trato com documentos históricos e a veracidade escrita pelo historiador. Choay (2006), fundamentada na "teoria dos valores" de Alois Riegl[7], afirma

[7] O Historiador da Arte e Crítico do Restauro Alois Riegl (Linz, em 14 de Janeiro de 1858 — Viena, 17 de Junho de 1905) identifica, nas práticas de conservação dos monumentos históricos austríacos, diversos valores atribuídos pelos agentes sociais envolvidos no patrimônio, e classifica segundo duas categorias: "valores rememorativos" e "valores de contemporaneidade". O valor de contemporaneidade parte das necessidades e das condições de recepção e apropriação da sociedade contemporânea. Quanto ao valor de rememorativo, compreende-se subdividido em três valores: "valor de antiguidade", "valor histórico" e "valor rememorativo intencionado". O valor de antiguidade diz respeito à aparência de envelhecimento e ruína, na qual está relacionado ao devir das criações humanas. O valor rememorativo intencionado é atribuído aos monumentos cujo fim era perpetuar uma memória, de alguém ou de algum fato histórico. Já o valor histórico, Riegl o identifica como sendo atribuído aos monumentos que representam uma determinada etapa da evolução das obras humanas, portanto, ligado ao conhecimento científico das técnicas

que o conceito de monumento histórico é uma invenção datada do Ocidente, apontando a diferença epistemológica entre o monumento erigido com fim de rememoração e o monumento valorado para ser "histórico":

> O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. (CHOAY, 2006, p.26)

Para tornar visível o passado e integrá-lo numa concepção linear do tempo, os vestígios do passado são convertidos *a posteriori* em "testemunhos", estetizados como "documentos históricos" e apropriados como substratos de identidade/memória nacional.

A ideia de fundamentação de uma cultura nacional foi uma construção não apenas de intelectuais ligados à esfera das políticas culturais de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas também das elites políticas emergentes. Era de interesse e necessidade dos estado republicano brasileiro diluir os históricos conflitos de classe no Brasil, e para isso a formulação de políticas culturais surge como política estratégicas de controle do território nacional.

Sempre abertas ao porvir, as práticas de patrimonialização (os usos do passado, modos de ler, narrar e representar os vestígios históricos) não se esquivam às demandas do presente. "Inscrita na longa duração da história ocidental, a compreensão da noção [de patrimônio] teve vários estados, sempre correlacionados com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo" (HARTOG, 2013, p.243). Sob tal premissa teórica, busco identificar usos e abordagens do passado como práticas de valoração a partir do lugar de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan.[8]

---

de preservação, para que o bem seja mantido e herdado por outras gerações. / Fonte: RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014

[8] A instituição teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1971-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao longo do trabalho utilizo o nome atual Iphan.

Consequência de uma série de demandas por parte do estado brasileiro[9], o Iphan foi formalmente criado em 13 de janeiro 1937, trazendo como marco regulador o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Tal documento rege, por critérios de seleção e classificação do patrimônio nacional, a proteção de lugares históricos, objetos, monumentos e obras de arte relacionadas aos bens acautelados.

No artigo 1º do Decreto-Lei 25/37[10] são elencados um conjunto de valores oriundos de campos de pesquisas acadêmicas: arqueológico, etnográfico, bibliográfico e paisagístico, adequados e organizados em quatro Livros do Tombo[11]. Esse formato permitiu a classificação de uma vasta gama de bens culturais de acordo com os valores que a eles são atribuídos.

A busca empírica e sistemática pelos vestígios do passado e sua visibilização nacional foi uma das vias propostas pelos "modernistas" do Iphan, como chave de leitura para se pensar uma identidade nacional a partir de uma unidade artística genuinamente brasileira.[12] Foram se avolumando debates em torno da "criação" da nação a partir do discurso da busca das raízes tradicionais da cultura brasileira:

---

[9] Alguns exemplos de ações de preservação do patrimônio cultural material foram ocorrendo paulatinamente no Brasil desde o século XIX, com a criação do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro-IHGB no Rio de Janeiro e suas congêneres regionais, promovendo o acautelamento de arquivos e fontes diversas acerca da história do Brasil. Outro exemplo é o Museu Nacional, que data de 1818, e fez 200 anos em 2018. A Constituição Federal de 1934 já traz em seu texto a tese da subordinação do direito de propriedade ao seu interesse social, "cabendo à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual." Ainda no período anterior à criação do IPHAN, diversos Decretos elevaram bens à categoria de "Monumentos Nacionais", e em 1934 chegou a ser criada uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais, então ligada ao Museu Histórico Nacional, que funcionou até 1937.

[10] Pela letra do Art. 1º do Decreto-Lei nº25/37 são apresentados critérios de valoração para o tombamento, conforme vemos abaixo:
Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.

[11] A partir da publicação do Decreto-Lei 25/37, os bens considerados de interesse para o país deveriam ser inscritos nos Livros do Tombo, ficando então "tombados", devendo ser preservados em nome de um interesse coletivo. Os livros são: do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; do Tombo Histórico; do Tombo das Belas Artes; do Tombo das Artes Aplicadas.

[12] Ligados diretamente ao IPHAN trabalharam diversas personalidades, tais como Mário de Andrade, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Ayrton Carvalho, Manuel Bandeira, Paulo Tedim Barreto, Alcides da Rocha Miranda, Paulo Werneck, Renato Soeiro, Silvio de Vasconcelos, Luís Saia, Clemente da Silva Nigra, entre outros. Como colaboradores eventuais, ainda participaram desse

> O interesse dos modernistas pela questão da 'brasilidade' decorreu de uma elaboração no próprio campo da criação artística, que teria ocorrido por volta de 1924, e que implicou na introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular – no nacional. (FONSECA, 2005, p. 96)

Nesse ínterim, a concepção historiográfica adotada pelo IPHAN em sua gesta é embasada pela ideia da cientificidade de recuperação dos fatos históricos "tal como eles realmente aconteceriam". Em busca de uma "verdade histórica" e imbuídos pelo sentimento iluminista de resgate das origens:

> O esforço crítico dos intelectuais do Sphan – dos enunciadores do patrimônio histórico e artístico nacional – para designar o que se enquadraria nessa categoria tinha muita proximidade, portanto, com a crítica tradicional ao documento, aprimorada no século XIX, pela escola positivista, ao procurar, essencialmente, a autenticidade, numa caça aos falsos, e, por consequência, atribuindo um importância fundamental à datação. Tombavam-se, então, documentos da história nacional. (CHUVA, 2009: 74-75)

As primeiras três décadas de trabalhos e pesquisas de documentação de bens culturais considerados relevantes pelo Iphan demonstra o volumoso esforço de caça aos documentos da história naiconal. No período que abrange a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade entre 1938 a 1967 constituiu-se uma cartografia do patrimônio nacional, identificada abaixo:

> O Rio de Janeiro foi o estado onde a prática do SPHAN se iniciou com maior impacto: 78 bens tombados no primeiro ano (56% do que seria tombado até 1967). Segue-se a Bahia com 50 inscrições (36% sobre o mesmo total), Pernambuco com 36 (64,3%) e Minas Gerais com 22 (10,3%). Nesse ano inaugural, o SPHAN tombou bens na Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Em 1940 acrescentou a esse mapa o Espírito Santo e o Maranhão. Em 1941, Alagoas, Goiás, Sergipe e Pará. O Rio Grande do Norte entra para o acervo em 1949 e o Amapá em 1950. Mato Grosso e Ceará são incorporados em 1957 e o recém-inaugurado Distrito Federal, em 1958. O último estado da nação a entrar para o conjunto de bens que a representa foi o Amazonas, cujo único bem foi tombado em 1966. (RUBINO, 1996, p.97-98).

As regiões, estados e seus respectivos bens patrimonializados, mais do que números, representam o projeto de construção identitária de um tempo e espaço originário da nação, característico da composição do patrimônio nacional pelo Iphan através da seleção de bens culturais "testemunhas" de um passado que se desejava legitimar.

Vemos nesse período bens patrimonializados em diversas regiões e estados do Brasil, o que demonstra um grande esforço de presença institucional no território

---

primeiro momento nomes nacionais e internacionais como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Joaquim Cardoso, Germain Bazin, Hannah Levy, e Robert Smith.

nacional. No entanto, essa configuração se deu mediante critérios de seleção, em função de que em algumas regiões haveria uma produção cultural mais relevante para o projeto de patrimônio nacional.

Os estados em que houve maior concentração de tombamentos, Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%), que somam quase a metade de todos os bens tombados até o ano de 1946 (Chuva, 2009, p. 214), formaram um "conjunto de bens móveis e imóveis tombados em lugares e tempos privilegiados" (RUBINO, 1996, p. 97), configurando uma imagem do passado "daqueles grupos sociais que detém o poder de produzir a representação hegemônica do nacional" (FONSECA, 2008, p.74).

Esse tratamento diferenciado relacionado às regiões do Brasil refere-se a concepção de "belas artes" que se pautou o Iphan, tendo encontrado em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco monumentos e obras de arte barroca do período colonial brasileiro, fazendo com que esses estados tivessem delegacias do Iphan, tendo assim um maior alcance operacional.

Concebido e estruturado por intelectuais modernistas, em um primeiro momento o Iphan identificou traços de uma autêntica "brasilidade" nas expressões artísticas do barroco brasileiro. Sob a liderança do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, um dos principais colaboradores e orientadores de Rodrigo Melo Franco de Andrade, processou-se uma associação entre o barroco mineiro e a produção arquitetônica moderna. Sobre as ideias que se (con)formavam a respeito do patrimônio histórico e artístico no Brasil, destaca-se:

> A 'barroquização' do patrimônio histórico e artístico nacional implementada pelos modernistas foi, sem dúvida, uma impressionante estratégia de consagração de ambas as partes, que se tornaram constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional. O conceito de barroco, bastante difuso, sempre foi perseguido como origem mítica de nossa nacionalidade (CHUVA, 2003, p. 329).

A materialidade dos monumentos religiosos (católicos) e oficiais (casas de câmara e cadeia, palácios, etc.), obras de arte (com destaque para peças sacras) e conjuntos urbanísticos e arquitetônicos relacionados ao período colonial formam a base de uma concepção de arquitetura popular brasileira.

Os intelectuais ligados ao Iphan buscavam nos vestígios materiais a veracidade dos fatos memoráveis da história do Brasil e elementos característicos da evolução sócio histórica da civilização brasileira.

Rodrigo M. F. de Andrade buscou instruir o pessoal técnico do Iphan em estudos criteriosos que sistematizassem didaticamente a evolução dos diversos elementos

históricos que constituíram a cultura brasileira. Para esse intento, foram ofertadas palestras ao pessoal técnico recém-contratado, ministrados por intelectuais como o jurista e historiador Afonso Arinos de Melo Franco (primo de Rodrigo M. F. de Andrade) e a historiadora da arte alemã Hanna Levy, que veio para o Brasil em 1937 e realizou cursos e palestras para especialização de técnicos do Iphan.

O texto das palestras de Afonso Arinos de Melo Franco, realizadas no decorrer do ano de 1938, seriam publicadas em 1944 em forma de livro com o título "Desenvolvimento da Civilização Material do País". No prefácio do livro de Afonso Arinos encontramos nas palavras do próprio diretor do Iphan a ênfase da necessidade, "para a orientação dos estudos e trabalhos a seu cargo, de um conhecimento maior do aspecto do desenvolvimento da civilização em nosso país" (FRANCO, 2005, p. 19).

A referência ao conceito de civilização trazida no livro se constrói a partir da preocupação de uma história pautada pela identificação, a grosso modo, dos principais ciclos econômicos que teriam condicionado a formação, o desenvolvimento e a integração do território nacional: os ciclos do açúcar, da mineração aurífera, do café, pastoril e da borracha.

Conhecer o Brasil seria então debruçar-se sobre os vestígios da cultura material deixados pelo trabalho humano, mais especificamente pelo domínio do homem sobre a natureza, através das técnicas construtivas: igrejas, pontes, fortificações, armazéns velhos, casas rurais, câmaras e fazendas de café, cidades, peças artesanais, etc.

Nesse ínterim, a grande concentração de tombamentos de bens arquitetônicos (arquitetura civil, especialmente as habitações urbanas, arquitetura religiosa, militar e edifícios símbolos dos poderes políticos como Casas de Câmara e Cadeia e Edifícios ligados ao Estado), explica-se pela identificação do progresso material do século XVI ao XIX no Brasil, atestado como fator de desenvolvimento civilizatório:

> A rapidez de alteração dos processos culturais indígenas, ao contato com os brancos, é fato assente pelos melhores estudiosos do assunto. E o mesmo se verificava com os negros, cuja pureza cultural era ainda mais dificilmente defensável, uma vez que a escravidão os transportava para um meio novo e sem liberdade (FRANCO, 2005, p. 30).

Sendo a cultura portuguesa capaz de absorver as culturas africanas e indígenas e concretizar a história de uma civilização, o discurso patrimonial que se fez presente a partir do livro de Afonso Arinos se deu através de uma escrita histórica vinculada a miscigenação cultural, onde no período colonial deu-se o progresso urbano da civilização.

Mesmo com um pessoal técnico bastante reduzido, o Iphan construiu um grande rol de bens tombados pelo país. Para se ter uma noção do grande esforço inicial para a

criação de uma vasta gama de bens que fossem representativos da nacionalidade brasileira, de 1938 a 1942 foram tombados 404 bens: 40% de todos os bens que são protegidos pela legislação até os dias atuais (CASTRO, 1999, p.177).

Temos ainda uma perspectiva mais abrangente da atuação do Iphan a partir do panorama de estudos sobre arte e arquitetura do Brasil nas publicações da Revista do Patrimônio[13], a exemplo da arquitetura rural e urbana documentada em estudos exemplificados a seguir: "Arquitetura Jesuítica no Brasil", Lucio Costa, nº5, 1941; "Casas de Residência no Brasil" (L.L. Vauthier), Gilberto Freyre, nº 7, 1943; "Padre Jesuíno do Monte Carmelo", Mário de Andrade, nº 14, 1943; "A Casa de Moradia no Brasil Antigo", Roberto Washt Rodrigues, nº 9, 1945; "Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século", Luís Saia, nº 8, 1944; "O Piauí e sua Arquitetura", Paulo Thedim Barreto, nº 2, 1938; e "Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana)", Augusto C. da Silva Telles, nº 16, 1968.

Foi demonstrado também nas publicações da Revista um interesse pelo patrimônio etnográfico e arqueológico, como exemplo a "Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil", de Heloísa Alberto Torres, nº 1, 1937; Alguns Aspectos da Cultura Artística dos Pancarús de Tacaratú", Estevão Pinto, nº 2, 1938; "Arqueologia Amazônica", Gastão Cruls, nº 6, 1942; e "A Habitação dos Timbiras", Curt Nimuendajú, nº 8, 1944. O inventário de estudos abrange uma arte indígena armazenados em espaços museológicos organizados para fim de proteção. As artes aplicadas, aquelas feitas industrialmente, foram ainda objetos de estudos ligados ao mobiliário, à ourivesaria, à louças e porcelanas.

De fato, toda essa produção foi sendo publicizada sob a ótica da diversidade cultural brasileira. No entanto, o conceito de cultura foi sendo questionado por Intelectuais e representantes de movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX. As reivindicações de grupos sociais (grupos que reivindicavam representações sexuais, feministas, sociais, religiosas) começaram a buscar afirmação e reconhecimento de seus "lugares de memória" e seus espaços de representação dentro do patrimônio, sinalizando assim mudanças na atribuição de valores construídos no âmbito das práticas de patrimonialização.

[13] A Revista do Patrimônio é uma publicação do Iphan, cujo primeiro volume surgiu ainda em 1937, sob o título de "Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" juntamente com outras publicações do órgão.

A cartografia do patrimônio nacional vai portanto sendo questionada a partir de novos olhares e políticas de patrimônio. Sempre buscando ampliar os bens representativos do patrimônio brasileiro, amparado por estudos e pesquisas, o Iphan traz novas abordagens e visões do passado. Em um artigo sobre as conjunturas políticas e sociais do Iphan, Campofiorito (1985, p. 5-6) detecta as mudanças no Iphan a partir de uma renovação semântica advinda de um esgotamento de uma determinada visão:

> A simples observação de que a média de tombamentos, por lustro, nestes 39 últimos anos, caiu de 129 (1948/52) para 39 (1978/82), demonstra que o universo de bens culturais em sua acepção ortodoxa foi sendo esgotado, e justifica a reivindicação geral dos jovens e líderes comunitários em geral, de uma abertura dos critérios de valor para a incorporação de outras formas e de categorias arquitetônicas mais populares, de conjuntos urbanos mais triviais, de bens espirituais mais expressivos da criatividade dos segmentos traumatizados da sociedade brasileira, ou seja, de tudo que foi oficialmente discriminado, menosprezado e oprimido (CAMPOFIORITO, 1985, p. 5-6).

Um sentido mais "social" do campo do patrimônio, no raio de atuação do Iphan, começa pela atribuição de valor a bens culturais de grupos até então pouco representados (bens materiais ligados à práticas religiosas de matriz africana), categorias temáticas ainda pouco trabalhadas (ecletismo, patrimônio industrial, patrimônio referente à imigração), assim como tombamentos de bens em áreas até então pouco representadas, como o Centro-Oeste e Norte.

As discussões surgidas no âmbito do Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC, trazendo a ideia de "referência cultural" como matriz geradora de valor cultural a partir do "saber e modo de fazer" das comunidades locais proporciona novos estudos de tombamentos e inventários culturais.[14]

A produção de conhecimento sobre o patrimônio sofre significativas mudanças.[15] Isso amparado na Constituição Federal brasileira de 1988, nos seus artigos 215 e 216, que

[14] Criado em Brasília, em 1975, junto ao ministério da Indústria e Comércio, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, com cientistas sociais, críticos literários, biblioteconomistas, técnicos em educação e informática, entre outros. Buscava refletir sobre a cultura brasileira contemporânea, estabelecendo um sistema de referências para a análise da dinâmica cultural, sendo considerado como um dos predecessores dos debates que levaram à criação, décadas mais tarde, do Departamento de Patrimônio Imaterial. Funcionou até 1979, quando foi unido, juntamente com o Programa de Cidades Históricas-PCH, ao SPHAN, para formar a SPHAN/pró-Memória, sob a presidência de Aloísio Magalhães.

[15] O Iphan patrimonializou em 1984 a antiga Fábrica de Vinho Tito Silva, em João Pessoa-PB. Com o tombamento, tinha-se a proposta de resgatar e dar continuidade a fabricação de vinhos. No mesmo ano, foi tombado o Terreiro da Casa Branca, em Salvador/BA, considerado o mais antigo terreiro de candomblé do Brasil. Merece destaque o tombamento em 1985 de um trecho da Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL, onde teria se situado o Quilombo dos Palmares, inscrita nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em 2002 foram tombados e inscritos no Livro do Tombo Histórico os Remanescentes do Quilombo do Ambrósio, em Ibiá/MG, o primeiro tombado tendo em vista as discussões do artigo 216 da constituição federal.

fazem menção, respectivamente, a obrigação do Estado da proteção do exercício dos direitos culturais e a proteção dos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"[16] Em 2000 foi publicado o Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, concretizando reivindicações por um instrumento adequado para o acautelamento de bens culturais intangíveis.

Em 2009, a Portaria Iphan nº 127/2009[17] instituiu a "Chancela da Paisagem Cultural" como um novo instrumento de reconhecimento de bens culturais. O conceito de "paisagem cultural" ressaltada na portaria seria "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores."

O campo do patrimônio no Brasil está sempre sendo reconstruído a partir de articulações dos grupos sociais e seus remanescentes: objetos, acervos e coleções, edificações, sítios históricos e manifestações simbólicas. Nesse ínterim, o Iphan se coloca como espaço de disputas e de inclusões de novas formas e acautelamentos do passado.

Após a breve análise das ressignificações da escrita do patrimônio no Iphan, analiso agora o patrimônio cultural do Piauí, complementando assim o contexto histórico que ofertou material para a experiência do tombamento "em rede" no Piauí.

1.2 A Configuração do Patrimônio Cultural do Piauí

A atribuição de valor que classificou o patrimônio cultural do Piauí é significativa em sua forma de concepção e visualização do passado e tangencia projetos de construção de um patrimônio nacional. A identificação de bens culturais no território piauiense pelo processo de urbanização advinda com a instalação das primeiras fazendas de gado no final do século XVII e início do século XVIII implica assim numa forma de representação histórica cultural.

---

[16] Artigo 216 da Constituição Federal de 1988

[17] Atualmente (novembro de 2018) há em andamento um grupo de trabalho referente à revisão da Portaria 127/2009, realizado em parceria com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam e Departamento de Patrimônio Imaterial-DPI, sob coordenação da pesquisadora do Iphan Mônica Medeiros Mongelli, tendo em vista a atualização do instrumento da Chancela da Paisagem Cultural por meio de discussões no âmbito do Iphan a respeito do conceito de paisagem cultural.

O processo de interiorização do Brasil pela conquista dos sertões do Nordeste durante o período colonial contém em sua análise feita pelo Iphan o escopo do desenvolvimento da civilização material no Brasil:

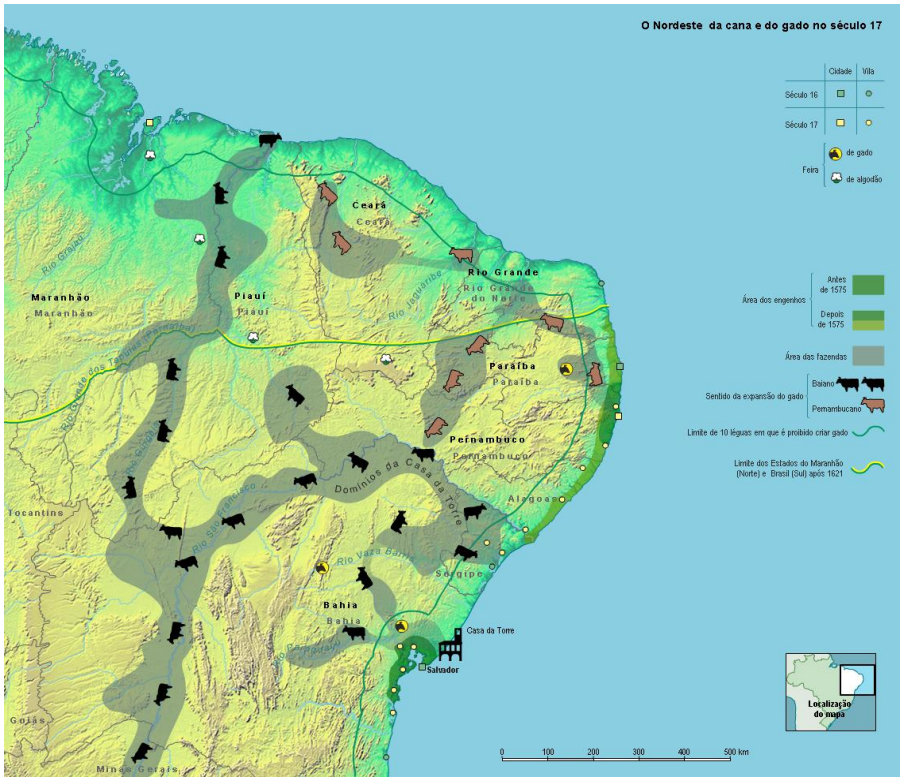
> O Piauí prosperava, mas a sua economia, baseada na pecuária, não permitia grande progresso material. Do Maranhão e Pará pouco se tem a dizer. A capital do Maranhão não passava muito de 6.000 habitantes, no fim do século [...] Alcântara, a vila que ficava no caminho do Pará, já em terra continental, progredira graças principalmente aos jesuítas... Do Ceará até o fim do Pará só havia nove vilas, por essa época, contando Belém e São Luís (FRANCO, 2005, p.116-117).

Analisando o "progresso material", o processo evolutivo de urbanização ocorria a partir da capacidade de instalação de uma infraestrutura imponente, simbolizada nos monumentos oficiais e religiosos da coroa portuguesa.

Apontando para uma unidade cultural associada às fazendas de gado que foram se instalando desde o processo de conquista e de colonização do Nordeste, percebe-se uma leitura do patrimônio material brasileiro do ecúmeno agrário-pastoreio.

O surgimento de vilas e cidades situa-se em pontos de travessia que se interligavam por todo o sertão e serviam de hospedagem para os passadores de gado que iam abastecer o interior e comercializar charque e couro.

FIGURA 1 – O NORDESTE DA CANA E DO GADO



FONTE: Atlas Histórico do Brasil – FGV.

A área geográfica apontada acima mostra os caminhos da expansão das atividades oriundas das atividades criatórias de gado (charque e couro) a partir da implantação de fazendas. A sociedade dos sertões do Nordeste é denominada então na historiografia brasileira como a "civilização do couro":

> [...] de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pastos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para o curtume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pesava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1969, p.162).

Foi baseados nos aportes históricos acima que iniciou-se as pesquisas de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural piauiense. O Iphan começou a atuar no território piauiense por meio do trabalho pioneiro do arquiteto Paulo Thedim Barreto[18], que identificou no território do sertão piauiense elementos e referências culturais acerca dos saberes sertanejos na construção das casas rurais piauienses.

Barreto parte da análise dos vetores da colonização portuguesa para localizar o Piauí e sua produção cultural. De Cabrobó-BA, subindo o Rio São Francisco, saiu uma das expedições para colonizar boa parte do hoje atual território piauiense, em determinação do Governo Geral da Bahia. Fazia parte dessa expedição Domingos Afonso Mafrense, o "Sertão", que foi estabelecendo fazendas de criar pelas margens dos rios Gurguéia e Parnaíba. O povoado de Môcha, localizada nos baixos planaltos do médio Parnaíba, mais precisamente no vale do rio Canindé, viria ser a futura vila de Oeiras, sede da então capitania do Piauí, que seria desmembrada da Capitania do Maranhão em 1758.

No artigo publicado na *Revista do Patrimônio* nº 2 de 1938, intitulado "O Piauí e sua Arquitetura", Barreto reporta-se ao termo "civilização" ao falar que "A civilização no Piauí originou-se nas fazendas de criação. É a civilização do couro. A carnaúba deu o tronco para a construção da casa; o gado deu o couro para a mobília e para a roupa completa do vaqueiro" (BARRETO, 1938, p.215).

Nesse estudo Barreto identifica as referências culturais da "casa piauiense", uma expressão arquitetônica de caráter popular e tradicional, localizada no norte e sudeste do estado, "onde o sol é abrasador; onde a rede [de dormir] tem razão de ser; onde o clima é quente, seco e debilitante." (BARRETO, 1938, p.194).

---

[18] BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 02, 1938.

É enfatizado no estudo de Barreto que as formas arquitetônicas foram adaptadas ao meio geográfico, ao clima e aos materiais disponíveis. Exemplo disso foi a preocupação com o clima, que se reflete no modo de construir e viver das casas do sertão do nordeste "A bica do sertanejo é o beiral. A água tem tal valor, que se aproveita até a da chuva para beber. O sertanejo possui seu sistema de captação da água da chuva" (BARRETO, 1938, p. 205). "No Piauí, onde o clima é quente e sujeito a poucas chuvas, as varandas são sistematicamente abertas" (BARRETO, 1938, p.196).

Conseguindo resistir às adversidades do clima semiárido da caatinga e do cerrado, da Carnaúba extrai-se cera para manufaturas e impermeabilizantes, óleo de seu fruto, palmito do caule e as raízes medicinais. De sua palha, retirada e secada ao sol, fez-se cestas e redes, e também, coberturas de casas, assim como os troncos da Carnaúba foram utilizados como madeiramento das casas e dos telhados, como mostrado abaixo:

FIGURA 2- MADEIRAMENTO EM CARNAÚBA



FONTE: Murilo Cunha.

O uso da carnaúba pelo sertanejo remonta a antigas artes de saber e fazer indígenas, que o sertanejo adaptou no manejo e na fabricação de vários utensílios.

Barreto ainda identifica quatro tipos de moradas urbanas: “Porta e Janela”, “Meia-Morada”, “Morada Inteira” e “Casa do Piauí”, todas com forte presença de varandas como uma das principais características, exemplificado na figura abaixo:

FIGURA 3 – CASA DE FAZENDA CARACTERÍSTICA DO PIAUÍ, CONSTRUÍDA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX



FONTE: Arquivo da 19ªSR/IPHAN. Foto de Murilo Cunha.

O conhecimento das características sobre o processo histórico de habitação do território piauiense abriu possibilidades de diversas pesquisas e inventários culturais no território piauiense. Foram realizadas pesquisas de inventário dos testemunhos da ocupação histórica do território piauiense, iniciadas em 1984 pelo recém-criado escritório técnico de Teresina, representação local do Iphan (Sub-regional/escritório técnico da 3º Coordenação Regional/IPHAN – Maranhão).

Através da observação de campo, procedeu-se a coleta de informações e aquisição de cópias de documentação gráfica e cartográfica de diversos municípios piauienses. Foram realizados mapeamentos de dezoito conjuntos urbanos,

> [...] submetidos a um levantamento mais detalhado por amostragem, incluindo informações sobre as características externas dos imóveis, estado de conservação, época de construção, uso, propriedade, fotos internas, bem como registro gráfico, reservado aos imóveis típicos e aos excepcionais. O mesmo tipo de levantamento foi adotado para os imóveis de valor individual isolado (FIGUEIREDO, 1998, p.123).

A experiência da realização de um inventario cultural no Piauí é uma amostra dos passos iniciais de uma metodologia mais ampla, que na época não foi possível de ser realizada em sua completude por diversos fatores, conforme relato da arquiteta Diva Figueiredo, chefe do escritório técnico de Teresina:

> Pretendia-se então, desenvolver a pesquisa dos diversos bens culturais – manifestações arqueológicas, estruturas arquitetônicas rurais e urbanas, isoladas ou em conjunto, bens móveis e elementos artísticos integrados – em cada município piauiense. Contudo, a conjugação de diversos fatores, entre eles a extensão do território a ser pesquisado, a especificidade dos acervos, a disponibilidade de recursos materiais e humanos especializados nos órgãos preservacionistas locais, na esfera federal e estadual, conduziu a uma reformulação de proposta inicial, subdividindo-se o inventário do Piauí em duas fases: pré-histórica e histórica. (FIGUEIREDO, 1998, p.121)

Diante desse quadro, a limitação dos recursos materiais e humanos representa uma demanda gerada a partir das pesquisas realizadas pelo órgão local do Iphan até então no estado do Piauí.

O retrato do patrimônio cultural no Piauí, pela sua extensão territorial a ser pesquisado, centrou-se no inventário de edificações que testemunham os primórdios das fundações das referidas vilas históricas que originaram nas futuras cidades. Além dessas edificações, o patrimônio arqueológico tem destaque na extensão territorial piauiense.

Desde a publicação da Lei nº 3.924/1961, que dispôs sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Iphan vem sistematicamente cadastrando sítios arqueológicos espalhados pelo Brasil, sendo que o Piauí é um dos estados com maiores patrimônios arqueológicos, contando com mais de 1.800 sítios registrados pelo Iphan, entre eles o Parque Nacional Serra da Capivara, declarado Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco em 1991e tombado pelo Iphan em 1993.

Analisando a tabela abaixo referente aos bens tombados e cadastrados pelo Iphan no estado do Piauí vemos a representação cultural do Piauí até o ano de 2006 da seguinte forma:

TABELA 1 – BENS TOMBADOS NO ESTADO DO PIAUÍ ATÉ O ANO DE 2006

Bens Tombados no Estado do Piauí até 2006					
Município	**Classificação**	**Nome Atribuído**	**Ano de Abertura do processo de Tombamento**	**Ano do Tombamento**	**Livro do Tombo**
Teresina	Bem móvel ou integrado	Igreja de São Benedito especificamente as respectivas portas	1938	1938	Histórico; Belas Artes.
Campo Maior	Edificação	Cemitério do Batalhão	1938	1938	Histórico; Belas Artes.
Oeiras	Edificação	Sobrado Nepomuceno	1938	1939	Histórico; Belas Artes.
Oeiras	Infraestrutura ou equipamento urbano	Ponte Grande	1938	1939	Histórico; Belas Artes.
Oeiras	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	1940	1940	Histórico; Belas Artes.
Piracuruca	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo	1940	1940	Histórico; Belas Artes.
Teresina	Infraestrutura ou equipamento urbano	Ponte Metálica João Luís Ferreira	1989	2011	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
São Raimundo Nonato	Sítio arqueológico	Parque Nacional da Serra da Capivara	1992	1993	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Teresina	Bem paleontológico	Floresta Fóssil no Rio Poti	2003	2011	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

FONTE: Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento-CGID/DEPAM/IPHAN.

Analisando a tabela de bens tombados do estado do Piauí até o ano de 2006, vemos a conjugação de monumentos isolados, sítio arqueológico e bem paleontológico como marca da atuação do Iphan nesse estado.

O tombamento de antigas fazendas nacionais (Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: fábrica de manteiga e queijo, no município de Campinas do Piauí, e estabelecimento rural São Pedro de Alcântara, no município de Floriano, ambos inscritos no Livro do Tombo Histórico) promove uma continuação de ações do Iphan no estado do Piauí.[19]

Os remanescentes materiais que constituem parte das antigas fazendas nacionais, embora distante mais de 240 quilômetros um do outro, ligam-se pelo valor histórico atribuído. No parecer técnico apresentado ao conselho consultivo do Iphan, o conselheiro Luiz Phelipe de Carvalho de Castro Andrès, explicita o valor histórico que justificou os tombamentos:

> Deste modo, as Fazendas Nacionais, representadas pelos dois patrimônios em epígrafe, integram um acervo de bens historicamente indissociáveis, resultantes da colonização do território, associadas a quatro movimentos principais: a interiorização das fazendas de gado desde o século dezesseis; a atuação dos padres da Companhia de Jesus; a política oficial da Coroa Portuguesa de controle sobre a região, sob inspiração do Marquês de Pombal e finalmente a tentativa de modernização industrial, por parte de empresários dispostos a superar o atraso do modelo colonialista (IPHAN, 2014, p.3)

A atribuição de valor histórico desses bens culturais se insere numa perspectiva histórica de enquadramento dos bens arquitetônicos num amplo recorte temporal e espacial, integrando diversas temporalidades.[20] Do ponto de vista do valor arquitetônico, ambas as edificações são reconhecidas como arquitetura industrial do século XIX, ilustrado abaixo:

---

[19] As chamadas "Fazendas Nacionais" têm sua história ligada à conquista das terras e o estabelecimento de fazendas de gado no atual território do Piauí pelo sertanista Domingos Afonso Mafrense, que ao final da vida doou as fazendas para os jesuítas. Estes por sua vez ainda no século XVII empreenderam sua ação catequizadora na região e fizeram desenvolver as fazendas. Já em 1760, por iniciativa do ministro reinol Marquês de Pombal, as fazendas foram confiscadas pela coroa portuguesa, regularizando-as, visando a implantação de vilas. Após a proclamação formal da independência do Brasil do reino de Portugal, as fazendas passaram a ser propriedades do governo imperial, sendo chamadas de Fazendas Nacionais. Com o advento da República, as fazendas nacionais passaram para o domínio da União e só em 1946 passaram para o domínio do governo do Piauí.

[20] A Fábrica de Laticínios de Campinas, que deu origem ao município de mesmo nome, estava inserida dentro do projeto do engenheiro agrônomo Francisco Parentes: o estabelecimento rural São Pedro de Alcântara, para ensino prático de agricultura e zootecnia, cujas finalidades eram promover a prosperidade agrícola do Piauí e a conversão de escravos e seus descendentes em pessoas livres. Em abril de 1897 o engenheiro Antônio José Sampaio inaugurou a Fábrica de Laticínios, com funilaria, maquinismo para o preparo de manteiga, máquina de gelo e serraria a vapor, trazidos da Inglaterra por transporte marítimo e fluvial (rio Parnaíba). Segundo informações do parecer do Conselho Consultivo, sob a autoria de Luiz Phelipe de Carvalho de Castro Andrès, "em 1934 passou por reforma e continuou produzindo, para finalmente fechar as portas em 1947. Hoje os cidadãos locais dizem de forma irônica que 'os politiqueiros desnataram o empreendimento'" (IPHAN, 2008, p.8).

FIGURA 4 – FÁBRICA DE LATICÍNIOS, MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ



FONTE: patrimoniospiauienses.wordpress.com/category/campinas-do-piaui/. Acesso em 13/06/2018.

A construção da narrativa histórica, que começa pela atividade pecuarista como determinante da ocupação do Piauí, enfatiza as transformações dessa atividade, remanescendo nos monumentos chaves de leituras de diversos períodos históricos.

A valoração aplicada aos monumentos relacionados às fazendas nacionais do Piauí ecoa ainda algumas decisões pertinentes preconizadas por organismo internacionais, propostas em encontros patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Unesco e pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios-Icomos, entidades internacionais nas quais o Iphan comunga.

Destaco a ênfase das Normas de Quito (1967), no item VI: "De outra parte, a valorização de um monumento exerce benéfica ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes." (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 6). Nesse termos, vemos uma extensão das discussões levantadas na Carta de Veneza, 1964, no art. 1º: "a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio

urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico." (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1-2).

Consubstanciada por uma narrativa sistêmica e totalizante do processo histórico da ocupação e urbanização do território piauiense, deu-se continuidade aos trabalhos de patrimonialização sob novos olhares históricos aplicados aos monumentos históricos.

A iniciativa do tombamento das Fazendas Nacionais do Piauí integra-se a um conjunto de ações de tombamento no estado do Piauí, iniciado juntamente com a abertura do processo de tombamento em 2006 do conjunto histórico de Parnaíba-PI que inaugura a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

1.3 Motivações e justificativas nos tombamentos de conjuntos urbanos pelo Iphan

A proposta de se trabalhar com tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí pela experiência da Rede de Patrimônio revela-se um importante objeto de estudo a ser investigado em relação às estratégias e métodos de proteção ao patrimônio cultural no Brasil. A opção por patrimonializar conjuntos urbanos como política institucional do IPHAN continua abrindo discussões cruciais para se pensar a cidade em seus múltiplos olhares, representações, subjetividades e saberes.

As cidades e seus respectivos conjuntos urbanísticos costumam ter grande expressividade cultural, que congrega em si uma vasta rede de valores e intercomunicações culturais. As narrativas construídas em torno da patrimonialização de conjuntos urbanos são representativas de discursos sobre a evolução histórica da ocupação do território brasileiro.

Perpassado por modos de ler e narrar as origens da nação a partir do traçado urbanístico, os remanescentes históricos de cidades surgidas no período colonial brasileiro foram valorados por uma "visão de conjunto" ainda nos primeiros tombamentos, segundo a fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade, proferida em 1968 na cidade de Ouro Preto:

> [...] se esse acervo das antigas edificações civis de Minas é, sem dúvida, menos valioso que o conjunto de sua arquitetura religiosa, desde que se considerem a intenção e o refinamento artísticos, ainda assim impõe-se como um dos que possuem vocabulário regional mais definido e harmonioso em toda a extensão do Brasil... mais relevantes e significativas, porém, do que qualquer dos monumentos religiosos ou civis, isoladamente, são os núcleos urbanos em que eles se integram, as cidades, vilas e povoamentos de origem colonial de Minas Gerais (ANDRADE, 1969, p.19).

Aliado ao valor de "excepcionalidade monumental" vemos que desde os primórdios da atuação do Iphan há uma atenção especial aos conjuntos urbanos. Ouro Preto, por exemplo, já havia tido intervenções restaurativas de monumentos organizados pela Inspetoria de Monumentos Nacionais-IMN[21], serviço criado dentro do Museu Histórico Nacional-MHN em 1934.

Juntamente com Ouro Preto[22] outras cinco cidades mineiras seriam tombadas até o ano de 1941: Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rey, Mariana, todas inscritas no Livro de Belas Artes. Foram acrescidos o conjunto arquitetônico e urbanístico da Aldeia de Carapicuíba-SP (antigo aldeamento de catequese remanescente de São Paulo de Piratininga, atual São Paulo) e o conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas do Campo-MG. Ambos foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A esses conjuntos urbanos foram atribuídos valores culturais diversos, atrelando comumente valores de "monumentalidade" arquitetônica e urbanística e "ancianidade" histórica e mesmo o etnográfico (em referência a determinados grupos sociais, que visualizados sob o método etnográfico, encontram-se em manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras). Não por acaso o Iphan centrou-se também no apelo sentimental da proteção das cidades outrora "significativas" e originárias da nação que corriam risco de se "descaracterizarem" diante da degradação face ao desenvolvimento econômico.

Alcântara-MA, por exemplo, foi tombada em 1948 e inscrita no Livro de Belas Artes, sendo que a motivação se deu, segundo consta no pedido, pela preservação de

> [...] valiosas edificações de caráter civil, religioso ou militar, a atestarem a ancianidade de sua história e o alcance de sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade nacional... considerando que tais vestígios devem ser apreciados e protegidos em seu conjunto, de modo a manter a característica feição de paisagem em que se integram" (PROCESSO Nº 0390-T-48, 1948, v.1, fl .11).

[21] A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) foi criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, com objetivo de uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, bem como a guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos. Foi desativada de seus trabalhos em 1937 e substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Instituto do Patrimônio Histórico Nacional-IPHAN).

[22] Ouro Preto seria oficialmente patrimonializada pelo IPHAN com seu tombamento no Livro de Belas Artes em 1938. Anteriormente havia sido elevada à categoria de "Monumento Nacional" com a promulgação do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933

Celebrando a origem da brasilidade pela preservação das estruturas materiais sobreviventes do período colonial brasileiro, o tombamento de Alcântara-MA é sintomático na legitimação uma consciência cívica e patrimonial.

A construção de um espaço de legitimação das políticas de patrimonialização no Brasil é marcado pela relação conflituosa entre "progresso versus patrimônio". Confrontado com esse desafio, a instituição busca estabelecer uma consciência patrimonial pelo esclarecimento da importância da preservação dos valores culturais, embasados por critérios técnicos e científicos.

Em carta ao então prefeito de Pilar de Goiás, datada de 15 de junho de 1953, Edgard Jacintho Pinto busca esclarecer que o Iphan não impede o progresso da cidade, explicando que "o tombamento não restringe a proibição de novas construções... apenas prevê que os licenciamentos para construções novas devem ser apreciados pelo Patrimônio antes da aprovação pelo órgão competente à prefeitura" (PROCESSO nº 458-T-52, 1952, fl.121).

Ao Iphan cabe se posicionar diante da conjuntura da política desenvolvimentista impulsionada nos anos 1950 e 1960. Sobre essa conjuntura, destacam-se duas fases que marcaram o início da preservação de conjuntos urbanos:

> Como estes núcleos urbanos ou sítios localizavam-se em áreas que, na época, estavam marginalizadas, econômica e socialmente, em uma primeira fase, até as décadas de 1950/60, os problemas que neles se apresentavam como mais sérios eram, principalmente, os de manutenção das edificações mal conservadas... com o impacto desenvolvimentista dos anos 50/60, esses núcleos preservados e outros mais, que passaram a ser inscritos como de interesse cultural ou natural, começaram a ser atingidos, agredidos pela pressão demográfica, pela metropolização das áreas contíguas, pela implantação de indústrias em suas imediações, pela inserção dos mesmos em roteiros turísticos, pela abertura de rodovias em suas proximidades. Assim ocorreu com Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João del Rei, Parati, Olinda, Porto Seguro, com os núcleos do Pelourinho em Salvador e da Praia Grande em São Luiz, entre outros. (TELLES, 1982, p. 30-31).

É nesse contexto que ações de proteção e preservação do patrimônio cultural urbano serão cada vez mais confrontadas com valores referentes a preocupações socioeconômicas da vida urbana.

Um aspecto relevante nesse sentido são alguns processos de rerratificações[23], realizados por estudos técnicos visando a configuração da paisagem urbana histórica

[23] A rerratificação é feita quando o objetivo é uma modificação na coisa tombada, seja por se acrescentar um valor, seja para se definir melhor ou ampliar o que está tombado. Como procedimento, é semelhante ao processo de tombamento original: deve ser elaborado um documento que contenha os subsídios técnicos que embasem e justifiquem a alteração, bem como apresente a nova definição do objeto (limites e valores

frente aos impactos do crescimento demográfico. Por exemplo, com objetivo de delimitar a poligonal de tombamento e entorno do centro histórico de Ouro Preto-MG, foram realizados estudos técnicos que resultaram em novos perímetros e zoneamentos. Dessa forma o processo de tombamento de Ouro Preto foi rerratificado quanto a sua inscrição nos Livros do Tombo, resultando sua inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico.

Alcântara-MA teve seu processo de tombamento rerratificado primeiramente com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1974 (antes já havia sido inscrita em 1948 no Livro do Tombo de Belas Artes). Posteriormente em 1986 se iniciaram estudos necessários para fundamentação da delimitação da poligonal de tombamento e do entorno do centro histórico, atendendo a demandas internas, pois não se sabia o que estava tombado por não haver um perímetro definido do centro histórico.

Vemos assim uma exigência cada vez maior de adequação da preservação patrimonial ao desenvolvimento das cidades.

Ao mesmo tempo, a questão da heterogeneidade de estilos arquitetônicos foi uma das características avaliadas que encontra-se na documentação do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás-GO, inscrito em 1951 no Livro de Belas Artes e em 1978 no Livro do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: "Tendo em vista a preservação da malha urbana histórica da implantação da cidade, a 14º SR/IPHAN sugere proteger dentro dessa área, a arquitetura que se desenvolveu do final do século XVIII até o início do século XX" (IPHAN, 2003, p.2).

A seleção de conjuntos urbanos a partir da década de 1980 vai ganhando novos contornos com a atribuição de valor de testemunho da história urbana do país. A produção de conhecimento dos conjuntos urbanos é cada vez mais realizada por estudos sistemáticos e interdisciplinares, surgindo assim também novas abordagens para a pesquisa histórica no Iphan.

Ao se valorizar diferentes aspectos da morfologia urbana em sua correlação com o território foi ganhando corpo uma ideia de "cidade-documento", ou seja, a leitura de uma cidade pela sua compreensão como documento de história urbana. Pesquisas e inventários foram realizados visando uma maior detalhamento de informações e dados

atribuídos a ele). A proposta de alteração deve então ser submetida ao Conselho Consultivo, que é o responsável pela análise e ratificação dos valores atribuídos ao bem.

acerca da evolução histórica das cidades-patrimônio, como é o caso da experiência do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos-INBISU[24], na década de 1980,

> [...] o conceito cidade-documento foi estruturador do método, condicionando as formas de abordagem dos sítios urbanos para sua leitura como vestígios culturais que documentam a trajetória de uma sociedade. Isso direcionou metodologicamente o detalhamento dos levantamentos de campo, o objeto e o recorte temporal da pesquisa, os formulários de registro das informações, os mapeamentos e análises, entre outros aspectos do trabalho. (MOTTA, 2011, p.257).

A operacionalização da ideia de uma cidade como documento histórico tem sido empregada sob diversas modalidades de escrita da história no patrimônio, instrumentalizada também como ferramenta de levantamento de informações a serem usadas nas formas de gestão patrimonial. Desse modo, foi sendo reelaborada ao longo da trajetória do Iphan a ideia de "cidade-documento", marcado como uma nova fase de atribuição de valor:

> A ideia da cidade como documento de um dado processo social e histórico será muito diferente daquela da cidade que representa a nação e emana seus valores de unidade e identidade, constitutiva do IPHAN desde os anos 1930. A mudança na prática de preservacionista nacional dos anos 1980, ainda que possa se considerar sua limitação frente aos desafios, trouxe o valor documental para o primeiro plano como justificativa de preservação. (NASCIMENTO, 2016, p.136).

A atribuição de valor de documento histórico utilizada pelo Iphan tem um diálogo bem próximo com as concepções historiográficas ao longo do século XX e que perpassou a produção de história no Brasil, como aponta a nota abaixo:

> [...] a valorização que foi feita dos processos históricos, como os da estrutura econômica – os famosos 'ciclos' econômicos da cana-de-açúcar, café, etc, por exemplo, abordados pelo IPHAN com o tombamento de diversos bens –, deve ser vista como fugindo de uma visão de história mais tradicional, voltada apenas para a crônica das questões políticas, diplomáticas e militares. (CASTRO, 2009, p.4).

Indo desde a adoção de uma historiografia mais "tradicional" pautada em datas, fatos e heróis pátrios até a adoção de análises das estruturas econômicas da sociedade, a noção de documento histórico vem sendo utilizada pelo Iphan e abriu amplas possibilidades de pesquisa, como veremos adiante ao falarmos do processo metodológico da implantação da Rede de Patrimônio no Piauí.

[24] O Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos-INBISU foi formulado dentro da Coordenação de Registro e Documentação da Sphan/Pró-Memória (CRD). Tal metodologia de inventário teve como objetivo a delimitação de áreas urbanas tombadas, realizando levantamentos de campo (mapeamentos sobre plantas cartográficas observando marcos geográficos da formação da cidade, coleta de fontes, registros sociológicos da apropriação dos monumentos pelos moradores e levantamentos físico-arquitetônicos) de forma a subsidiar novas normas de preservação e afirmar uma gestão mais compartilhada na preservação das cidades frente as pressões desenvolvimentistas.

Pela identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos a partir da compreensão da noção de documento histórico e de sua larga utilização e ampliação conceitual, vemos cada vez mais o destaque da interação entre ambiente urbano e território, bem como as mutações do traçado urbanos e arquitetônico que imprimiram diversos formas estilísticas aplicadas de acordo com as necessidades e possibilidades do momento.

Nesse sentido podemos citar como exemplos de tombamentos de conjuntos urbanos a partir da compreensão ampliada da noção de documento histórico Pirenópolis-GO, Natividade-TO, Corumbá de Goiás-GO, Lapa-PR, Mucugê-BA, Rio das Contas-BA, São Francisco do Sul-SC, Antônio Prado-RS, Porto Nacional-TO, Vila Nova de Paranapiacaba-SP, Antonina-PR, Paranaguá-PR e a "Cidade Baixa" de Salvador-BA. Esses conjuntos urbanos foram inscritos nos Livros do Tombo Histórico e/ou Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Um "parêntese" importante. O processo de tombamento de Laguna-SC (iniciado em 1984 e concluído em 1985 com a inscrição no Livro do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) é apresentado como um ponto axial de mudança na atribuição de valor. No parecer do arquiteto Luís Fernando Franco, Laguna-SC representa uma

> [...] conjugação dos ritmos múltiplos com que se desenvolveram, se superpuseram e obtiveram ressonância os processos de consolidação da vida material de comunidades que se isolaram ou interagiram segundo tempos diversos, os mesmos com que essas comunidades expandem ou retraem o intercâmbio com a natureza, no sentido de alargar ou restringir o domínio sobre seus próprios territórios ou, eventualmente, sobre território alheio. (PROCESSO Nº 1122-T-84, 1984, fl. 22)

De fato, ao conjunto urbano de Laguna-SC é atribuído um valor histórico, embasado fortemente pelo conhecimento dos processos históricos que formaram o território, intercalado pela análise dos elementos geográficos que se configuram numa paisagem urbana singular. O critério de patrimonialização deixa claro a primazia pelo valor histórico de cidade-documento:

> Em sua dimensão arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento... Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados –, do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e, sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes (PROCESSO Nº 1122-T-84, 1984, fl. 19).

Indo além dos "fatos memoráveis do Brasil" e das características de "excepcionalidade" normalmente adotadas como critério, o parecer relatado acima conjuga uma amplitude de significados e leituras possíveis de cidade-documento.

Enfatizamos que a escrita do patrimônio subjacente ao processo de tombamento de Laguna deixa claro que há uma conjugação de elementos historiográficos que dialogam entre si consubstanciado pelo momento em que a instituição está envolvida com novas aparelhagens e estratégias políticas de ampliação do patrimônio. O patrimônio no âmbito do Iphan, em paralelo com o processo de redemocratização, teve uma grande dinamização até o final da década de 1980, com as discussões em volta de noções como referência cultural e uma "antropologização" do conceito de cultura refletida nos estudos culturais atrelada aos movimentos sociais por "direitos de memória".

A *pari pasu*, a dinâmica da ação de proteção e preservação dos conjuntos urbanos sofreram mudanças significativas no conturbado período do final da década de 1980 e início de 1990. Foram paralisadas as atividades da parceria SPHAN/Pró-Memória, e em 1992 foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural-IBPC, reconvertido para IPHAN em 1994. Os recursos para investimento no campo do patrimônio sofreram impactos reducionistas.

Com a reestruturação administrativa, no início da década de 2000 junto a reinstalação do Ministério da Cultura-MinC, o Iphan retoma mais uma vez a política de ampliação da representatividade de estados e regiões ainda pouco presentes no panorama dos bens tombados no país, buscando "nivelar" o número de tombamentos por regiões e estados.[25]

Para uma análise comparativa, os estudos realizados por Jucá Neto (2014) sobre o processo histórico de implantação de normativas urbanísticas das vilas cearenses de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati apontam para os fatores condicionantes do lugar na implantação do traçado urbanístico:

> Diante do pouco investimento tecnológico e de capital [devido à baixa capacidade de acumulação de economia da atividade pecuarista colonial se comparado com o litoral açucareiro, com a zona de mineração e o sul da Colônia. Além disso, a maior parte dos lucros da atividade pecuarista da capitania cearense era transferida para a Capitania de Pernambuco, a qual o Ceará ficou anexo até 1799], as vilas do Ceará apresentaram uma forma atípica ao idealizado no século XVIII para os demais núcleos criados no período em território brasileiro Mesmo com as cartas régias apontando para o planejamento da vila em

[25] Em 2005 foi realizado o primeiro concurso externo da história do Iphan, com a entrada de 222 novos profissionais, seguido por outro concurso público em 2009, acompanhado por um aumento salarial que revigorou os quadros técnicos.

> sua estrutura global, associando-o ao ideal de beleza setecentista – ou seja, a centralidade da praça, a regularidade dos traçados, a valorização do papel das fachadas e a adoção de modelos arquitetônicos uniformes – as condições locais transgrediram o ideal propagado pela Coroa, por um movimento de reação àquilo que ainda não lhe era próprio. (JUCÁ NETO, 2014, p.377-378).

Os condicionantes socioeconômicos, físicos e técnicos do lugar (sertão semiárido) materializaram uma estrutura urbana própria, que se distancia das objetivações reguladoras e homogêneas, reconhecendo-se assim a presença de vários planos urbanísticos que foi se projetando ao longo do tempo no espaço urbano, cuja característica principal não é a homogeneidade, mas a presença de todos eles em um espaço público que se pretendia uniforme.

Observando a trajetória institucional, particularmente a política de tombamentos de conjuntos urbanos tombados pelo Iphan, vemos como a escrita da história se articula com os diferentes modos de operacionalização do patrimônio. Identifico assim a existência de momentos e formulações distintas na prática de atribuição de valor a conjuntos urbanos. A título de esquematização destaco dois momentos e suas respectivas valorações:

- Décadas de 1930 a 1970: atribuição de valor histórico do processo civilizatório brasileiro que elencava o desenvolvimento da civilização material no Brasil; visão de conjunto arquitetônico e urbanística de forma homogênea, ou seja, por terem ficado à margem de processos de crescimento e adensamento urbano;
- Décadas de 1980 a 2000: compreensão da história da urbanização e interiorização do Brasil pela interação entre ambiente urbano e território; ênfase nas diversas transformações do traçado urbano original e as diversas temporalidades arquitetônicos congruentes na paisagem urbana histórica;

A aplicabilidade prática e conceitual, juntamente com o acúmulo de experiência no campo de atuação do Iphan em relação a tombamentos de conjuntos urbanos nos momentos apontados acima, proporcionou um acúmulo de experiências e práticas que subsidiaram em novas abordagens patrimoniais no início do século XX.

Analisaremos a seguir a proposta de tombamentos de conjuntos urbanos do Piauí e sua estratégia de patrimonialização em rede, ou seja, uma abordagem que acaba por juntar toda a experiência de práticas de tombamentos anteriores feitas a conjuntos urbanos, trazendo assim uma produção de conhecimento (dossiês de tombamentos) novos estratégias e potencialidades referentes ao usos do conceito de patrimônio cultural, trazendo também novas responsabilidades.

1.4 Conceitualização da Patrimonialização "em Rede" dos Conjuntos Urbanos do Piauí

A experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí que trazemos como objeto de pesquisa direciona-se ao tombamento de três conjuntos urbanos no Estado do Piauí, sendo eles: Parnaíba, Oeiras e Piracuruca. Esses três conjuntos urbanos tombados conferiram numa abordagem "ampliada" na identificação e reconhecimento de bens culturais, ou seja, uma rede de intercomunicações culturais e temporalidades diversas.

A construção de uma representatividade cultural pelo tombamento de conjuntos urbanos no Piauí, que até 2006 não tinha nenhum conjunto urbano tombado, catalisa compromissos assumidos pelo Iphan no que se refere à três conjuntos urbanos históricos reconhecidos como testemunhos da ocupação humana no sertão do Nordeste.[26]

Com esses tombamentos, destaca-se um novo momento na prática de atribuição de valor a conjuntos urbanos, que resultaram em abordagens metodológicas e conceituais concernente a uma produção de conhecimento baseada na identificação e reconhecimento dos vestígios culturais sistematizados e tecidos em rede (sítios arqueológicos, bens arquitetônicos, museus, arquivos e o patrimônio imaterial).[27]

A partir do recorte historiográfico da formação social, política, econômica e territorial do sertão nordestino, oriundo da ocupação do território pelos antigos caminhos que foram traçados pelas atividades econômicas das fazendas de gado, que deram origens às primeiras vilas no Piauí[28], a metodologia de pesquisa de se "olhar para o todo" se faz a partir de uma escrita da história macro econômica:

> [...] metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que até hoje guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial, cuja gênese não se desvincula dos capítulos congêneres e coevos da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, só para citar quatro exemplos de estados e regiões vizinhas do Piauí que já foram estudados e contemplados com atos de tombamento federal (ANDRÈS, 2017, p.231).

A abordagem constatada acima empreende assim formas de leituras articuladas e integradas em nível territorial, cuja preservação de conjuntos urbanos no estado no Piauí

[26] São três cidades tombadas e inscritas nos Livros do Tombo: Paraíba, Oeiras e Piracuruca. Os conjuntos históricos e paisagísticos de Amarante, Campo Maior e Pedro II estão ainda em fase de instrução.

[27] Foram também elaborados ainda estudos de inventário da Arte Santeira em madeira do Piauí e estudos de sobre a produção tradicional e práticas socioculturais associadas à Cajuína no Piauí (Registrado no Livro de Registro dos Saberes em 2014), Arte Santeira e Tambor de Crioula do Piauí, além da identificação de comunidades quilombolas. A Igreja de Nossa Senhora de Lourdes e seus bens integrados ligados a arte santeira, até o presente momento, encontra-se tombada provisoriamente desde 2008.

[28] Da região Nordeste, até 2006 apenas o Ceará representava esse processo histórico mais diretamente, com os tombamentos dos conjuntos urbanos de Icó-CE e Aracati-CE.

acaba por sacralizar e confirmar a opção por ciclos econômicos como escrita do patrimônio. A configuração do patrimônio material do Piauí, destacando-se os conjuntos urbanos efetivamente tombados e inscritos nos respectivos Livros do Tombo do Iphan, encontra-se da seguinte forma:

TABELA 2 – BENS TOMBADOS NO ESTADO DO PIAUÍ ENTRE 2006 A 2015

Bens tombados no estado do Piauí entre 2006 a 2015					
Município	**Classificação**	**Nome Atribuído**	**Ano de Abertura do processo de Tombamento**	**Ano do Inscrição**	**Livro do Tombo**
Parnaíba	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	2008	2011	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Teresina	Conjunto Arquitetônico	Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	2008	2013	Histórico; Belas Artes
Floriano	Edificação	Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, no Município de Floriano.	2008	2015	Histórico
Campinas do Piauí	Edificação	Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí	2008	2015	Histórico
Piracuruca	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca	2008	2013	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Oeiras	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras	2010	2013	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;

FONTE: Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento-CGID/DEPAM/IPHAN.

Assim, a instituição busca ampliar o olhar patrimonial, conjugando diversas intercomunicações culturais, a partir de uma vereda historiográfica aberta desde os primórdios do Iphan.

Entendo que essa metodologia tem como objetivo ampliar as discussões sobre abordagens históricas e metodológicas que anteriormente vinham sendo concretizadas com a patrimonialização de conjuntos urbanos.

Vemos, a partir da construção de tombamentos de conjuntos urbanos "em rede" no Piauí, uma proposta de "atualização" da instrumentalização da pesquisa histórica e das escritas do patrimônio no Iphan.Investigo assim construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí inserida no espaço de atuação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam, pontuado por novas demandas surgidas a partir da reestruturação institucional e administrativa.

Analiso no próximo capítulo como essa configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí trouxe de inovações conceituais e abordagens patrimoniais em relação aos tombamentos de Conjuntos Urbanos realizados anteriormente (alguns exemplos foram expostos ao longo do capítulo 1).

Capítulo 2 – Os Conjuntos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: uma análise da experiência do tombamento "em rede"

[...] As coisas que requerem preservação por se acharem vinculadas a fatos memoráveis da história do Brasil, não se constituem apenas nos monumentos ou obras ligadas diretamente a algum episódio histórico nacional. Entendem-se também de notável valor histórico para os fins estabelecidos no Decreto-lei n° 25 todos os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituíram a população brasileira.
Rodrigo Melo Franco de Andrade[29]

A partir da produção dos estudos concernente aos processos de tombamentos dos conjuntos históricos e paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca, analiso a configuração da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí entre 2006 a 2012, bem como sua metodologia de identificação e reconhecimento de bens culturais de forma sistêmica e integrada. Diante disso, averiguo os aportes historiográficos que possibilitassem visualizar historicamente o território piauiense e integrá-lo no projeto de Rede de Patrimônio.

Tal abordagem do patrimônio buscou identificar no território referências culturais que possibilitaram a visualização dos vestígios culturais em torno da configuração territorial que deu início às cidades. Os conjuntos urbanos do Piauí (Parnaíba, Oeiras e Piracuruca) foram os bens selecionados para dar início ao projeto. Foi partindo de seus respectivos processos de tombamentos que busquei analisar como tal experiência, que resultou em formas de proteção "em rede".

A leitura "em rede" que ora se analisa aqui identifica-se a partir da metodologia empregada nos trabalhos de patrimonialização dos conjuntos urbanos do Piauí, que posteriormente impactariam em sua gestão.

[29] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. [Entrevista] Possuímos Obras de Arte e Monumentos que Chamam a Atenção de Técnicos Mundiais. In: **Jornal do Comércio**, Recife, 18 de agosto de 1939.

2.1 A Configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí

A proposta da Rede de Patrimônio de se trabalhar com uma metodologia em rede, que relaciona a identificação de conjuntos urbanos sob uma mesma narrativa histórica, nos remete a uma abordagem diferente do que se vinha realizando até então em relação aos conjuntos urbanos.

O principal diferencial da Rede de Patrimônio em relação à visão de patrimonialização de conjuntos urbanos anteriores foi o reforço uma visão de conjunto que busca identificar, durante a escrita do processo de tombamento, diversos campos do patrimônio (arqueologia, lugares históricos, sítios urbanos, bens móveis e imóveis, paisagens naturais, museus e patrimônio imaterial) num mesmo território.

A conjuntura na qual foi realizada a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí insere-se dentro da pespectiva que podemos chamar de "expansão patrimonial". A partir da primeira década do século XXI a retomada do crescimento de bens patrimonializados pelo discurso da ampliação da diversidade cultural e reconhecimento de bens "pouco representados" ganhou mais incentivos dentro do Iphan, segundo dados abaixo:

> Foram inscritos 46 bens nos Livros de Tombo do IPHAN, entre 2000 e 2009, alcançando diversos estados e as regiões historicamente pouco atendidas, podendo ser citados como exemplos o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, no Piauí; o Centro Histórico de Porto Nacional, em Tocantins; o Complexo Histórico Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; e a Casa Chico Mendes e seu acervo, em Xapuri, no Acre; cinco terreiros de Candomblé; alguns conjuntos edificados do complexo ferroviário de São Paulo e os remanescentes do Quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais. (MOTTA, 2012, p.322)

A paulatina mudança na distribuição geográfica dos bens patrimonializados no território brasileiro é uma das principais características da adoção de uma nova política de patrimônio. A ampliação de bens culturais nas diversas regiões brasileiras atende tanto demandas da ampliação de representatividades identitárias de grupos sociais quanto às demandas internas da instituição, que tem como uma das principais diretrizes expandir a atuação para todo o território nacional.

Aliado a incorporação de um rol diverso de bens culturais, dentro da lógica de configuração de um patrimônio nacional, o espaço de discussão acerca da função social das políticas de patrimonialização se amplia e reflete novos compromissos.

O reconhecimento da noção de patrimônio emerge cada vez mais como estratégia política de reivindicações e anseios das classes populares. "Nos bairros, algumas comunidades passaram a conceber a possibilidade do tombamento, do registro e dos

outros instrumentos legais de preservação como instrumentos capazes de ajudar a superar problemas sociais" (NOGUEIRA, 2014, p. 212).

No referencial estratégico do Iphan é claramente expresso como "missão" institucional "promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.[30]"

Aqui cabe a discussão de relacionar o alcance patrimonial como ferramenta de fortalecimento de políticas socioeconômicas importantes e essenciais da humanidade como uma expressão de uma ordem dominante do tempo.

A consciência de que o passado é um rio de diversas memórias que desaguam no presente, assim como a decadência do progresso nacional representado na metáfora do "anjo da história" que é impelido para o futuro mas cujo olhos se voltam para o passado acumulado de ruínas aos seus pés (BENJAMIM, 1987, p.226), marca a experiência patrimonial contemporânea, na qual Hartog (2013) identificará como um novo regime de historicidade, denominado de presentismo: o sentido do duplo endividamento, tanto na direção ao passado quanto ao futuro, "para que as gerações futuras tenham ainda uma vida humana e para que se lembrem também da inumanidade do homem" (HARTOG, 2013, p.258).

Pierre Nora (1993) identifica, no contexto francês a partir da segunda metade do século XX marcado por reivindicações do que até pouco tempo chamávamos de grupos minoritários e marginais da história (por exemplo, os povos colonizados da América do Sul, África e Ásia), a fragmentação da ideia de Estado-Nação pela emergência da "Nação-Memória". O que resta da nação-progresso em relação à história, memória e patrimônio?

Como autarquia federal do estado brasileiro formulador de ações e práticas de preservação patrimonial voltadas tanto às prospectivas quanto ás formas retrospectivas do tempo, o Iphan se torna um refúgio de história que atua como mediador cultural das transformações políticas e sociais, trabalhando nesse sentido no amadurecimento e consolidação de princípios, premissas, objetivos, procedimentos e conceitos que se faz necessário para o fortalecimento das ações mediante o estímulo à participação social dos grupos sociais.

---

[30] O Iphan elaborou a partir de 2009 seu Mapa Estratégico atento à manutenção de valores que englobam: a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; ao desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a descentralização, regionalização e desconcentração e a inclusão social. Tal mapa estratégico pode ser consultado a partir do: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314. Acesso: 25/09/2018.

A abordagem da Rede de Patrimônio traz elementos em sua experiência que buscam dialogar com a "nação-patrimônio" contemporânea, com a abordagem de uma cultura compartilhada portadora de dispositivos de recursos justapostos a políticas sociais.

Numa coletânea de artigos produzidos pelo Diretor do Depam na época, Dalmo Vieira Filho via a necessidade de tratar a questão territorial do país aliada à sua complexidade cultural: "Por isso o Iphan vem trabalhando com o conceito de redes de proteção, buscando coesão para o conjunto de bens tombados, envolvendo estados e municípios na construção de uma política integrada de proteção ao patrimônio" (VIEIRA FILHO, 2011, p.41).

A lógica de "redes de proteção" faz parte da construção da Rede de Patrimônio como estratégia de viabilizar uma maior "coesão" ao conjunto de bens culturais de um estado "relacionando-o com a ocupação do território, com os principais processos econômicos, os eventos históricos, a produção artística e os acidentes naturais notáveis" (VIEIRA FILHO, 2011, p.43). Essa forma sistêmica de abordagem patrimonial visou também facilitar os trabalhos de inventários de conhecimento das diversas regiões brasileiras.

O conceito de Rede de Patrimônio é apresentado por Dalmo Vieira Filho no "Relatório de uma Gestão 2006-2010 - práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro, produzido no âmbito do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM/IPHAN" também como uma proposta de "atualização" metodológica do patrimônio material. Conforme a apresentação do Relatório, "os trabalhos que integram esse relatório partiram de um esforço de atualização conceitual, envolveram permanentemente a busca por abrangência nacional e pela eficiência de meios e processos empregados" (IPHAN, 2011, p.8). Esse esforço de atualização conceitual também denota uma demarcação temporal em relação as ações empreendidas anteriormente no campo do patrimônio material do Iphan.

Essa demarcação centrou-se assim numa busca por renovação de procedimentos de identificação e reconhecimento de bens culturais a partir da adoção de recortes territoriais e temáticos que procurassem respaldar a dimensão patrimonial das regiões e dos estados brasileiros

No mapa abaixo, produzido a partir do levantamento de informações de estudos realizados pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam/Iphan, há

uma tentativa por parte do Depam de apontar um aumento significativo em pesquisas sobre cidades históricas:

FIGURA 5 – CIDADES HISTÓRICAS NOTIFICADAS OU EM ESTUDO



FONTE: Relatório de uma Gestão 2006-2010 práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro. DEPAM, 2010.

O objetivo do mapa reside em apresentar a identificação de conjuntos urbanos em regiões e áreas geográficas com “extensos vazios”, comparando as cidades históricas já tombadas com as cidades históricas em fase estudo, refletindo assim o discurso

institucional da expansão de pesquisas em termos de representação cultural em todo o território brasileiro.

Os recortes temáticos e territoriais, como já vimos, deram-se pelo conhecimento dos ciclos econômicos do Brasil, que têm um longo uso e apropriação, tanto nos livros didáticos de ensino de história quanto dentro da trajetória do Iphan, principalmente na identificação de conjuntos urbanos.

Cabe aqui ressaltar o caráter "didático" com que se operou a visão histórica de ciclos econômicos, "uma vez que estes indicam uma sequência continuada de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, mostrando-se, assim, mais adequadas para tratar tais fenômenos" (PEREIRA, 2015, p.63).

Essa visão de ciclos econômicos, aliada a recortes temáticos e territoriais, proporcionou ainda a elaborações de estudos de inventários de conhecimentos, como por exemplo, o processo histórico da ocupação do Vale do Ribeira e do Vale do Paraíba no interior de São Paulo; os sítios e bens culturais relacionados a bacia do Rio São Francisco; os remanescentes dos antigos caminhos traçados pelas expedições do Mal. Cândido Rondon e da Coluna Prestes; os inventários de conhecimentos culturais dos ciclos econômicos ligados a cana-de-açúcar no Nordeste e ao café, a erva-mate, a pecuária, entre outros. Esses estudos envolvem recortes territoriais que transcendem os limites de estados, inserindo-os em contextos culturais que dialogam com as paisagens culturais de seus respectivos territórios: caminhos, roteiros, sítios arqueológicos e cidades.

Essa metodologia de trabalho também subsidiou uma visualização do patrimônio cultural brasileiro a partir de um Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão-SICG, uma plataforma digital concebida no âmbito do Depam que tem por objetivo integrar os dados e informações sobre o patrimônio cultural por meio de fichas e cadastros, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

A aplicação dos instrumentos de proteção (tombamento, inventários, cadastro de sítios arqueológicos, chancela da paisagem cultural, registro), gestão (procedimentos para produção de normas para fiscalização e conservação) e fomento de parcerias nas áreas de bens tombados subsidiaram estudos e elaborações de dossiês referente a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

Com a análise da construção da Rede de Patrimônio Cultural pelo Iphan no Piauí, que levou a uma série de tombamentos de bens imóveis e conjuntos urbanos, investiga-se assim as experiências no campo do patrimônio do Iphan dentro do recorte proposto de 2006 a 2012. Nesse período foram estudados os seguintes conjuntos urbanos, até o presente momento:

TABELA 3 – CONJUNTOS URBANOS PATRIMONIALIZADOS E EM FASE DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Conjuntos urbanos trabalhados no estado do Piauí					
Município	**Classificação**	**Nome Atribuído**	**Ano de Abertura do processo de Tombamento**	**Ano do Tombamento**	**Livro do Tombo**
Parnaíba	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	2008	2011	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Piracuruca	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca	2008	2013	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Oeiras	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras	2010	2013	Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
Amarante*	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Amarante			
Campo Maior*	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Campo Maior			
Pedro II*	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Pedro II			

* Conjuntos urbanos em fase de estudo.

FONTE: Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento-CGID/DEPAM/IPHAN.

A proposta de tombamento de conjuntos urbanos busca alcançar a correspondência, complementaridade e coesão ao conjunto do patrimônio cultural identificado e reconhecido do Piauí, levando assim a metodologia do tombamento em rede à fase de execução.

Na reunião do Conselho Consultivo do Iphan realizada em 2008, a pauta concentrou-se no tombamento de três bens culturais no estado do Piauí.[31] A discussão sobre o processo de tombamento do Centro Histórico de Parnaíba inaugura a realização de pesquisas sob o entendimento da Rede de Patrimônio:

> Para o Iphan, além da significância cultural, o tombamento inicialmente de Parnaíba representa o arranque na implantação da rede de patrimônio cultural no Piauí, visando sua ampla compreensão. Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois se incorpora a eles novos significados. A valorização sistêmica do território pode ser tomada como a chance de se reviver o desenvolvimento da história do Brasil a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas. (REIS FILHO; FINGER, 2017, p.230).

O entendimento acima sobre a visão sistêmica do território e o sentido de conjunto do patrimônio corresponde à matriz de abordagens de conjuntos urbanos que serão empreendidas no estado do Piauí.

Pelo entendimento do processo de ocupação do território, a opção pelos conjuntos urbanos foi uma das estratégias traçadas e apostadas como a melhor forma de execução, como vemos abaixo nas palavras do então diretor do Depam à época:

> As cidades constituem, atualmente, os locais preferencias de vida da população e a preservação de áreas centrais é hoje uma constante no urbanismo, não do passado, mas da contemporaneidade. A busca pelo reencontro com seus espaços geográficos, com sua história e com seus cidadãos, é uma das novidades na indispensável qualificação urbana a ser efetivada nas cidades do Brasil. (VIEIRA FILHO, 2011, p. 45)

A Rede de Patrimônio estabelecida no Piauí pelo tombamento de conjuntos urbanos traz assim potencialidades de ações a serem empreendidas a partir do processo de patrimonialização.

Pela abordagem historiográfica utilizada na escrita do dossiê "A Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX", que subsidiou os processos de tombamentos dos conjuntos históricos e paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca, vemos algumas aproximações entre o entendimento conceitual da Rede de Patrimônio com o conceito de

[31] Floresta Fóssil, Ponte João Luís Ferreira em Teresina e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

território entendido "como conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível" (SANTOS, 2012, p.85).

Por essa linha de pensamento, chego ao conceito de "cidade-documento", termo cunhado por Sant'anna (1995), que aborda o entendimento de que as cidades que foram reconhecidas nos âmbito do Iphan a partir da segunda metade do século XX são documentos históricos, objetos culturais vinculados à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura (SANT'ANNA, 2014, p.215). Tal conceito foi se expandindo e sendo concatenado sob diversas motivações e justificativas até o início do século XXI.

Percebemos assim que a visão sistêmica em rede do território "bebeu" diretamente de muitos aportes teóricos e práticos, desempenhando um papel central no processo de tombamentos de cidades patrimônio entre 2000 a 2012, em consonância com o período marcado por um esforço em redimensionar a presença do Iphan em todo o país, buscando formar um conjunto de cidades expressivas da formação do território brasileiro.

Na produção patrimonial da experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí podemos perceber o território como produto histórico das ações de grupos humanos, consubstanciadas nas transformações das diversas formas de habitar e viver.

Tais questões são basilares para visualizarmos como se deu o processo de estabelecimento da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí a partir da produção de conhecimento dos processos de tombamentos.

2.2 O Dossiê "A Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX"

Elaborado por ação conjunta de técnicos da 19º Superintendência Regional/IPHAM-PI e do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM, o dossiê "Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX" contextualiza historicamente a formação do território piauiense. Tal documento[32] identifica elementos culturais a partir de três eixos temáticos: o sítio natural, a rede de cidades ali implantadas e os elementos culturais nelas presentes, "considerando estes aspectos como interligados

[32] O dossiê registra as quatro classes de vegetação predominantes: a caatinga no semiárido sul e sudeste; o cerrado, mais ao norte e leste; a floresta limítrofe com o Maranhão característica de palmeiras, onde destaca-se a carnaúba, babaçu e o buriti; e a mata dos cocais no centro-norte do Piauí e no extremo oeste do Ceará. Elementos que formam a paisagem natural no território piauiense são definidos a partir das características geográficas, delimitando espacialmente o Piauí como região de transição entre o norte e o nordeste, com climas semiárido e tropical úmido.

entre si, e que apesar de pouco explorados, guardam uma vinculação lógica, de respaldo histórico e urbanístico" (IPHAN, 2008, p.5).

A identificação de conjuntos urbanos a partir de elementos geográficos mostra uma das estratégias da rede de patrimônio de identificar grandes potenciais de interligação e agenciamentos patrimoniais.

A bacia hidrográfica do Rio Parnaíba foi um importante elemento natural destacado no dossiê, no qual suas características geográficas estão intrinsicamente ligadas aos aspectos históricos e socioeconômicos concernentes ao processo de conquista e colonização do sertão do Piauí. O Rio Parnaíba é reconhecido historicamente como um vetor de ocupação territorial e um importante definidor de fronteiras naturais:

> O Piauí ilustra, em sua conformação e posição cartográfica, não apenas a faixa divisória entre o seco interior nordestino e o litoral (em linha Sul-Norte), como também, em escala macro regional, o rio Parnaíba funcionou historicamente como divisor entre dois modelos heterogêneos de ocupação (agora, observando a linha Leste-Oeste). Ao passo em que a marcha da pecuária avançou no território nordestino originando as pequenas propriedades rurais e demarcando a origem dos primeiros núcleos urbanos, na outra parcela espacial e em sentido oposto [sic], lado maranhense e amazônico, a economia era regida pela prática do extrativismo natural e a ocupação se dava através do isolamento das tribos indígenas que, inclusive, tornaram-se um foco de interesse para os projetos missioneiros do século XVII (IPHAN, 2008, p.10).

Partindo então dos fatores históricos e geográficos da ocupação do sertão nordestino do Piauí, a abordagem patrimonial em rede no Piauí é construída concatenando a história da constituição do território piauiense. O dossiê remonta à história da formação de um conjunto de vilas que foram sendo estabelecidas pela atividade econômica da pecuária no Nordeste.

No dossiê é observada a utilização de referências bibliográficas que articula os fatores estruturais, conjunturais e factuais da efetiva conquista e colonização do Nordeste.[33] Diante dos ciclos econômicos que a historiografia brasileira consagrou, e que

[33] Averiguamos a partir do dossiê uma bibliografia historiográfica utilizada para embasar a leitura do processo histórico da ocupação urbana no território nordestino, além da utilização de extensa cartografia histórica do Piauí. Destaco aqui, a título de exemplificação: ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, 5ª edição revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: UNB, 1963; PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, 45ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2002; ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE (Coordenação de Planejamento Regional), 1975. Série Estudos Regionais; MOTT, Luiz R.B. *Piauí colonial. População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000;

teve (e tem) vasto uso reconhecido pelo Iphan, a premissa da identificação do território piauiense articula-se com a representação cultural baseada no ciclo do gado nordestino:

> A pecuária, desse modo, cumpriu um duplo papel: não apenas serviu como complemento da economia do açúcar, mas foi fundamental também no processo de penetração, conquista e povoamento do interior do Brasil, principalmente desse sertão nordestino, ao abrir novos caminhos e rotas comerciais (IPHAN, 2008, p.32).

A partir desse entendimento escreveu-se o processo de identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos pelo viés de interiorização e expansão urbana no Piauí.

A partir do estabelecimento de fazendas de criação de gado foram se formando os primeiros núcleos urbanos. O destaque dado ao papel da pecuária nos revela que, para o Iphan, a visão de integração do território é essencial. Em virtude do território piauiense ser localizado entre caminhos marítimos e terrestres que ligavam Pernambuco, Ceará e Maranhão, rotas foram sendo estabelecidas com pontos de apoio no deslocamento de tropeiros e colonos de modo geral. Haja visto a expansão das fronteiras pelo povoamento dos sertões, deu-se assim formação da atual configuração do território brasileiro no Nordeste.

O motivador do processo de implantação de vilas, no caso, foi duplo, seguindo a lógica narrativa do dossiê: a expulsão dos jesuítas, que obrigou a transformação de aldeias religiosas em vilas e, em segundo ponto, a política pombalina de fixação e urbanização de povoados dispersos. Esse processo histórico ocorreu em muitos lugares do Brasil, como Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Amazônia, e no Nordeste.

No texto do dossiê, citando a Carta Régia de 19 de junho de 1761, que estabelece a criação de vilas no Piauí, é construída a vinculação histórica que interliga esses conjuntos urbanos formados no território do Piauí:

> Eu, el Rei (…) tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus e ao meu, e ao bem comum de meus vassalos desta Capitania, que nela floresça e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há estado que possa subsistir e atendendo a que a necessária observância das leis se não pode até agora conseguir para dela se colher aquele indispensável fruto que pela vastidão da mesma Capitania, vivendo seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros, sem comunicação (…), padecendo assim os descômodos e as despesas de irem buscar os magistrados alugares muito remotos e muito longínquos (…), e havendo tomado na minha real consideração e paternal providência todos os sobreditos motivos, *tenho resoluto que em cada uma das oito freguesias que compreende este governo seja fundada uma vila*. [grifos nossos] (IPHAN, 2008a, p.41-42 Apud MOTT, 1985, p.47).

Este documento é essencial para a construção da argumentação da proposta de tombamento de conjuntos urbanos "em rede", elencando cidades históricas que foram,

desde o início, segundo a narrativa do dossiê, criadas em rede: como Parnaíba, Jerumenha, Santo Antônio de Campo Maior (atual Campo Maior), Marvão (atual Castelo do Piauí), Valença (hoje Valença do Piauí), Piracuruca e Parnaguá, além de Oeiras, a antiga capital do Piauí.

FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES MENCIONADAS NA CARTA RÉGIA DE 176I

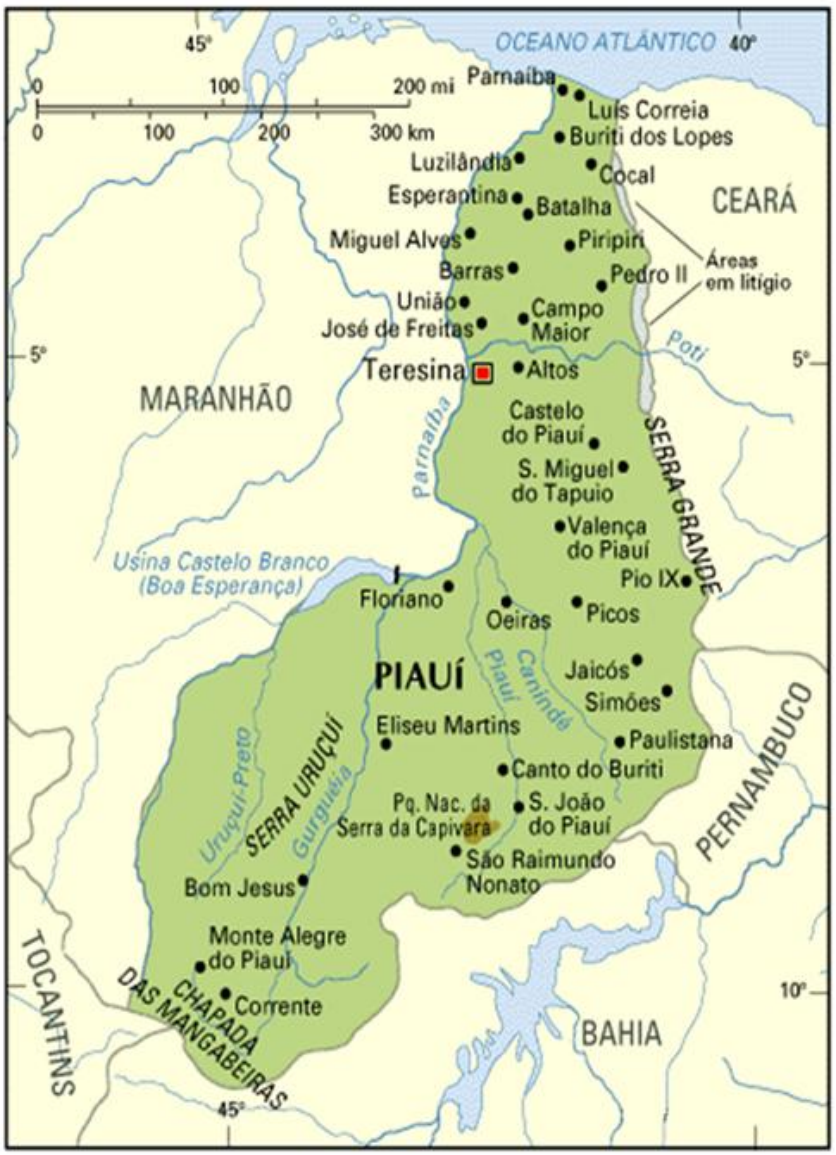


FONTE: <http://209.15.138.224/brazil_mapas/s_Piaui_brazil.htm>. Acesso em 13.08.2007.

Abaixo vemos a localização das cidades mencionadas no referido documento oficial destacado acima, Com a criação da Capitania do Piauí foi estimulado o ordenamento urbanístico de diversos povoados. O mapa abaixo, extraído do próprio dossiê de

tombamento, revela os principais municípios do estado do Piauí juntamente com os principais rios:

FIGURA 7 – MAPA DAS PRINCIPAIS CIDADES DO PIAUÍ



FONTE: extraído do Dossiê de Tombamento “Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX”.

A ideia de justificar o tombamento de conjuntos urbanos a partir do ordenamento colonial de implantação urbanística tem como objetivo enfatizar uma leitura histórica dos conjuntos urbanos formados “em rede”, ou seja, por um processo uniforme dos marcos reguladores da urbanização.

A implantação das vilas e seu entendimento “em rede” é justificada de maneira a conformar uma continuidade histórica a partir da implantação urbana. Pretendendo trazer

uma narrativa histórica "total" do desenvolvimento socioeconômico do Piauí pela compreensão do território, o dossiê seleciona cidades sob a perspectiva de uma rede de intercomunicações históricas e culturais a partir de uma ampla compreensão do território piauiense.

Pela análise acima, vemos um importante indício do entendimento de rede utilizado na escrita do dossiê que embasou os processos de tombamentos dos conjuntos urbanos. O que está sendo entendido por rede a partir do embasamento histórico ao selecionar o documento da carta régia citada acima?

O rearranjo dos ritmos históricos, encadeados de maneira a formar uma continuidade histórica, juntamente com o desenvolvimento das atividades econômicas que constituíram as vilas, reforçam a ideia de rede. O processo de dinamização econômica do Piauí assinala a integração em rede das cidades pelo trânsito de mercadorias, como por exemplo a exportação da cera de carnaúba pelo porto das Barcas, no atual município de Parnaíba.[34]

Nessa estruturação, a instalação de ferrovias dinamizando principalmente o escoamento da produção nas cidades termina por consolidar o entendimento em rede pela conjuntura do processo histórico da modernização econômica do Piauí e de suas cidades. Finaliza assim o dossiê assinalando a importância dos remanescentes do patrimônio ferroviário a serem classificados como patrimônio.

Pretendendo trazer uma narrativa histórica "total" do desenvolvimento socioeconômico do Piauí, destaca-se também a compreensão do território como meio socialmente trabalhado pelas ocupações e trabalhos humanos. A produção histórica das estruturas territoriais que se conformam nas cidades assim se integram sob a perspectiva de uma rede de intercomunicações históricas e culturais:

> O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço (este é anterior ao território, compreensão ratificada em Raffestin, das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial (SAQUET, 2015, p.75).

[34] O rearranjo dos ritmos históricos organizados no dossiê também nos indica leituras que dizem respeito a compreensão territorial proposta em diversas escalas. Tem destaque a importância da Batalha do Jenipapo, que ocorreu no atual município de Campo Maior e que teve seu reconhecimento no processo de independência do Brasil nas regiões Norte e Nordeste e também para a consolidação do território nacional. Trata-se da luta de piauienses, maranhenses e cearenses contra as tropas do Major João José da Cunha Fidié (que chegou a Oeiras em 06 de agosto de 1822), comandante das tropas portuguesas encarregadas de manter o norte da ex-colônia (o antigo território do Grão-Pará) fiel à coroa portuguesa, e que havia sido nomeado Governador das Armas da província do Piauí em 1821 (IPHAN, 2008, p.53).

Nesse debate, a atribuição de significados atribuídos ao território se constitui por uma amplitude de mediações sociais e políticas. Na trama das relações espaço-temporais humanas no espaço, o território é considerado como produto histórico das ações de grupos humanos, consubstanciados nas transformações das diversas formas de habitar e viver.

Mudanças e permanências são encadeadas de maneira a formar uma continuidade histórica. Marcada por uma capilar atividade econômica ligada a pecuária, o desenvolvimento desta tem seu "ciclo" de estagnação desde o decorrer do século XIX, a *pari pasu* que o extrativismo vegetal, baseado em grande parte na economia de subsistência, cresce em importância no início do século XX, com as exportações da cera de carnaúba, amêndoa de babaçu, folhas de jaborandi, tucum, mamona, algodão, além do couro e peles dos animais criados no estado.

O extrativismo vegetal, principalmente a exportação da cera de carnaúba pelo porto das Barcas, no atual município de Parnaíba, para fins de utilização de fabrico de utensílios industriais, integra-se à conjuntura da industrialização, juntamente com instalação de ferrovias que vinha de encontro à modernização nos sertões do Nordeste.

Dessa forma, o dossiê aborda um território que oferece uma ampla compreensão dos valores históricos e paisagísticos que se integram numa perspectiva em rede, como veremos agora com a escrita do patrimônio processo dos conjuntos urbanos tombados de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca.

2.3 Os conjuntos históricos e paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca e a perspectiva "em rede"

Os processos de tombamentos analisados a seguir foram empreendidos de acordo com a pesquisa levantada no dossiê "Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX". O processo de tombamento de Parnaíba foi aberto e encaminhado pelo então presidente do Iphan na época, Luiz Fernando de Almeida, em 2008, ocorrendo o mesmo com a cidade de Piracuruca, sendo encaminhado o processo de tombamento pela 19º Superintendência Regional do Iphan do Piauí, sob a coordenação da superintendente Diva Maria Freire Figueiredo. Em 2010 foi solicitada a abertura do processo de tombamento da cidade de Oeiras pelo então diretor substituto do Depam, na época José Leme Galvão Junior.

A documentação a ser analisada é composta pelos seguintes documentos: dossiês de tombamentos; pareceres técnicos provenientes do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam e da Superintendência Regional do Iphan no Piauí;

pareceres jurídicos da Procuradoria Federal do Iphan; e pareceres do Conselho Consultivo do Iphan.

O dossiê de tombamento "Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba" foi elaborado entre os meses de outubro de 2006 e março de 2008, em parceria técnica do Depam e da 19º Superintendência Regional do Iphan/PI.

O processo de tombamento nº 1554-T-2008, referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, foi o primeiro estudo de tombamento de conjunto urbano que integra a rede de patrimônio cultural do Piauí. Revela o entendimento de que a fundação do conjunto urbano de Parnaíba se insere num movimento histórico de interiorização e urbanização do Brasil.

FIGURA 8 – PARNAÍBA. PORTO DAS BARCAS.



FONTE: Acervo Iphan. Foto de Margareth Leite.

Parnaíba é retratada como um ponto de irradiação urbana e importante polo de ligação entre sertão e litoral, pela circulação de produtos, principalmente saindo do porto

das barcas, visto no imagem acima. Segundo o dossiê: "além do charque e do couro, produzidos a partir dos rebanhos de gado existentes na região, merece destaque também o comércio de outros produtos de origem extrativista, como o algodão, fumo, couro e sementes." (IPHAN, 2008d, p.20).

É apontado o valor histórico e paisagístico da região do rio Parnaíba para a compreensão das cidades e a relação orgânica de seus habitantes com o território:

> É fundamental reconhecer, naquele meio geofísico, as condições incidentais que permitiram aos colonizadores portugueses os estratégicos investimentos políticos, econômicos e sociais (estes intencionais), a partir dos hoje decantados ciclos econômicos formadores da região: extrativismo, gado (e seus sub-produtos, como o charque e o couro), cana-de-açúcar e algodão. As enormes áreas de pastagens e terrenos propícios às rotas comerciais serviram bastante bem à intencionalidade política e econômica macro-regional, e como a região do Delta do Parnaíba configurava também um dos poucos portos naturais protegidos entre as capitanias de Pernambuco e do Maranhão, o Piauí tornou-se o ponto fundamental de ligação entre as duas colônias portuguesas (Brasil e Grão-Pará), tendo sido, sua ocupação, estrategicamente importante para a união do território (IPHAN, 2008d, p.91).

Juntamente ao valor histórico e paisagístico, é acrescentado ainda o valor cultural da paisagem natural e biológica da região:

> Quanto à paisagem, é interessante observar a forma de apropriação do meio por parte da população. Atividades como a pesca e a navegação, presentes no dia-a-dia, demonstram uma íntima relação entre os habitantes e o meio ambiente no qual estão inseridos. Diversas embarcações cortam permanentemente o rio, e a exploração dos produtos naturais da região, seja através da pesca ou cata de caranguejo, seja através do cultivo de vegetais como carnaúba, babaçu e caju, representam a sobrevivência de grande parte da população local, que utiliza estes recursos de maneira sustentável (IPHAN, 2008d, p.29).

O direcionamento de uma leitura da ambiência natural do sítio denota um fator importante de atribuição e valor, seja como apontamento de economias comunitárias, seja como leitura de uma paisagem ligada ao processo de urbanização. A paisagem natural envoltória da cidade é destacada como um valor paisagístico que se integra ao valor histórico do processo de urbanização da cidade.

O mesmo acontecendo na escrita do dossiê "Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras", na qual valor histórico é atribuído ao sítio por ser uma antiga rede de caminhos e povoações pelo interior dos sertões. Aqui o valor histórico é mais nítido em sua relação ao valor de rede de cidades, já que as cidades do Piauí foram se formando, segundo os dossiês, de forma contínua através da expansão do gado e das fazendas, levando a civilização para dentro dos sertões.

O processo de mudança de capital no Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, é tido como um dos marcos representativos das transformações urbanísticas ocorridas no Brasil. Esse é um dos pontos importantes do processo de tombamento, na qual Oeiras se integra ao entendimento de rede de cidades também historicidade dos projetos políticos ligados ao ideário de cidade moderna:

> Oeiras em 1762, Teresina em 1852, Brasília em 1960: edificadas sob regimes políticos, preceitos e escalas díspares, mas que guardam em comum o esforço de ocupação do interior do país e de espelhar, como capitais, o projeto político-ideológico vigente, cada uma, ao seu tempo, modernas e promessas de desenvolvimento, utopias que o tempo se encarregou de desconstruir (IPHAN, 2009b, p.21)

De antigo centro urbano, Oeiras se insere na linha histórica evolutiva das cidades brasileiras oriundas de um projeto colonial de interiorização, que se liga ao projetos de interiorização da capital da então agora República, que culmina com a construção de Brasília no centro-oeste brasileiro, que passou a ser a capital federal em 1960.

Do processo histórico da instalação dos primeiros núcleos urbanos costeiros, conta-se o empreendimento colonial e imperial de adentrar o território e garantir sua efetiva posse. Tidos como território "despovoados", negando a já efetiva posse de povos de tribos nativas que já ali estavam, os sertões do Brasil (interior) foram alvos de projetos de povoamentos e de movimentos migratórios de populações. Assim foi construindo-se a ideia de uma rede de cidades que foram se integrando às estradas abertas. Brasília[35] protagoniza essa história, como ponto culminante da integração:

> Atendendo às recomendações de José Bonifácio, as estradas vem sendo abertas, ligando a capital às diversas províncias. Antes de Brasília, uma viagem de São Paulo, ou Rio, a Belém só poderia ser feita por avião ou navio. O Norte e o Sul estão ligados, hoje, por terra. O país costeiro, agarrado às areias da praia, transformou-se, graças a Brasília, num país integrado (MELLO, 1990, p.38).

Lendo o parecer acima sobre o processo de patrimonialização de Brasília, vemos a importância da integração nacional sendo apropriada pelo Iphan na construção do patrimônio urbano pelo entendimento de um processo histórico de rede de cidade brasileiras. Oeiras, como vimos acima, faz parte desse patrimônio nacional.

A atribuição de valor histórico de Oeiras recai também sob o casario e o arruamento em torno dos monumentos religiosos, exemplificado na imagem abaixo:

[35] Monumento histórico e artístico nacional, reconhecida a mais importante construção do século XX para teorias do urbanismo, a capital brasileira recebeu o título de patrimônio cultural da humanidade da UNESCO em 1987 (ainda hoje a única cidade moderna com tal honraria). Em 1990 deu-se a finalização do processo de tombamento do conjunto urbanístico de Brasília pelo Iphan.

FIGURA 9 – CASARIO EM TORNO DA IGREJA MATRIZ DE OEIRAS



FONTE: Acervo IPHAN. Foto de Margareth Leite.

Em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (tombada pelo IPHAN em 1940, ilustrada na imagem abaixo) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em áreas próximas ao rio da Mocha e rio da Pouca Vergonha, o núcleo urbano de Oeiras foi se formando:

FIGURA 10 – PRAÇA DAS VITÓRIAS



FONTE: foto do autor, 2018.

O dossiê em análise registra a forte presença da religiosidade na formação e organização do território piauiense, sendo a Praça das Vitórias (antiga Praça da Matriz), Praça Mafrense (antigo Largo da Conceição), Largo do Rosário e Praça Visconde de Parnaíba (antigo Largo do Conselho) lugares de diversas manifestações religiosas, cuja identificação influenciou os trabalhos de delimitação do perímetro de tombamento do centro histórico de Oeiras.

O processo de urbanização da população mais pobre ocorreu no largo do Rosário, hoje o bairro do Rosário (ilustrado na imagem abaixo), que faz parte do perímetro de tombamento:

FIGURA 11 – CASARIO ANTIGO DO BAIRRO DO ROSÁRIO. OEIRAS.



FONTE: Foto do autor, 2018.

Em relação ao patrimônio imaterial, no dossiê foram identificadas várias celebrações e manifestações culturais que ocorrem periodicamente no centro histórico de Oeiras, com destaque para manifestações religiosas, como as Festas dos Passos, a do Fogaréu, Festa do Divino**,** a tradicional Missa do Vaqueiro e Congos. Os lugares de celebrações religiosas e festas populares de Oeiras são destacados como importantes sustentáculos de identidade cultural local e elementos definidores do perímetro de tombamento.

No dossiê de tombamento "Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil durante o Século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca" destaca-se o valor histórico da expansão e o ordenamento urbanístico em torno dos monumentos religiosos. O reconhecimento, ainda nas primeiras décadas de atuação do Iphan, da Igreja Nossa Senhora do Carmo (tombada pelo IPHAN em 1940 e inscrita nos Livros do tombo Histórico e de Belas Artes) reforça tal valoração.

No dossiê a identificação do patrimônio ferroviário em Piracuruca[36], implantada no final do século XIX e início do século XX, atrelado ao crescimento da atividade extrativista vegetal (cera de carnaúba, óleo de babaçu e borracha de maniçoba), constitui a fase histórica da evolução industrial nos sertões.

FIGURA 12 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PIRACURUCA, DÉCADA DE 1980



FONTE: http://crcsecultpiaui.blogspot.com.br/2016/12/fotos-piracuruca-inventario-cultural-de.html.

O discurso da modernização e industrialização pela via ferroviária é analisado como forma de integração econômica das cidades do Piauí, uma vez que o encurtamento das distâncias entre a rede de cidades é um fator de crescimento e progresso:

> A inauguração da Estação Ferroviária de Piracuruca e do trecho que a ligava à cidade a Parnaíba, com aproximadamente 148 km de extensão. Posteriormente, com a construção de uma ponte metálica, ligou-se também a Piripiri e avançou em direção ao sul do Estado, chegando a Teresina em 1966 (IPHAN, 2008d, p.33).

[36]A Estrada de Ferro Central do Piauí, que começou a funcionar em 1923, foi desativada em 1997.

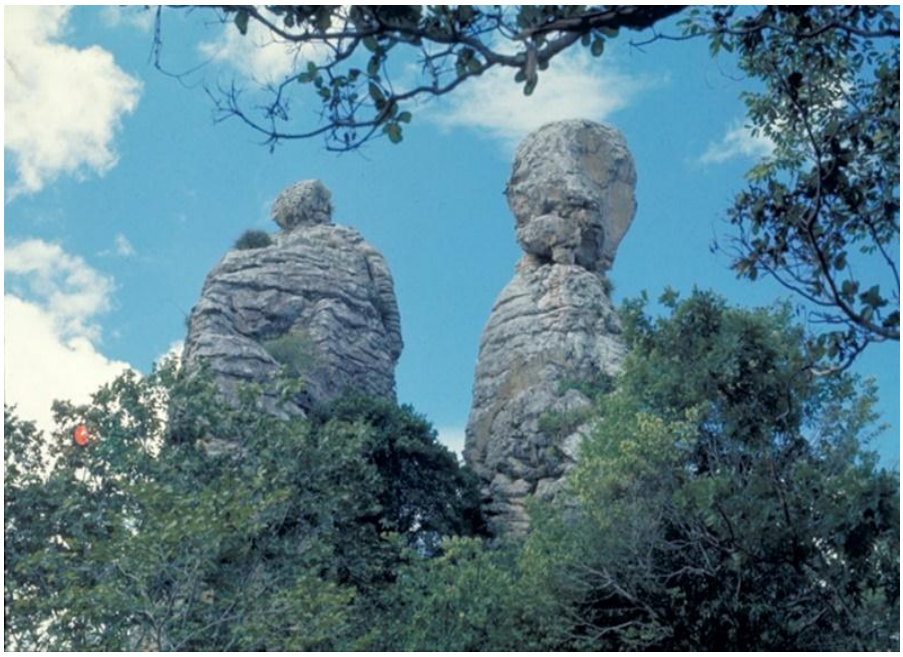
Os valores históricos de Piracuruca são sintetizados assim pela visão de conjunto urbano que comporta diversas temporalidades, destacando a presença de vários planos urbanísticos que foram se projetando ao longo do tempo a partir da modernização econômica nos sertões.

Apesar de não fazer parte da poligonal de tombamento, no dossiê é identificado o patrimônio natural e arqueológico em torno de Piracuruca como futuras potencialidades econômicas a serem exploradas:

> Localizada entre as belezas naturais e arqueológicas do Parque Nacional de Sete Cidades e o litoral, por não ter alcançado um desenvolvimento econômico e urbano significativo, Piracuruca encontra-se hoje relegada a um papel de passagem para esses dois atrativos turísticos. As potencialidades da cidade representadas pelo seu patrimônio cultural são pouco aproveitadas e, frequentemente, ignoradas nos roteiros turísticos da região: as antigas fazendas, o casario, as praças e igrejas – em especial a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, já tombada pelo IPHAN; o meio físico – natural ou agenciado pelo homem, entre eles o complexo turístico da Prainha e o Lago da barragem, ambos no Rio Piracuruca; o patrimônio imaterial - festas populares e religiosas como a da Carnaúba e o novenário da santa. (IPHAN, 2008e, p.5).

Na escrita acima sinaliza-se que o potencial do patrimônio cultural ainda é pouco aproveitado em termos de um turismo regional. O Parque Nacional de Sete Cidades, citado no dossiê, próximo à Piracuruca, também é apontado como um grande potencial para o patrimônio.

FIGURA 13 – PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADES



FONTE: Acervo digital do IPHAN. Foto de Marcio Vianna.

Pela conjugação sítio urbano e arqueológico, constituídos por processos históricos de urbanização e ocupação humana, visualizamos uma leitura histórica que pretende apontar formas de preservação com base nos valores atribuídos “em rede”.

Trazendo uma narrativa que vincula o espaço urbano e o meio natural, juntamente com a argumentação histórica do processo de urbanização do território, os processos de tombamentos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí fomenta ações e possibilidades de apropriações culturais como qualificadores de vida comunitária.

A análise que se oferece acerca da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e de sua respectiva instrumentalização patrimonial se relaciona com os novos compromissos assumidos pelo Iphan em desenvolver potenciais econômicos, culturais e sociais do patrimônio.

2.4 Apontamentos da atribuição de valor nos conjuntos urbanos tombados no Piauí

A partir da documentação analisada ao longo do capítulo averiguamos que houve um esforço em tornar o processo de patrimonialização de conjuntos urbanos no Piauí um marco metodológico. Sob a perspectiva do olhar em rede, as cidades são agenciadas como genuínos lugares em que se integram uma vasta gama de elementos culturais.

Numa perspectiva integrada da identificação e reconhecimento dos valores culturais ali encontrados, gera-se uma expectativa de se trabalhar também com outros instrumentos de proteção e preservação, tendo em vista a identificação de elementos culturais ligados ao patrimônio imaterial e as paisagens naturais envoltórias dos sítios urbanos ricas em biodiversidade.

Os valores históricos e paisagísticos sustentam a justificativa da patrimonialização executada. Sobre a bacia do Rio Parnaíba, por exemplo, denota-se a importância da integração desses valores no conhecimento territorial e da paisagem local:

> Ali a paisagem se apresenta como uma continuidade dos Lençóis Maranhenses: dunas de areias se intercalam com áreas de mangue e florestas de carnaúbas, e a proximidade com o litoral oferece uma diversidade paisagística e biológica como poucos outros lugares do Brasil. Esta diversidade, ao longo da história de Parnaíba, foi apropriada pela população que utilizou seus produtos nas indústrias locais (de cera de carnaúba e óleo de babaçu) e até hoje tira dela seu sustento (cata de caranguejo e plantação de caju), em uma atividade extrativa não-predatória, exemplar de convívio adequado entre o homem e a natureza (FINGER, 2010, p. 73).

A identificação da natureza como valor cultural é um dos aspectos que recebe atenção nos processos de tombamentos de conjuntos urbanos ora analisados. Há um

esforço de relacionar esse valor de paisagem natural aos outros valores culturais comumente atribuídos: históricos, urbanísticos, artísticos e arqueológicos.

Um olhar sobre o recorte temporal e espacial utilizado pela Rede de Patrimônio nos remete de imediato a proposta historiográfica do enquadramento de ritmos temporais: uma "longa duração" que remete a relação homem/meio ambiente; uma "média duração" que remete as mudanças econômicas do capitalismo; e uma "curta duração" que remete aos eventos políticos cotidianos, conforme vemos abaixo:

> A arqueologia visa compreender e estudar os primórdios dessa ocupação (com um trabalho já consistente relacionado a sítios como a Serra da Capivara, Pedro II e Pedra do Castelo, onde as pesquisas realizadas mudaram as teorias sobre a permanência do homem nas Américas), a cultura indígena (relacionadas às foras de construir que deixaram marcas na arquitetura piauiense, e também aos hábitos alimentares, hoje reconhecidos através da identificação dos sistemas ligados ao caju, iniciado pela cajuína), o contato com os colonizadores a partir do século XVIII, com a expansão do gado para o interior, uma política oficial de colonização desenvolvida pela Coroa Portuguesa (onde se situam os bens analisados neste momento) e a trajetória do Estado até os dias atuais (o comércio da carnaúba, a mudança da capital, entre outros) (FINGER, 2010, p.71).

A contextualização do território se dá pela linha histórica contínua que situa arqueologia e os primórdios da ocupação humana; a cultura material formada pela hibridização cultural entre europeus, indígenas e africanos; atividades econômicos empreendidas no território pela intervenção humana; a formação de tradições culturais, celebrações religiosas, produtos artesanais, culinária; a paisagem do meio natural e cultural; e eventos que marcaram a política oficial da colonização portuguesa.

A utilização dessa escrita é esboçada no sentido de inserir os bens culturais do Piauí num projeto de construção de um patrimônio nacional:

> [...] cabe aos interesses nacionais voltar a atenção para o Estado do Piauí, buscando o reconhecimento dos valores expressos em raízes locais e regionais que são integrantes e elucidativos de outras facetas de uma identidade brasileira, promovendo, ainda, uma revisão da historiografia nacional, pouco descritiva a respeito daquele mosaico do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico (IPHAN, 2008a, p.12).

A amplitude dessa escrita macronacional dialoga com a proposta de potencialização e expansão do patrimônio experimentada pela Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

A possibilidade de estudar as práticas de patrimonialização e a atuação do Iphan no Piuaí nos ajuda a perceber como foi utilizado num determinado tempo e espaço um discurso de atualização e potencialidade no uso do patrimônio, bem como as expectativas e novas responsabilidades surgidas em torno da Rede de Patrimônio Cultural.

Essa é uma preocupação que ressoa nas discussões atuais do Iphan, como foi apontado nos pareceres apresentados no conselho consultivo, que constam nos três processos de tombamentos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca:

> [...] não podemos também nos esquecer de que o ato do tombamento representa mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades, como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativamente e legalmente responsável pela preservação daqueles bens REIS FILHO; FINGER, 2017, p.239).

Averiguando possibilidades, expectativas e resultados alcançado da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, analiso no próximo capítulo discursos de técnicos do Iphan que atuaram em tal produção patrimonial e em sua execução, buscando assim confrontar esses discursos com a visão construída de rede do patrimonial no Piauí.

Capítulo 3 – A Rede de Patrimônio Cultural do Piauí: expectativas e responsabilidades

Não é perguntar qual a autenticidade, qual a historicidade desse passado que tenho no presente, mas o que esse presente, modelado pelo passado, tem de valor específico para a vida atual.[37]
Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

A configuração da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí foi construída a partir de várias demandas internas e externas presentes no Iphan, que são elas: atualização conceitual, representatividade nacional, ampliação do rol de bens a serem patrimonializados e resolução de demandas internas da instituição.

Tendo em vista essa configuração, finalizamos a dissertação com o intuito de compreender a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e sua abordagem conceitual em relação a conjuntos urbanos em sua relação com o momento institucional na qual o Iphan se insere, mostrando assim parâmetros para verificarmos resultados obtidos em torno de tal experiência.

A metodologia utilizada parte do *loci* de atuação do exercício e das práticas que são realizadas a partir dos agentes de patrimonialização. Analiso assim as atas de reuniões do Conselho do Conselho Consultivo do Iphan que resultaram em debates e discursões sobre a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e suas implicações num contexto político e institucional de 2006 a 2012.

Recorremos também a entrevistas com técnicos que trabalharam diretamente com os processos de tombamentos dos conjuntos urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. Tais relatos forneceram importantes subsídios que complementarão as análises conclusivas da pesquisa.

[37] Ata da 59º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

3.1 O Estoque Patrimonial

Os conceitos e práticas adotados pelo Iphan a partir da experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, analisado nos capítulos anteriores, dialoga com uma nova frente política de ampliação do patrimônio cultural.

A reestruturação do Iphan, em termos de incentivo, pessoal técnico e administrativo ocorreu a partir de programas federais de incentivo à cultura. A gestão presente do Ministério da Cultura-MinC é citada como uma atuante gestão nas reuniões do conselho consultivo do Iphan:

> Estamos conseguindo aprovar na Câmara de Deputados, com um esforço enorme, o Plano Nacional de Cultura, a PEC 150, que reserva 2% do orçamento para o Ministério da Cultura, o Vale Cultura e está seguindo para o Senado... Discutimos intensamente com os produtores culturais e com a sociedade um novo sistema cultural no Brasil, com novos marcos regulatórios, com novos sistemas de fomento e incentivo. Então, acho que estamos vivendo um excelente momento... A cultura vai ser contemplada com os recursos do Fundo Social do Pré-Sal, é um reconhecimento que faz parte das quatro ou cinco políticas estratégicas para permitir que o país se prepare pro século XXI. Então, tenho uma expectativa de modernização do IPHAN como instituição, antes de sairmos do Ministério no final do próximo ano (IPHAN, 2009a, p.6).

A conjuntura política proporcionou grandes incentivos na área cultural, ficando a cargo do Iphan levar adiante novas diretrizes e responsabilidades na constituição das políticas de patrimônio e memória.

Na gestão de Luiz Fernando de Almeida como presidente do Iphan e Dalmo Vieira Filho como diretor do Depam foi afirmada uma política de expansão do patrimônio e assim legitimar uma gestão alinhada com novas ideias e metodologias de trabalho.

A estratégia traçada pela direção do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam foi diagnosticar demandas locais e estimular estudos culturais a partir de trabalhos de inventários de campo. Também foi construído o discurso da presença institucional nas diversas regiões:

> Depois da reestruturação já estamos presentes em todos os estados brasileiros, o IPHAN consolidou os seus escritórios, as suas Superintendências em todos os estados, ou seja, todas as antigas sub-regionais têm autonomia, as Superintendências de Roraima, do Acre, do Amapá, do Rio Grande do Norte se equivalem, sob o ponto de vista de capacidade de gestão, de administração, às nossas Superintendências mais antigas. (IPHAN, 2009a, p.2).

A conjuntura institucional na qual a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí está inserida nos mostra esse direcionamento para que se expandisse tanto representatividade nacional dos bens culturais quanto a presença institucional. Esse direcionamento levará a defesas e afirmativas de ampliação do "estoque patrimonial" entre 2006 a 2012.

Ao ser levado ao Conselho Consultivo do Iphan a proposta de três bens culturais do Piauí, a Ponte João Luís Ferreira ligando Teresina, no Estado do Piauí, a Timon, no Maranhão; a Floresta Fóssil do Rio Poti em Teresina; e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, foi discutida a justificativa do esforço de redimensionar a presença do Iphan no país, tendo como base a patrimonialização em rede de bens culturais no Piauí:

> A proposição hoje apresentada é parte do esforço de redimensionar a presença do IPHAN em todo o país. A necessidade deste movimento é evidente, pois nossas dificuldades históricas impediram que empreendêssemos uma distribuição completa dos bens representativos do patrimônio no conjunto do território brasileiro. Temos 43,13% dos tombamentos concentrados na região sudeste, contra 3,06% no norte do país, e 5,13% no centro oeste. No sul estão 11,16% dos nossos bens protegidos. No Piauí, além do tombamento do Parque Nacional da Serra da Capivara, efetuado em 1993, os últimos tombamentos efetivados pelo IPHAN datam de 1940. Foi a partir da análise ampla de um dos estados da federação, dos mais ricos e expressivos do ponto de vista de seu patrimônio cultural – diga-se de passagem, que se propõe um leque de proteção e reconhecimento de valor que não terminará hoje. (IPHAN, 2008b, p.8).

Sob essa justificativa, a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí se insere no esforço de expansão patrimonial e redimensionamento da presença do Iphan em todo o país. Começa pelo estado do Piauí uma busca em suprir ausências institucionais a partir de novas metodologias de trabalho. Foi exaltada com grande expectativa no Conselho Consultivo, de acordo com a relatoria abaixo:

> [...] queria cumprimentar o IPHAN pela iniciativa dessa abordagem integrada do Estado do Piauí, que anteriormente não pôde ser tratado com a mesma intensidade de outras regiões do país. Talvez agora com essa abordagem integrada entre patrimônio material e imaterial associada a uma estratégia que envolva desenvolvimento e utilização desse patrimônio, as perspectivas parecem muito boas, certamente ficará compensado esse período de ausência relativa do IPHAN. (IPHAN, 2008b, p.11).

Uma das expectativas geradas é a de que a abordagem integrada da patrimonialização em rede possa corrigir anos de ausência e estagnação do Iphan naquele território e em possíveis outras regiões. A ampliação do "estoque patrimonial" dialoga fortemente com a abordagem integrada da Rede de Patrimônio.

A construção efetiva de uma rede de proteção dos bens de valor cultural busca assim integrar o patrimônio protegido nas políticas e nas ações de desenvolvimento regional. Essa expectativas e responsabilidades giram em torno também da problemática da preservação de centros urbanos históricos e a requalificação urbanística.

Trazendo dados relativos ao progressivo número de estudos de tombamentos de conjuntos urbanos, o então diretor do Depam vê como fundamental aumentar a significância de conjuntos urbanos históricos e paisagísticos:

> Esse movimento fez com que pudéssemos trazer ao Conselho Consultivo, nos últimos dois anos, o tombamento de João Pessoa, capital da Paraíba; de Parnaíba, segunda cidade da Piauí, de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, entre várias outras. Encontram-se na Procuradoria Federal do IPHAN, para análise, propostas de tombamento de áreas centrais em Paranaguá, no Estado do Paraná; em Santa Tereza, no Rio Grande do Sul; em Iguape, no Estado de São Paulo; em São Felix, na Bahia; em Piracuruca, no Piauí; em Serra do Navio, no Amapá, além de vários processos pontuais, como é o caso dos Remanescentes da Imigração Japonesa no Vale da Ribeira. Existem diversos estudos específicos já com os seus processos concluídos e prontos para serem trazidos ao Conselho. Em vias de conclusão temos os centros históricos de Manaus, de Belém; de Rio Branco, no Acre; de Cáceres; de Goiana; de Natal; de Pedro II, no Piauí; de Paracatu, em Minas Gerais; de Oeiras, no Piauí; de Jaguarão, no Rio Grande do Sul; e de Amarante, no Piauí. Então, esse esforço tem se traduzido concretamente no avanço das áreas protegidas. (IPHAN, 2009a, p.9-10).

Na direção do Depam, Dalmo Vieira Filho apresenta o potencial das cidades brasileiras nas políticas de preservação do patrimônio cultural:

> Destacarei inicialmente que há um grande esforço do IPHAN no sentido de ampliar a sua participação nas áreas protegidas no conjunto das cidades brasileiras, esse esforço ganhou um incremento a partir de 2007. Ele se baseia em fundamentos estratégicos, em aumentar a significância das áreas protegidas no conjunto da problemática urbana do Brasil. Nós percebemos que a própria configuração da cidade do século XXI não pode prescindir das áreas preservadas, que precisam se inserir nos processos de modernização das nossas áreas urbanas. Ao falarmos em significância, pensamos que ela precisa se dar com a ampliação do estoque patrimonial brasileiro nas áreas protegidas. (IPHAN, 2009a, p.9).

Vieira Filho relaciona a questão da ampliação do estoque patrimonial com a problemática urbana no Brasil. A modernização das áreas urbanas tende assim pautar-se na preservação histórica e paisagística, já que ambas relacionam-se diretamente com o cotidiano das comunidades e de sua história com esses espaços de memória, o que nos leva a pensar na qualidade de vida das populações urbanas.

Se pelo olhar de "rede de cidades" houve um aumento de reconhecimentos de conjuntos urbanos históricos, a ideia também buscou avançar em direção a demandas que já vinham sendo pautadas pelas superintendências e escritórios regionais.

Na ata da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foram discutidas as propostas de tombamentos de quatro conjuntos urbanos (Antonina-PR, Manaus-AM, Oeiras-PI e Piracuruca-PI):

> Hoje, os Senhores Conselheiros estarão analisando quatro processos de conjuntos históricos e paisagísticos que exemplificam de forma muito clara, a modificação do pensamento e das estratégias do IPHAN em relação aos centros históricos e, sobretudo, uma leitura do patrimônio a partir do entendimento da questão do território, que considero exemplar. (IPHAN, 2012a, p.77).

A fala destacada acima revela a modificação do pensamento e das estratégias do IPHAN em relação aos centros históricos, fazendo com que as ações de ampliação da representatividade cultural ganhasse legitimidade pelo avanço de identificações e reconhecimentos de conjuntos urbanos.

Claudiana Cruz dos Anjos, superintendente do Iphan no Piauí, ressalta, na mesma reunião citada acima, que "Há um desejo, de muito tempo, de reconhecermos esse patrimônio vinculado aos Jesuítas, é um desejo antigo, que não está desvinculado da rede, é uma continuidade da proposta" (Ata da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2012, p.165). A rede de patrimônio gera assim uma expectativa de abrir novas possibilidades de patrimonialização.

As discussões trazem como mote o esforço de uma política de ampliação do estoque patrimonial que priorizou principalmente cidades históricas. Vemos a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí não foi apenas uma atualização conceitual das práticas de patrimonialização, mas também como uma estratégia para atender a outras demandas internas referentes aos processos de tombamentos, que puderam se realizados numa determinada conjuntura política.

Averiguo agora relatos de técnicos que vivenciaram o processo de implantação da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e como essa estratégia foi executada e operacionalizada sob a ótica dos seus lugares de atuação.

3.2 A Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e sua Instrumentalização

Vimos que a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí está relacionada com o discurso de ampliação do estoque patrimonial por meio identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos. Essa ação busca trazer uma atualização nos processos de tombamentos, principalmente de conjuntos urbanos, seja pela identificação, proteção e gestão desses bens culturais.

O Depam e sua equipe de técnicos, a partir de 2006, empreendeu uma série de inventários de conhecimento a fim de otimizar o conhecimento sobre os bens culturais. Teve destaque o desenvolvimento do SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – metodologia informatizada adotada para articular, utilizando ferramentas de

georreferenciamento, conhecimento sobre os sítios, iconografia disponível, cadastro dos bens culturais e a descrição dos instrumentos de proteção e gestão.

O SICG se configura como uma metodologia de sistematização e organização sobre o patrimônio de maneira integrada, construída por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: conhecimento, gestão e cadastro, o SICG é uma ferramenta pensada numa forma ampliada do patrimônio, sistematizando informações de ações do Iphan.

Com foco nos bens de natureza material, umas das aplicações fundamentais do SICG foram os inventários de conhecimento a partir dos macros processos econômicos, trabalhando com recortes territoriais e temáticos diversos.[38]

A utilização do SICG e sua metodologia teve sua conceituação formulada a partir da experiência de produção dos dossiês de tombamentos das cidades históricas do Piauí. Esse ponto é relatado pela arquiteta Anna Finger, que trabalhou no Depam coordenando os estudos de tombamentos:

> É a mesma lógica, porque o primeiro volume geral, das três cidades, faz o papel da ficha M101 do SICG Depam, que é o contexto com o recorte temático e territorial. E aí, os volumes específicos de cada cidade fazem o papel da ficha M102, que é o olhar sobre o bem específico. Então visualizamos o contexto macro e agora visualizamos o contexto micro de cada cidade. Esses estudos diferentes têm a mesma ótica. Se a gente fosse fazer o levantamento dos conjuntos urbanos do vale do São Francisco seria bastante semelhante o processo. Faríamos uma contextualização do processo de ocupação do Vale do Rio São Francisco e depois partiríamos para os contextos específicos, sejam conjuntos urbanos, sejam trechos de paisagens. Os inventários dos Roteiros da imigração foi a mesma coisa. (FINGER, 2018, s.n.p).

A abertura dos processos de tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí data de 2006 e a estruturação e lançamento do SICG em 2009. Comparando as duas metodologias respectivas de cada uma, vemos semelhanças no forma de operacionalização da identificação e reconhecimento de bens culturais.

A prática de olhar os bens entendendo-os em contextos mais amplos foi uma maneira na qual o Depam buscou se afirmar diante dessa nova conjuntura. Com o Depam trazendo uma nova instrumentalização, diversos estudos e pesquisas foram encaminhadas no sentido de uma possível viabilização. Em relação ao Piauí, Claudiana Cruz dos Anjos, técnica do Iphan no Piauí, relata que

> O interesse por esses processos de tombamentos [Parnaíba e Oeiras, principalmente] eram muito anteriores, inclusive a minha participação.

[38] Estudos que visaram conhecer o universo de bens culturais de determinada região e que geraram alguns processos de patrimonializações (como o Vale do Ribeira, em São Paulo, o Rio São Francisco, por exemplo), relacionados com determinado tema (como a arquitetura moderna ou o ciclo da Cana de Açúcar, do ouro, do tropeirismo, do algodão, da erva mate, da borracha, da navegação de cabotagem).

> O interesse veio com a Diva Figueiredo, então na época superintendente, mas que ainda não tinha estrutura para a realização. (ANJOS, 2018, s.n.p).

A arquiteta Diva Figueiredo, que já havia desenvolvido uma pesquisa acadêmica sobre o conjunto histórico de Parnaíba, já vinha defendendo a ideia do tombamento em nível federal de cidades históricas no Piauí.

A ideia de que faltava uma estrutura para a viabilização de tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí é apontada pelo técnico Murilo Cunha Ferreira, que trabalhou na superintendência do Iphan no Piauí.

Este relata que "a ideia de trazer o tombamento em rede pôde 'desatar alguns nós' e acelerar o processo de tombamento, que normalmente seria muito mais demorado" (FERREIRA, 2018, s.n.p). Haja vista a existência de uma demanda em patrimonializar conjunto urbanos no Piauí representativos de um "ciclo econômico" consagrado pela historiografia brasileira (ciclo econômico das fazendas de gado), a ideia do tombamento em rede de conjuntos urbanos encontrou um campo de atuação aberto a operacionalização.

Segundo a assertiva do diretor do Depam, Dalmo Vieira Filho, "o panorama geral será sempre mais enriquecido – e enriquecedor – na medida em que ultrapasse os limites administrativos de cada estado e trabalhe com recorte territoriais e temáticos que dão sentido à história do patrimônio" (VIEIRA FILHO, 2011, p.44). Dessa forma, pelos recortes temáticos trabalhados, a visão em rede de conjuntos urbanos não se restringia a um estado em específico.

No entanto, a operacionalização de tal metodologia de contextualização foi sendo adequada aos limites da estrutura organizacional do Iphan e de suas ferramentas de patrimonialziação, como nos mostra Finger logo abaixo:

> A ideia nunca foi ficar restrito a um estado. O inventário do São Francisco, por exemplo, pegou vários. No Piauí a coisa se deu dessa forma por ter sido uma iniciativa da superintendência, que só tinha autonomia sobre aquele Estado, mas poderia ter avançado para o Ceará, por exemplo. Aliás, se você ler o dossiê de Oeiras vai ver que há ali muita menção às vilas do Ceará, que são da mesma época. Mas esbarramos aqui em questões operacionais internas da instituição, cada Superintendência tem suas prioridades, e a ideia nunca foi forçar o desenvolvimento de um trabalho. (FINGER, 2018, s.n.p).

Dentro dos limites da estrutura organizacional do Iphan, a experiência da rede de patrimônio do Piauí foi sendo construída. Claudiana Cruz dos Anjos ainda ressalta a capacidade humana em empreender essas ações:

> Um outro viés era também dos jesuítas, que poderia ser uma vinculação com o Ceará, identificação de colégios, de assentamentos, etc. as fontes

> estariam no Piauí e no Ceará. Mas, do ponto de vista da ação, não conseguimos ultrapassar fronteiras. A gente saiu de três tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí e não tínhamos mais capacidade humana até de dar conta de gerir tantos bens. Então nosso foco [foi] sendo direcionado para a gestão desses bens. Se tivéssemos tido uma força de trabalho maior teríamos continuado os tombamentos. (ANJOS, 2018, s.n.p).

Importante destacar a vinculação histórica atribuída ao longo da contextualização das cidades históricas. As discussões sobre o "olhar mais ampliado" para os bens, notadamente os conjuntos urbanos, para além da arquitetura, foi ganhando corpo com o andamento da instrução técnica do conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba:

> Percebemos que essas cidades tinham uma origem comum: a fundação de uma série de vilas no interior do território, ligadas ao processo de consolidação da ocupação territorial pela coroa portuguesa, e à estruturação de uma ligação pelo interior para as duas colônias portuguesas na América do Sul: a colônia do Brasil e a colônia do Maranhão e Grão Pará. A partir de então começamos a olhar para esses primeiros núcleos como uma rede de cidades, e com o desenrolar da instrução técnica de Parnaíba, percebemos que a história das três estava bastante conectada a uma intensão comum, e ao separar as instruções técnicas perderíamos essas conexões que entendemos como de importância para o embasamento do valor histórico dos conjuntos. Então eu acabei insistindo bastante na argumentação de que deveríamos trabalhar esses bens como testemunhas de um processo (a ocupação do interior do Brasil), e interligados uns aos outros, identificando seu papel dentro de um sistema urbano (conexões comerciais, políticas, estratégicas). E assim acabamos adotando o termo "rede" por já ser bastante utilizado quando se fala em "rede urbana", por exemplo. (FINGER, 2018, s.n.p).

A proposta de estabelecer vínculos históricos no território e a conexão entre as cidades históricas é construída na argumentação dos dossiês de tombamentos, que se propõe como política inovadora de atuação do Iphan, afirmando-se que a proteção será mais efetiva se estes bens forem tratados como um todo, a partir de seu sítio natural, da rede de cidades e fazendas ali estabelecidas e das influências culturais presentes, considerando estes aspectos como interligados em rede. Tal justificativa respaldou a justificativa dos três tombamentos de conjuntos urbanos estudados no capítulo 2.

Pela questão do recorte temático utilizado no tombamento de conjuntos urbanos do Piauí, a implantação da metodologia de tombamento em rede no Piauí obteve avanços na implantação de ideias, como um plano integrado de tombamento no estado do Piauí, que por limitações não foram continuadas. O tombamento de sedes de fazendas, tal como foram realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, faltou realizar também no Piauí, conforme relato abaixo:

> [...] faltou ainda um segundo passo, que era o reconhecimento da arquitetura rural. A gente tinha uma ideia de fazer inventários de sedes

> de fazendas, as unidades de produções, tanto no Piauí como no Ceará. A gente não tem sedes de fazendas tombadas como tem no Rio de Janeiro, São Paulo. A importância histórica que a gente definiu como valor para um tombamento nacional das cidades está presente também nesses edifícios isolados de caráter rural. (FERREIRA, 2018, s.n.p).

Analisando o relato de Murilo Cunha Ferreira, técnico que na instrução do processo de tombamento de Oeiras, as sedes de fazendas são lembradas no inventário feito ainda no final da década de 1930 pelo arquiteto do Iphan Paulo Thedim Barreto, que fez um estudo sobre a arquitetura rural piauiense. A potencialidade desse reconhecimento para o campo do patrimônio cultural brasileiro seria, de acordo com Ferreira, um importante passo ainda a ser explorado, portanto uma demanda interna bastante antiga da "casa".

Uma questão importante a ser destacada foi a retomada nas possibilidades de diálogos dos instrumentos de proteção nas práticas de identificação e reconhecimento em conjuntos urbanos. A importância dada aos elementos imateriais na configuração do perímetro de tombamento do conjunto urbano de Oeiras foi um ponto destacado na entrevista realizada com o técnico Murilo Cunha Ferreira:

> A gente tinha o decreto nº 3551/2000, então esse assunto estava bem "fresco" na época. A questão de aliar o patrimônio material com o imaterial era uma determinação do Iphan como eixo norteador e pra gente foi muito importante também. Em Oeiras deixamos muito claro, mais do que nas outras, a questão do imaterial presente no sítio urbano. As manifestações que se davam ali eram muito relevantes, mais do que em Parnaíba e em Piracuruca. O que a gente destacou em Oeiras foram as manifestações que tinham o centro histórico como palco e que de alguma forma moldavam e influíam na paisagem urbana. As manifestações da Semana Santa, com o percurso da Procissão dos Passos, a festa do Divino, a festa do Rosário, a festa da padroeira Nossa Senhora das Vitórias, os Congos que tem o adro da igreja do Rosário como palco da sua manifestação (FERREIRA, 2018, s.n.p).

Os monumentos arquitetônicos ligados ao percurso da Procissão dos Passos[39] foram um dos elementos condicionantes da proposta de tombamento, exemplificado na figura abaixo:

[39] Procissão que abre as festividades da Semana Santa no município de Oeiras que faz memória ao trajeto percorrido por Jesus Cristo desde sua condenação à morte no pretório até o seu sepultamento. São quatorze passos, simbolizado em pequenos monumentos, onde são realizadas orações pelos fiéis.

FIGURA 14 - UM “PASSO” DO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS



FONTE: foto do autor. 2018.

A festa do Rosário[40], umas das grandes festas religiosas de Oeiras, também é identificada como um elemento imaterial que ajudou a incluir o largo do Rosário no perímetro de tombamento, ilustrado logo abaixo:

[40] Festividades em honra da Nossa Senhora do Rosário, na Lage. Estas festas têm uma vertente religiosa, cultural, social e popular.

FIGURA 15 – LARGO DO ROSÁRIO, COM A IGREJA DO ROSÁRIO AO FUNDO.



FONTE: foto do autor. 2018.

Podemos, a partir de agora, ter uma boa ideia de como um conceito de patrimônio "em rede" foi utilizado para valoração de conjuntos urbanos, seus avanços e suas limitações em sua instrumentalização no âmbito do Iphan. Em seguida, teceremos mais algumas reflexões acerca da aplicação do conceito de Rede de Patrimônio no Piauí, trazendo problematizações quanto ao seu entendimento e uso na questão da valoração de conjuntos urbanos.

3.3 Narrativas da Atribuição de Valor nos Processos de Tombamentos

Na esteira da investigação da ação dos sujeitos históricos, aos variáveis usos e aplicações das ferramentas de preservação são examinadas a partir das continuidades e descontinuidades impostas pelas dinâmicas do cotidiano. Tal abordagem permitiu-me a observação discursiva de agentes culturais que projetaram, discutiram e executaram ações de patrimonialização referentes a conjuntos urbanos.

Confrontamos os pontos de vista das ações de patrimonialização de conjuntos urbanos pela ótica dos produtores e profissionais do patrimônio que nos permitiram estudar as mudanças de visão e formas de atuação a partir da experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

A partir da análise do embasamento teórico-metodológico utilizado na instrução dos tombamentos dos Conjuntos Urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, propõe-se aqui uma questão a ser investigada: havia uma ideia explícita de se fazer uma contraposição conceitual aos tombamentos de conjuntos urbanos anteriores? Por meio dessa pergunta traçamos um ponto de partida pude realizar entrevistas com técnicos do Iphan que vivenciaram e colocaram em prática ideias subjacentes a Rede de Patrimônio Cultural no Piauí.

Segundo os relatos de entrevistados, a ideia inicial não era de fazer uma contraposição conceitual. Anna Finger, técnica do Depam e responsável pela instrução de tombamento de Parnaíba-PI, fala que só teve consciência disso (contraposição conceitual) bastante tempo depois, sendo que

> O embasamento, na verdade, foi bastante intuitivo. A gente foi construindo ao longo do processo. Nisso participaram muitas pessoas. Eu coordenei esses processos pelo Depam, mas eu lembro de contribuições essenciais do "Soneca", da Celma Souza Pinto, Tamara (historiadora da arte), a Diva Figueiredo e a historiadora Áurea, que fez esse vídeo mais amplo de apresentação, a Claudiana Cruz, o Dalmo Vieira Filho, que foi quem levou adiante essa proposta de mudança de visão que a gente estava construindo e que a gente ainda não tinha clareza de onde a gente ia chegar. (FINGER, 2018, s.n.p).

Claudiana Cruz do Anjos, técnica da superintendência do Iphan em Teresina-PI, relata que "havia sim muita ciência de que havia uma resistência em relação aos tombamentos. Mas, falando por mim, que participei das discussões, não era talvez um sentido de ruptura, mas de um sentido de inclusão" (ANJOS, 2018, s.n.p). Já segundo Murilo Cunha Ferreira, então técnico da superintendência do Iphan em Teresina-PI, relata da seguinte forma:

> Eu conhecia esses conceitos de cidade-monumento através de leituras, eu tinha em mente, a gente sabia, pela característica dos sítios históricos, que eles não eram "monumentais", não poderíamos comparar esses conjuntos urbanos com Ouro Preto, Salvador, Mariana. Mas não foi uma coisa determinante, um eixo central de construção do argumento... A questão dos edifícios religiosos estruturando a cidade de Oeiras tem a mesma lógica e importância histórica que a cidade de Ouro Preto. A igreja do Rosário em cima do monte, a ligação da igreja matriz com a igreja do Rosário, o casario no entorno, então tudo isso a gente considerou que tinha um relevante valor de paisagem urbana. (FERREIRA, 2018, s.n.p).

Nas falas acima, vemos que o foco crítico da atuação centra-se sua mais na questão de cidades tidas como "monumentos", uma atribuição de valor comumente associada ao valor estético, artístico e arquitetônico das cidades na qual as cidades históricas do Piauí não se encaixavam em tal valoração.

A ideia de contraposição ao "valor de monumento" fica mais clara quando verificamos a fala de Anjos (2018, s.n.p) quando esta fala de uma certa "resistência" ao que estava sendo feito na instrução dos tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí. No entanto, a mesma ressalta que os referidos tombamentos foram mais uma tentativa de "inclusão", que pode ser entendido como uma complementação ao que já vinha sendo realizado.

O entendimento de que a justificativa para os tombamentos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca foi construída sob uma proposta de mudança de visão é ressaltada mais enfaticamente na fala de Finger (2018, s.n.p), cuja mudança de visão teria sido levada pelo diretor do Depam, Dalmo Vieira Filho. Finger ainda menciona que essa proposta de mudança estava sendo construída paulatinamente, no ritmo em que os trabalhos e as viagens de campo iam acontecendo.

Analisando esses relatos e comparando com a assertiva de atualização conceitual afirmada pelo Depam a partir do "Relatório de uma Gestão 2006-2010 - práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro", vemos o sentido de atualização conceitual menos como uma ruptura metodológica e mais como uma retomada de continuidade de ações, que dialoga com a diretriz de expansão do estoque patrimonial.

Mesmo não encontrando uma diretriz explícita de romper com a metodologia de atribuição de valor anterior, a proposta de se diferenciar dos tombamentos anteriores fica muito clara a partir da fala de Finger:

> [...]Isso foi uma mudança importante que esses processos de tombamentos do Piauí trouxeram. A partir de então, eu estava no Depam e vi que poucos processos não vieram com o olhar com o que a gente estava construindo no Piauí... A gente estava propondo uma ruptura na forma de olhar os bens culturais. Não é querendo fazer uma crítica, é apenas uma análise de contexto e de conjuntura... Internamente a proposta de tombamento de Parnaíba não era um consenso, e eu tinha consciência que eu estava rompendo paradigmas. E na Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, quando fui apresentar a proposta de tombamento de Parnaíba, os conselheiros receberam muito bem a proposta, contra as expectativas "negativas" por parte da equipe do Depam do Rio de Janeiro. No vídeo apresentado, fala-se desde a pré história do Piauí, da ocupação humana no território, dos sítios arqueológicos, geológicos, fala-se do processo de ocupação

> histórica no período da colonização, mostrando os bens que foram remanescendo nesse território. Isso foi bem legal porque reforçou uma ideia de território, com os bens culturais como testemunhas de um processo e não olhados por si mesmos (só pela arquitetura), e isso vai influenciar toda a gestão desses bens culturais. Então, esse processo de Parnaíba "plantou a semente" na forma do Iphan olhar os conjuntos urbanos. (FINGER, 2018, s.n.p).

Na fala acima vemos ser ressaltado o protagonismo do Depam e da equipe em conjunto com a SR do Piauí em afirmar uma ruptura na forma de olhar os bens culturais. Esses discursos são comuns em mudanças de planejamentos em determinadas gestões, principalmente sob a renovação de visões trazidas por novos agentes.

A ideia de ruptura e ampliação é relativizada pelos relatos dos entrevistados, onde ressalta-se o sentido de "inclusão" de novos olhares a conjuntos urbanos ressaltada por Anjos (2018, s.n.p), característica também apontada por Finger (2018, s.n.p).

Tendo em vista os tombamentos de conjuntos urbanos históricos do Ceará, a exemplo de Icó, Aracati, Sobral e Viçosa do Ceará[41], o inventário realizado por Paulo Thedim Barreto sobre a arquitetura rural piauiense, o olhar "diferenciado" não foi tanto em relação a localização da Rede de Patrimônio ser no Piauí, mas na forma de como foi construído o modelo de escrita dos dossiês de tombamentos, segundo o qual a proteção federal seja implantada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades e fazendas ali estabelecidas e das influências culturais presentes.

Vemos o foco argumentativo dos entrevistados enfatizarem os tombamentos de Conjuntos Urbanos da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí indo muito além da arquitetura, identificando elementos culturais que conformam a formação histórica do território do sertão piauiense. Interessante o relato de que "O tombamento em rede teve êxito no Piauí mais pela questão do reconhecimento, porque aí a gente pode acelerar os processos de tombamentos" (FERREIRA, 2018, s.n.p). Verificamos, ao longo das entrevistas, que o termo reconhecimento se refere mais a questão de que o Iphan pode, naquela conjuntura, prosseguir avançando sobre o que já havia sido identificado em relação a identificação de bens culturais no Piauí.

Com a criação da superintendência e a chegada de novos concursados, pôde-se ter condições e legitimidade fazer esses estudos de tombamento, que no caso do Piauí encontra-se já uma demanda, com o estudo realizado pela arquiteta Diva Figueiredo,

[41]Cidades oriundas dos caminhos antigos do gado e da implantação de fazendas. Cidades históricas tombadas 1997, 2001, 1999 e 2003, respectivamente.

como apontado por Finger, corroborando com o sentido de "inclusão" da visão de Rede de Patrimônio aos trabalhos já em desenvolvimento:

> A Diva Figueiredo, que já tinha estudado Parnaíba no mestrado, entendia que Parnaíba merecia um reconhecimento como patrimônio nacional. E aí ela pediu apoio para o Dalmo para fazer de início o processo de tombamento de Parnaíba e depois ampliar para Oeiras e Piracuruca, que ela também já conhecia e que também via com potencial para tombamento. E então foi a equipe do Depam para Parnaíba para dar apoio técnico para fazer a instrução do processo de tombamento de Parnaíba. (FINGER, 2018, s.n.p).

Ampliar o olhar dos conjuntos urbanos pelo olhar territorial foi a forma de se construir uma argumentação que desse conta da rede de cidades identificadas no Piauí. Isso alimentou a estratégia "estabelecer vínculos históricos no território, conexão entre esses lugares e uma ideia de "mosaico" de patrimônio, porque nessa mesma rede de cidades, encontramos o patrimônio arqueológico, ferroviário, bens imateriais" (ANJOS, 2018, s.n.p). Esse foi um ponto positivo destacado por Ferreira (2018, s.n.p), pois o tombamento em rede "pôde "desatar alguns nós" e acelerar o processo de tombamento, que normalmente seria muito mais demorado."

Mesmo com a ideia de expansão e atualização do olhar sobre os bens culturais, uma ideia de transição paradigmática pôde percebida aos poucos, tanto pela nova equipe do Depam quanto pela superintendência regional do Piauí. E isso também acarretou algumas resistências, como já relatado. Mesmo apontando que foi mais uma inclusão do que uma ruptura, Anjos (2018, s.n.p) não deixa de mencionar "resistências" a abordagem dos trabalhos no Piauí, conforme observamos no relato abaixo:

> Eu lembro que havia nos "bastidores" a ideia de que estávamos "banalizando" o tombamento. E esses comentários tem haver com isso. Tínhamos a ideia de aproximar o patrimônio das pessoas, do cotidiano. Houve alguma discussão em relação ao Livro do Tombo de Belas Artes, talvez em Piracuruca, por conta da arquitetura. Mas a ideia era atribuir outro valor, entender como conjunto, como paisagem diferenciada, de uma outra arquitetura. A ideia então era de incluir esses novos bens, que nem são tão novos assim. Em Oeiras havia o tombamento de três bens isolados, e que o tombamento em conjunto resolveu uma pendencia da instituição que era não ter definido os perímetros desses tombamentos... nosso olhar foi mais amplo e diversificado, tendo mais participação social, porque nessas cidades todas havia algum interesse local no tombamento, instituições interessadas, pessoas interessadas representantes da sociedade civil. Essas pessoas eram nossos parceiros locais e que também ajudava a disseminar a informação e na coleta de dados. Havia uma receptividade. (ANJOS, 2018, s.n.p).

Essas "resistências" apontadas acima são importantes indícios para pensarmos nas mudanças de diretrizes que correm dentro da instituição. A atribuição de valor de um determinado grupo de técnicos que não foi tão rapidamente aceito por equipes mais

“antigas” denotam que as práticas de valoração são dinâmicas e geram novas reflexões, expectativas e novas responsabilidades.

Com o andamento da construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, em seus amplos recortes territoriais elaborados nos dossiês, percebemos algumas fragilidades e dificuldades na concretização dos tombamentos pelo valores atribuídos que delimitaram as poligonais de tombamentos:

> A gente tem muito clara a paisagem que compõe o sítio, mas defender a gestão e a preservação dessa paisagem é muito difícil, porque as pessoas querem construir no leito do rio, ninguém entende como um rio faz parte do tombamento... E quando você não tem uma clareza maior da participação da paisagem no tombamento, fica muito difícil. Esses elementos paisagísticos foram definidores desses sítios, não foi apenas num sentido de “cenário”, mas de conformação desses sítios. (ANJOS, 2018, s.n.p).

Com a atribuição de valor histórico e paisagístico proposta pela construção da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí, houveram alguns desafios e críticas a serem enfrentados, principalmente na definição do perímetro das áreas tombadas, como apontado acima.

Nessas dificuldades de implantação da Rede de Patrimônio, no que tange a questão da paisagem urbana dos sítios, Ferreira (2018, s.n.p) destaca um “amadurecimento” nas discussões: “vendo o que a gente fez, ali já havia conceitos que foram sendo amadurecidos ao longo do tempo. A paisagem era uma coisa que ainda estava embrionária dentro do Iphan.” Pela questão da paisagem, a definição das poligonais de tombamentos ganharam outras medidas, o que acarretou discussões dentro do próprio Iphan sobre a questão da paisagem e de uma melhor instrumentalização e clareza em sua preservação e inclusão na definição da poligonal de tombamento.

Pela organização dos trabalhos do trabalho em conjunto dos técnicos do Depam e dos técnicos e da superintendência do Iphan em Teresina-PI, a prática de valoração proposta pelo Depam teve sua experimentação confrontada com antigos e novos desafios de gestão em cidades tombadas. Com isso, a extensão da poligonal de tombamento foi um problema a ser adequado no tombamento, conforme relato abaixo:

> A gente já tinha um exemplo de poligonal muito grande, a de Sobral no Ceará, que tinha problemas de gestão. Mas o Depam não via dessa forma, ele achava que o tombamento tinha que ser muito amplo. A gente está vendo os problemas de gestão de Parnaíba agora, por conta dessas poligonais tão extensas... Também acho que Piracuruca ficou uma poligonal muito excessiva, mas o Depam na época entendia poligonais maiores e amplas. Talvez agora seja a hora de fazermos uma rerratificação e diminuirmos essas poligonais, de tombamentos e de entorno. (FERREIRA, 2018, s.n.p).

Isso é uma preocupação do Iphan que já vem de longa data, com muitos problemas de gestão e fiscalização de centros históricos tombados anteriormente. Para quem atua com a fiscalização nos centros históricos, como é o caso dos técnicos lotados nas superintendências, a atuação depende muito de recursos humanos e materiais para que se possa preservar a área tombada de acordo com os valores atribuídos nos processos de tombamentos. Avanços para resoluções nessa questão dependem de uma estrutura interna que possa dar suporte às superintendências.

Esses são desafios anteriores a formulação da Rede de Patrimônio e que são enfrentados principalmente após os tombamentos, e que reflete-se nos conjuntos urbanos tombados no Piauí.

Finger destaca que essa questões foram ganhando corpo e sendo agora discutidas com mais ênfase no Conselho Consultivo do Iphan. Muito mais do que avaliar o méritos das propostas de tombamentos, Finger relata a importância desses debates no Conselho Consultivo:

> Na reunião do Conselho Consultivo foi aprovado que o Iphan vai trabalhar naquela cidade a partir de agora. Essa mudança de perspectiva também é bem importante: "desmitificar" os processos de tombamentos, fazendo com que as superintendências se apropriem dos processos que levaram o tombamento daquela cidade, olhar quais são os valores, o que que se quis proteger ali. A ideia é não tornar o processo de tombamento estanque, mas dinâmico pelos seus valores culturais ali identificados. A questão é como a gente vai responder à sociedade sobre esses valores, como a gente vai lidar com as mudanças de olhares das gerações no presente. Essas mudanças de olhares que a gente precisa conseguir responder, e isso é bem complicado, não tem uma solução pronta. (FINGER, 2018, s.n.p).

Essas são metas que ainda precisam ser revistas no cotidiano da instituição e em todas as etapas dos processos de patrimonialização no Iphan. Com a proposta de mudança de olhar sobre os conjuntos urbanos históricos, a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, em sua estrutura na forma de tombamentos, hoje lida diretamente com essas demandas.

Um balanço final da gestão de Dalmo Vieira Filho, atual diretor do Depam, retirado da ata 71º da reunião do Conselho Consultivo do Iphan de 29 de novembro de 2012, nos dá uma base para pensarmos nas condições estruturais que permeiam o Iphan:

> Uma série de dados, de indicadores levantados e organizados pelo Departamento de Patrimônio Material-DEPAM... destacou o esforço, a partir de 2006, de uma política de priorização de cidades históricas vinculada a um objetivo muito claro do ponto de vista territorial: marcar a presença territorial do Iphan, real e concreta, por meio de Superintendências em toda a federação, não apenas do ponto de vista da instituição, mas já do ponto de vista da aplicação de uma estratégia ou de uma política institucional clara, com avanços claros no trato

> nacional, mas que levou a um acúmulo de processos, impedindo a conclusão, em 2011, por exemplo, de cidades históricas que estão abertos, entre eles, Rio Branco, Fordlândia, Belterra, Bragança, num universo em torno de 30 processos de cidades históricas abertos. Finalizou a exposição, dizendo que a ideia era aproveitar a reunião e conclamar o Conselho a participar na construção das estratégias políticas da instituição. (IPHAN, 2012b, p. 5-6).

Face o grande número de processos de tombamentos abertos, devido ao conjunto de ações promovidas pelo Iphan, principalmente a partir de 2006, gerou-se um compromisso de lidar com todas as expectativas e responsabilidades criadas em torno das políticas de patrimônio. Esse "acúmulo" de processos pode ser definido como um "sintoma" de transição de uma gestão e de estratégias, conforme relatado abaixo:

> Eu acho que o Iphan está numa situação hoje em que precisa "fazer o dever de casa" do que já assumiu de responsabilidades. Não tem como a gente seguir avançando da forma como a gente vinha fazendo. A gente hoje precisa dá uma organizada no que a gente já tem, criar normas para as cidades tombadas para a gente ter uma base legal. Mas o fato é, a gente tem condições de fazer isso agora? Eu particularmente acho que não. Porque a gente tem que primeiro se organizar para lidar com o que a gente já tem (por exemplo, delimitar as poligonais de tombamentos de conjuntos urbanos, que é o mínimo e que a gente nem fez ainda em todas as cidades. (FINGER, 2018, s.n.p).

Analisando os relatos acima, há um campo de negociações sociais e políticas entre aumentar a atuação sobre o país, estendendo às regiões onde a presença dos institutos de proteção é ainda pouco consistente, e organizar internamente os recursos para lidar com as cidades já tombadas pelo Iphan. Isso principalmente em cidades cujo processo histórico se deu longe dos grandes centros econômicos entre o século XVIII e XIX (e que hoje se encontram em franco desenvolvimento econômico), e as próprias condições estruturais em que a instituição se encontra em cada contexto social e político.

Fica cada vez mais claro que a conjuntura política na qual a instituição se insere no momento é condicionante para que se dê subsídios que permitam uma continuidade nos trabalhos desenvolvidos e às responsabilidades assumidas em torno dos tombamentos.

3.4 Patrimônio em Expansão

Procuramos discutir os valores no âmbito do patrimônio cultural analisando-os a partir das mudanças nos aparatos conceituais e metodológicos que dão suporte ao processo de identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos históricos no âmbito do Iphan.

Enfatizamos que a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí teve como característica principal a conjugação e operacionalização do conceito de patrimônio cultural que legitima uma nova fase de expansão de tombamentos.

Percebemos também que a Rede de Patrimônio catalisou muitas discussões emergentes, como desenvolver uma metodologia que aproximasse a valoração do Iphan ao cotidiano das pessoas. A questão de aliar o patrimônio material com outros valores culturais, próximos das comunidades, como valor imaterial e valor de paisagem natural concernente no território, sinalizam novos olhares e discussões que foram sendo gestadas que culminaram naquele contexto político.

É significativo a discussão acerca das políticas de patrimônio, em constante expansão inserida numa determinada ordem de experiências do tempo. Pensar o patrimônio como uma escrita da história nos impele a questão sobre os usos desse passado na vida atual, como formulou o conselheiro do Iphan Ulpiano T. Bezerra de Meneses:

> Em outras palavras, acho que devemos considerar o passado não como algo externo à nossa temporalidade do presente, porque o passado só existe na medida em que há elementos no presente que nos permitem conhecê-lo e imaginá-lo e é com esse passado, no presente, que nós dialogamos, é com o passado enquanto no presente e naquilo que permite interagirmos com ele e dele extrairmos algum valor que ilumine, que enriqueça, que traga algo de bom para a nossa existência no presente se projetando para o futuro (IPHAN, 2008c, p. 13).

O patrimônio, atravessado pela experiência contemporânea do presente, se estende tanto em direção ao futuro quanto ao passado:

> Em direção ao futuro: pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos. A responsabilidade e o dever de memória, a patrimonialização, o imprescritível, já a dívida. (HARTOG, 2003, p.258).

O princípio de responsabilidade de ação no presente que o patrimônio carrega pode ser visto como tentativas cada vez mais pungentes de superar os transtornos e medos causados pela intensa sensação de "aceleração" e perda de identidade num mundo cada vez mais globalizado.

A aplicação de abordagens metodológicas como a da Rede de Patrimônio do Piauí, além de atender a um projeto de "horizontalidade" do Iphan, remete ao compromisso político de inclusão regional pela representatividade cultural como forma de atualização do discurso da "unidade pela diversidade." Daí o discurso o Piauí está devidamente representado com suas cidades históricas tombadas em âmbito nacional.

Expandir o patrimônio também faz parte de um planejamento de integração nacional, vinculada ao discurso da presença territorial do Iphan, que se fez por meio de superintendências em toda a federação.

Daí a questão da expansão patrimonial está inserida num campo de relações de poder que se articula entre as demandas de grupos sociais por direitos de memória e as ações de proteção e preservação do Iphan em prol de uma constante expansão patrimonial que busca atender as diversas regiões brasileiras e seus grupos. São estratégias de operacionalização do conceito de patrimônio: pedagógicos, turísticos, econômicos e de sustentabilidades culturais.

Nessa articulação que atravessa os instrumentos legais de preservação comumente utilizados pelo Iphan encontra-se a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. Como objeto de ação, os conjuntos urbanos e seus centros históricos, inseridos na dialética entre permanência e mudança, encarnam o *locus* central do desafio contemporâneo que se estabelece para o campo do patrimônio atual: equacionar projetos de cidadania capazes de ajudar a superar problemas sociais.

As estratégias verificadas em torno da construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, atualização conceitual, representatividade nacional, ampliação do rol de bens a serem patrimonializados e resolução de demandas internas da instituição, são mostras de que o Iphan é um espaço constante de negociações e atualizações conceituais.

A patrimonialização de conjuntos urbanos tratada na presente pesquisa mostra que o campo do patrimônio nos fornece chaves de leituras sobre a posição do Iphan frente a conjunturas políticas preocupadas em trabalhar o patrimônio cultural como potencial de desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento de políticas culturais.

A compreensão de que as cidades históricas do Piauí estão conectadas em rede é uma chave de leitura para compreendermos formas de escrita patrimonial, e pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio cultural dentro de estratégias e planejamentos institucionais em determinado momento histórico.

Os valores históricos e paisagísticos integrados nos conjuntos urbanos tangenciados pelas abordagens da dimensão do sítio natural e manifestações imaterial nos conjuntos urbanos, seguido pelo atribuição de valor considerado ‘‘não monumentais’’, tais como arquitetura popular, o ecletismo arquitetônico e suas múltiplas variações, patrimônio industrial (ferroviário), todos eles, de certa forma, foram objetos de análises na construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. A proposição de conceitos de

valoração para identificação e reconhecimento de conjuntos urbanos, pelo tombamento em rede, reflete-se nos usos, operacionalizações e apropriações do passado juntamente com o desafio de lidar cada vez mais com as demandas sociais do presente.

Os compromissos assumidos pelo Iphan com os tombamentos de conjuntos urbanos são frutos de decisões técnicas, porém sujeitos a conjunturas políticas que permeiam as estratégias de gerencia. Sobre a questão da valoração e patrimonialização, vemos que ela não é "neutra", ela está inserida em relações de poder:

> Mas tudo isso permeia decisões políticas. Não apenas decisões técnicas. A conjuntura tem que permitir. A atribuição de valor é uma decisão técnica. Mas existem decisões políticas que permeiam o andamento. O Iphan é um órgão político, cada vez mais a gente vê isso. A gente está sujeito e ingerências políticas (FINGER, 2018, s.n.p).

Essa é uma visão de como o campo do patrimônio cultural no Brasil é construído a partir de planejamentos internos que dialogam com negociações políticas de cada momento histórico. A ampliação do conceito de patrimônio sofre influencias cada vez amis abrangentes, tanto inteiramente ao Iphan quanto a conjuntura política.

O campo patrimônio se alimenta sobretudo de mudanças de visão e usos do passado. Se a História, como campo de saber e prática escriturária, é reconstituidora dos fatos, ela não deixa de ser, também, "filha de seu tempo". Assim também é a pesquisa no campo da escrita do patrimônio cultural: esta se alimenta constantemente de uma dimensão problematizadora e avaliadora das práticas de patrimonialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Ali onde o valor de antiguidade encontrar-se com o valor de novidade, em um monumento em que persiste o valor utilitário, não apenas por considerações práticas, mas também por motivos ideais, o culto de antiguidade deverá lograr uma solução de compromissos.[42]
> Alois Riegl

Ao longo da dissertação tratamos da da experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí e de sua estratégia de patrimonialização de conjuntos urbanos sob uma leitura sistêmica dos valores culturais que se dialogam em rede no território. Nesse ínterim, pudemos discutir sobre os rumos de políticas de patrimônio do Iphan visando a ampliação da representatividade cultural.

Visualizando inicialmente a escrita do patrimônio pelo Iphan, verifiquei a aplicação de compreensões históricas sobre a trajetória de trabalhos empreendidos pela instituição, bem como os usos do patrimônio por aportes teóricos e metodológicos trilhados. Chegamos a um panorama da configuração do patrimônio material do Piauí e de como este estado se integrou ao mosaico cultural do Iphan, ampliando o foco na questão da construção de políticas de patrimônio motivadas por demandas institucionais em prol da ampliação do patrimônio cultural no Brasil, bem como propostas de "atualização" das noções de patrimônio na contemporaneidade.

Através da patrimonialização "em rede", formulamos uma questão central, que nos serviu também como ponto de reflexão permeante de todo o texto: a dinâmica da atribuição de valor a conjuntos urbanos tombados face a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. Foi compreendido a experiência da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí frente à novos compromissos assumidos pelo IPHAN entre 2006 a 2012.

Levando em consideração o potencial de usos como ferramentas de desenvolvimento socioeconômico do patrimônio na contemporaneidade, estes compromissos são aglutinados em torno do discurso de que o patrimônio amplia autoestimas sociais e otimiza ações de desenvolvimento socioeconômico através de políticas culturais.

Conformamos ao longo da pesquisa que os valores culturais não são estanques, pelo contrário, estão em constante transformação interligados a contextos históricos específicos. O discurso de ampliação de representatividade cultural a partir da elaboração dos dossiês de tombamentos de três conjuntos urbanos: Parnaíba, Oeiras e Piracuruca,

---

[42] RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

testemunhos do processo de ocupação e urbanização do território do sertão nordestino relacionado ao ciclo econômico da pecuária a partir do século XVII, demonstrou que as demandas institucionais e conjuntura política motivam novas atribuições de valores que subsidiam novos usos e estratégias patrimoniais.

A experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí constitui-se em novas abordagens e usos do passado, que se transforma em novos elementos para pensarmos as utilizações do conceito do patrimônio pelo Iphan. A escrita da história utilizada na produção dos dossiês de tombamentos são voltados à uma estratégia de ampliar o olhar dos bens culturais a partir das referências históricas do processo de ocupação e urbanização do território brasileiro.

Por esse olhar "ampliado", a instituição elabora uma estratégia de integração e fortalecimento de ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Tal estratégia desencadeou trabalhos que até hoje são alvos de ações e reflexões "da casa".

Inicialmente foram elaboradas algumas questões. Como a questão da representatividade cultural foi tecida discursivamente no processo de patrimonialização do território piauiense? Por que a instituição, em um determinado período institucional, buscou uma visão de patrimônio sob um olhar de "redes"? Por que a instituição estendeu seu raio de ação ao território piauiense? A partir de que recortes temáticos e territoriais foram abordados nos tombamentos de conjuntos urbanos? Através de que diretrizes foram sendo formuladas as estratégias de implementação da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí? Quais os resultados apontados pelos agentes do Iphan que participaram da construção e gestão dos bens culturais tombados em rede?

Os capítulos desenvolvidos ajudaram a elucidar às questões formuladas. A instituição vem utilizando várias noções de escrita da história como metodologia de investigação para a produção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural. As narrativas de atribuição de valor de patrimônio subsidiaram escritas do patrimônio que deu contornos às visualizações do passado a partir da seleção de bens culturais.

Assim foi também com a patrimonialização de conjuntos urbanos, em que identifiquei, em momentos distintos, delineamentos de visão e atribuição de valor que culminaram num acúmulo de experiências e práticas que dialogam os movimentos contínuos e descontínuos da atuação do Iphan e suas ações de assegurar cada vez mais no cenário nacional a importância do diálogo entre a preservação do patrimônio frente ao aceleramento da modernização das cidades.

Identificamos que o discurso construído sobre a questão da ampliação da representatividade de bens culturais em regiões "historicamente pouco atendidas" delineou a metodologia de Rede de Patrimônio no Piauí. O processo de patrimonialização do território piauiense a partir de uma visão em redes de cidades catalisou muitas demandas de ações que vinham sendo colocadas em pauta. A Rede de Patrimônio e sua metodologia viabilizou ações que buscaram corresponder a novas instrumentalizações e potencialidades do patrimônio.

Com a análise da documentação apresentada, percebemos que a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí catalisou muitas discussões emergentes, que foram discutidas ao longo do texto, como desenvolver uma metodologia que aproximasse a valoração do Iphan ao cotidiano das pessoas; a valorização da paisagem urbana dos sítios urbanos e a questão de aliar o patrimônio material com elementos imateriais; e a paisagem natural que envolve os sítios urbanos na elaboração dos tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí.

Verificamos também que a configuração da Rede de Patrimônio Cultural no Piauí foi moldando-se em vista a atender à exigência de uma metodologia que resolvesse problemas técnicos inseridos nos sítios urbanos tombados, como o caso da definição detalhada do perímetro de tombamento e entorno.

Essas realizações foram viabilizadas também por uma demanda histórica do Piauí em relação ao tombamento de cidades históricas, criando um terreno aberto para a implantação da Rede de Patrimônio, aliado ao discurso de que as cidades históricas testemunhas da ocupação do território do sertão do Nordeste estavam "esquecidas" pelo Iphan.

Analisando o contexto institucional da gestão do Iphan entre 2006 a 2012, momento em que a instituição busca se reestruturar com recursos federais do Ministério da Cultura-MinC, o direcionamento institucional em busca da ampliação do estoque patrimonial implica em novas atribuições de valores, identificação e reconhecimento de bens culturais.

Pelo conjunto de entrevistas que fazem parte do *corpus* documental, realizados com técnicos que trabalharam diretamente com a construção da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí, apreende-se pistas de como o processo de atribuição de valor se relaciona a partir de novas demandas surgidas com a reestruturação institucional e administrativa ocorrida dentro do Iphan.

A implantação e operacionalização da Rede de Patrimônio no Piauí relatados pelos entrevistados nos mostrou como o espaço de atuação dos agentes do Iphan é pautado por constantes remanejamentos internos, que se explica também pelos avanços e estagnações inerentes as políticas culturais.

Pelos relatos analisados, vemos que a Rede de Patrimônio ofereceu aberturas em relação à práticas e instrumentos de preservação do Iphan, porém esbarrou em alguns problemas de falta de estrutura técnica para dar conta dos conjuntos urbanos tombados.

Espero que a pesquisa abra discussões e futuros trabalhos, buscando aprofundar os problemas de gestão e correspondência social do patrimônio nas cidades históricas tombadas.

BIBLIOGRAFIA

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 5ª. Ed, Brasília., UnB, 1963.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra Proferida por Rodrigo. M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 01-07-68. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro v. 17, 1969.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (parecer: 1555-T-2008). In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). **Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos**. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 02, 1938.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas, volume I**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2009.

_____. Fundando a Nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi.** Rio de Janeiro, vol.4, n.7, 2003.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico. **Revistado Brasil,** Rio de Janeiro, ano 2, v. 4. 1985.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Parecer 06/09/Proteção/DEPAM**, 21 de julho de 2009, processo de tombamento nº 1577-T-09. Arquivo DEPAM.

_____. **Ouro Preto, Monumento da Humanidade – a trajetória de uma cidade-monumento**. Oficina do Inconfidência: revista de trabalho. Ouro Preto, ano 1, n. 0, 1999.

FIGUEIREDO, Diva Maria Ferreira. Inventário do Patrimônio Cultural do Piauí. In: MOTTA, L. (Org.). **Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

FINGER, Anna. **O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como uma das Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil Durante o Século XVIII**. Patrimônio: Práticas e Reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, v.4, p. 69-84, 2010..

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc, 2005.

FUSARO, Diego. Reinhart Koselleck y los Monumentos como Indicadores de los Cambios Historicos e Políticos. **Historia y Grafía**. Universidad Iberoamericana, año 22, núm. 45, julio-diciembre 2015, pp. 95-122

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. História, Memória e Patrimônio. In.: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A Gestão do Patrimônio: estratégias da preservação do Patrimônio Cultural na cidade de Parnaíba – Piauí.** 2012. 86 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Heranças Medievais Portuguesas no Traçado das Vilas de N. As. Da Expectação do Icó e de S. Cruz do Aracati. In.: **Cultura, Políticas e Identidades: Ceará em perspectiva**. Organização Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Morais da Silva. Fortaleza: Iphan, 2014.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In.: **Enciclopédia Einaudi, vol. I: Memória-História**. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: IPHAN, v. 22, p. 108-122, 1987.

_____. O Patrimônio Urbano à Luz do Diálogo entre História e Arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: IPHAN, v. 34, p. 249-280, 2011.

_____. Notas sobre o IPHAN na década de 2000. In.: **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos/Rodrigo Melo Franco de Andrade**; [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

MELLO, Eduardo Kneese de. Conjunto Urbanístico de Brasília (parecer: 1305-T-90). In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). **Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos**. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e Escrita da História: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.24. n.3. p. 121-147. set.-dez. 2016.

NOGUEIRA, André Aguiar. Nas Ondas do Surf: políticas de patrimônio, cultura e memória comunitária em Fortaleza. In.: **Cultura, Políticas e Identidades: Ceará em perspectiva**. Organização Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Morais da Silva. Fortaleza: Iphan, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O Campo do Patrimônio Cultural e a História: itinerários conceituais e práticas de preservação. **ANTÍTESES**, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, dezembro de 1993.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidades Patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil**. Dissertação de Mestrado – USP-SP, 2015.

POULOT, Dominique **Uma História do Patrimônio no Ocidente séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 24, 1996, pp. 97-105.

SANT'ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade Documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Oiti Editora, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo, Edusp, 2012.

SAQUET, Marco Aurelio. Por uma Abordagem Territorial. In.: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos** / Organizadores; Marcus Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984.

Legislação Brasileira

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro/Capital Federal: 1937.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

Cartas Internacionais

OEA. **Norma de Quito**. Quito: 1967.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.

Publicações

IPHAN. **Relatório de uma Gestão 2006-2010 - práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro**. Brasília: 2011.

IPHAN. **Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX**. Brasília: 2008a.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Textos de Trabalho**. Brasília: 2011.

Entrevistas

FINGER, Anna Elisa**. Entrevista com Anna Finger cedida ao autor**. LOPES, Daniel Barreto (entrevistador). Brasília, 23/04/2018.

ANJOS, Claudiana Cruz dos. **Entrevista com Claudiana Cruz dos Anjos ao autor**. LOPES, Daniel Barreto (entrevistador). Teresina, 21/08/2018.

FERREIRA, Murilo Cunha. **Entrevista com Murilo Cunha Ferreira ao autor**. LOPES, Daniel Barreto (entrevistador). Fortaleza, 11/09/2018.

Atas das Reuniões do Conselho Consultivo do Iphan

IPHAN. Ata da 41º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 17 de Dezembro de 2003. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 50º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 09 de novembro de 2006. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 58º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 11 de setembro de 2008b. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 59º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 27 de novembro de 2008c. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 61º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 15 de outubro de 2009a. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 69º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 25 de janeiro de 2012a. [Nova numeração].

IPHAN. Ata da 71º Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 29 de novembro de 2012b. [Nova numeração].

Processos de Tombamentos

IPHAN. Processo nº 0390-T-48 - Alcântara, MA: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento digitalizado.

IPHAN. Pilar de Goiás, GO: conjunto arquitetônico e paisagístico. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento digitalizado.

IPHAN. Processo nº 1122-T-84 – Laguna, SC: centro histórico. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento digitalizado.

IPHAN. Processo nº 1554-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008d.

IPHAN. Processo nº 1602-T-10. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2009b.

IPHAN. Processo nº 1562-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008e.

IPHAN. Tombamento das Fazendas Nacionais (Piauí). Banco de Pareceres do Conselho Consultivo do Iphan. 15/05/2014.

ANEXOS

Entrevistas

1. **Dados do entrevistado e do projeto:**
   Daniel Barreto Lopes

   A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí (2006-2012)

   Dados do Depoente:

   Nome: Anna Elisa Finger

   Cidade: Curitiba-PR

   Profissão: Arquiteta e Urbanista – Superintendência do Iphan no Paraná[43]

Transcrição da Entrevista

Daniel Lopes: Como a ideia de Rede de Patrimônio Surgiu? E porque o Piauí?

Anna Finger: Explicando a conjuntura: a gente entrou em 2006 e logo o Dalmo Vieira Filho assumiu a direção do Depam. Nesse ano mesmo ele quis fazer uma série de encontros regionais para reunir as superintendências e discutir os problemas comuns das regiões, porque ele sempre teve essa perspectiva de olhar para os bens para além deles em si, de uma forma mais ampla, inclusive para além das fronteiras de uma superintendência. Então a gente tinha como exemplos o inventário dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste.

Cada superintendência contratava alguém para fazer um levantamento histórico até chegar nos inventários dos remanescentes específicos daquele estado. Então a ideia daqueles encontros em 2006 era fazer com que as superintendências olhassem para os problemas de uma forma mais ampla. O Dalmo colocou a equipe do Depam que tinha acabado de assumir o Depam em Brasília. Quando a gente fez essa série de encontros foi a equipe do Rio e a de Brasília (até então o Depam tinha suas gerências divididas entre Brasília e Rio de Janeiro) e as superintendências. O encontro do Nordeste, em Recife, surgiu uma demanda do Piauí para áreas então pouco reconhecidas como patrimônio nacional. Então o Dalmo queria dar atenção a estados menos reconhecidos, inclusive na região Norte.

A superintendência do Piauí havia sido criada há poucos anos. Antes o Piauí era ligado à superintendência do Maranhão, que só olhava para São Luís. O Piauí ficava muito relegado a arqueologia. E quando foi criado a superintendência do Piauí, a Diva Figueiredo, que já tinha estudado Parnaíba no mestrado, entendia que Parnaíba merecia um reconhecimento como patrimônio nacional. E aí ela pediu apoio para o Dalmo para fazer de início o processo de tombamento de Parnaíba e depois ampliar para Oeiras e Piracuruca, que ela também já conhecia e que também via com potencial para

[43] Na época da produção dos processos de tombamentos estudados na presente pesquisa, Anna Finger fazia parte do quadro de servidores do Depam.

tombamento. E então foi a equipe do Depam para Parnaíba para dar apoio técnico para fazer a instrução do processo de tombamento de Parnaíba. Foi muito cansativo porque a gente passava de três a quatro dias fotografando e voltava para Brasília para fazer os textos. Nisso a gente teve alguma conversa com o pessoal do Depam do Rio de Janeiro, a Jurema Arnaut, Aguilera, e foi um "balde de água fria", porque era o primeiro processo de tombamento que era instruído em Brasília e nos deparamos com o olhar da Jurema Arnaut e do Aguilera voltados apenas para a arquitetura, que na opinião eles, Parnaíba estava muito descaracterizada. De fato, era uma arquitetura menos "monumental", menos imponente, de vários períodos, e muitas intervenções e alterações nos imóveis. Então a Jurema não conseguiu apreender o que é que a gente estava vendo de valor cultural em Parnaíba. Eu acho que teve uma conversa da Jurema com o Dalmo, na qual ele nos disse que a Jurema não ia mais participar desse trabalho. Quem nos ajudou muito na época foi o "Soneca", chegando a ir com a gente para o Piauí, e foi ele que nos ajudou a entender como funcionava um processo de tombamento.

Numa conversa que tive com o Dalmo ele nos deu liberdade para fazer o processo de tombamento. Aí fizemos o dossiê da instrução de tombamento de Parnaíba. Nesse meio tempo, nas várias vezes que a gente foi para o Piauí, e fazendo toda a pesquisa histórica, de início estava dividido: o Depam ficaria com Parnaíba, mas a equipe da superintendência, que era o Murilo Cunha (que hoje está no Ceará) e a Andreia (arquiteta), fariam a instrução de Oeiras e Piracuruca. O Murilo particularmente se concentrou em Oeiras (ele fez até mestrado sobre Oeiras). A gente começou a perceber pelas reuniões e conversas que as três cidades tinham uma origem em comum. A gente discutiu várias possibilidades, desde a realização de um único processo de tombamento para as três cidades (que foi o que eu defendi no início). Aí depois chegamos a conclusão que iria ser mais difícil (precisava ter os três dossiês completos). Daí a gente resolveu fazer uma série: a agente ia fazer um primeiro dossiê que seria comum para as três cidades e depois faríamos os contextos específicos.

Com o andamento da instrução técnica de Parnaíba percebemos que essas cidades tinham uma origem comum: a fundação de uma série de vilas no interior do território, ligadas ao processo de consolidação da ocupação territorial pela coroa portuguesa, e à estruturação de uma ligação pelo interior para as duas colônias portuguesas na América do Sul: a colônia do Brasil e a colônia do Maranhão e Grão-Pará. A partir de então começamos a olhar para esses primeiros núcleos como uma rede de cidades, e com o desenrolar da instrução técnica de Parnaíba, percebemos que a história das três cidades estava bastante conectada a um propósito comum, e ao separar as instruções técnicas perderíamos essas conexões que entendemos como de importância para o embasamento do valor histórico dos conjuntos.

No Depam já vínhamos discutindo a questão de olhar para os bens, notadamente os conjuntos urbanos, para além da arquitetura, e particularmente a história da urbanização sempre me interessou. Então eu acabei insistindo bastante na argumentação de que deveríamos trabalhar esses bens como testemunhas de um processo (a ocupação do interior do Brasil), e interligados uns aos outros, identificando seu papel dentro de um sistema urbano (conexões comerciais, políticas, estratégicas). E assim acabamos adotando o termo "rede" por já ser bastante utilizado quando se fala em "rede urbana", por exemplo.

D.L: O Dalmo Vieira Filho tinha a proposta do Roteiro da Imigração e o inventário cultural da região do Rio São Francisco, mas estes são a meu ver conceitualmente muito diferentes dos tombamentos das cidades em rede do Piauí. Porque a diferença?

A.F: Não era tão diferente assim. O Dalmo sempre defendeu olhar os bens para além dos seus limites territoriais, entendendo o contexto mais amplo em que eles estão inseridos. A ideia era a mesma, era ter uma análise de contexto geral e depois você ter a análise dos contextos específicos. Os inventários serviam para subsidiar os tombamentos. Essas experiências foram dando subsídios para a estruturação do SICG, que foi lançado em 2009, sendo que os trabalhos das cidades do Piauí eram prévios, de 2006, 2007. É a mesma lógica, porque o primeiro volume geral, das três cidades, faz o papel da ficha M101[44] do SICG, que é o contexto com o recorte temático e territorial. E aí, os volumes específicos de cada cidade fazem o papel da ficha M102[45], que é o olhar sobre o bem específico. Então visualizamos o contexto macro e o contexto micro de cada cidade. Esses estudos diferentes têm a mesma ótica. Se a gente fosse fazer o levantamento dos conjuntos urbanos do vale do São Francisco seria bastante semelhante o processo. Faríamos uma contextualização do processo de ocupação do Vale do Rio São Francisco e depois partiríamos para os contextos específicos, sejam conjuntos urbanos, sejam trechos de paisagens. Os inventários dos Roteiros da Imigração foram a mesma coisa: entender a dinâmica cultural das comunidades de imigração, para então compreender os bens deles remanescentes. É daí que vem as noções de "recorte temático" e "recorte territorial", levadas para o SICG, e também a estrutura inicialmente propostas para as fichas (antes de ter sistema), onde a M101 tratava do contexto geral (ou essa visão mais ampla), a M102 tratava do contexto específico (aí sim olhando para o próprio bem). Então veja que a ideia é a mesma: ter um recorte temático e/ou territorial estabelecido, e a partir desse recorte interpretar os bens culturais.

D.L: Em relação aos conjuntos urbanos, havia uma ideia explícita de se fazer uma contraposição conceitual aos tombamentos de cidades-monumentos ou de cidades-documentos? Se sim, porque?

A.F: Não. Eu mesma só tive consciência disso bastante tempo depois. A visão era bem diferente do que o Iphan fazia antes, como por exemplo o tombamento de um conjunto urbano focado principalmente na arquitetura. Com a gente, o Iphan começou a ter um olhar para o todo nos processos de tombamento. Sobre a atribuição de valor, a gente começou a identificar, o contexto histórico, o recorte territorial, porque as cidades se formaram, que processo de ocupação territorial ela está inserida. E era uma coisa que eles

[44] Módulo de Cadastro que reúne um conjunto de dados que serão aplicados para cada bem de interesse ou bem já protegido. O módulo possui um cadastro básico comum a todas as categorias do patrimônio material contendo informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o recebimento de um número denominado Código Iphan tal como uma cédula de identidade. Somente a partir do cadastro básico é possível aprofundar os conhecimentos sobre os bens cadastrados por meio do preenchimento de fichas especializadas.

[45] Módulo de Conhecimento que reúne informações que contextualizem, na história e no território, os bens que são objetos de estudo e organiza as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico e essencial para se iniciar um estudo temático ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico. As informações obtidas através desse módulo são complementadas pelo cadastro de bens, efetuado através do módulo de Cadastro, permitindo relações de pertinência para unidades territoriais e temáticas complementares.

não tinham pensado, porque o Iphan não trabalhava aqueles bens como resultados de um processo, olhavam para aqueles bens de uma forma muito estanques. Então isso foi uma mudança importante que esses processos de tombamentos do Piauí trouxeram. A partir de então, eu estava no Depam e vi que poucos processos não vieram com esse olhar que demos no Piauí. Antes era uma praxe, os processos de tombamentos de conjuntos urbanos não olhavam de uma perspectiva ampla (olhavam como uma obra de arte acabada). E até por isso que imagino que a Jurema e o Aguilera devam ter olhado Parnaíba na época e falado que esta estava muito descaracterizada, porque eles não conseguiam mais ver ali um conjunto harmônico, homogêneo. Eu apresentei o processo de Parnaíba numa oficina da Copedoc e a Kátia Bogea (na época era superintendente do Maranhão) assistiu e depois ligou para o Dalmo para falar que Parnaíba não tinha valor algum e que o Dalmo estava banalizando o instrumento do tombamento e dando muito poder para "esses novos" (equipe de arquitetos do Depam de Brasília). A gente estava propondo uma ruptura na forma de olhar os bens culturais. Não é querendo fazer uma crítica, é apenas uma análise de contexto e de conjuntura. Esse olhar foi recebido incialmente muito mal dentro do Depam [do Rio de Janeiro] e em outras superintendências, particularmente a do Maranhão. Internamente dentro do Iphan a proposta de tombamento de Parnaíba não era um consenso, e eu tinha consciência que eu estava rompendo paradigmas. E na Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, quando fui apresentar a proposta de tombamento de Parnaíba, os conselheiros receberam muito bem a proposta, contra as expectativas "negativas" por parte da equipe do Depam do Rio de Janeiro. Nestor Goulart Reis Filho teceu comentários particularmente muito elogiosos sobre o trabalho no Piauí. A Diva Figueiredo, enquanto superintendente do Piauí, tinha outros dois processos que ela estava encaminhando também naquele momento, que era a ponte de Teresina e a Floresta Fóssil nas margens do Rio Poti. A floresta Fóssil também teve problemas com a equipe de paisagem do Depam do Rio de Janeiro. As propostas de tombamentos no Piauí sempre estavam sendo negadas pelo núcleo de técnicos do Depam do Rio de Janeiro. Quando o Dalmo assumiu, ele pegou o que tinha de propostas já encaminhadas, que era Parnaíba, a Floresta Fóssil e a Ponte e resolveu levara frente para o Conselho Consultivo. No vídeo apresentado, fala-se desde a pré-história do Piauí, da ocupação humana no território, dos sítios arqueológicos, geológicos, fala-se do processo de ocupação histórica no período da colonização, mostrando os bens que foram remanescendo nesse território. Isso foi bem legal porque reforçou uma ideia de território, com os bens culturais como testemunhas de um processo e não olhados por si mesmos (só pela arquitetura), e isso vai influenciar toda a gestão desses bens culturais. Então, esse processo de Parnaíba "plantou a semente" na forma do Iphan olhar os conjuntos urbanos. Isso se refletiu na equipe do Depam de Brasília, que começou a trabalhar com temas; refletiu na estrutura do SICG; refletiu na instrução dos processos de tombamentos; na questão da paisagem cultural; entre outros processos. Fico feliz que esteja pesquisando isso porque eu vivenciei esse processo dentro do Depam e na verdade não tem ada escrito sobre essas questões, o como esse processo foi marcante e determinante para a construção de outras visões do Iphan. O Depam de Brasília passou a coordenar cada vez mais os processos, até que o Andrey enfim desativou o Depam do Rio de Janeiro e trouxe tudo para Brasília. Eu estive por volta de quatro anos à frente da coordenação geral de tombamentos e orientei esses trabalhos no Brasil, e pra mim esse processo de Parnaíba foi muito importante.

D.L: Qual foi o seu embasamento teórico-metodológico em relação à instrução dos tombamentos dos Conjuntos Urbanos?

A.F: Os processos de tombamentos ficavam até então no Arquivo Central do Rio de Janeiro, quando muito, algumas superintendências tinham partes de cópias dos processos, mas, por exemplo, o escritório técnico de Cachoeira-BA não tinha a menor ideia de o porquê de Cachoeira-BA ter sido tombada, não tinhas as informações do processo, não sabia em qual Livro do Tombo estava inscrita, nem sabia em que ano Cachoeira-BA havia sido tombada. A visão que se tinha era a de que se tinha um conjunto arquitetônico interessante ali, e pronto. Eram assim que os conjuntos urbanos foram gerenciados, olhando só para a arquitetura. Não se considerava o contexto territorial, poucas vezes a dinâmica territorial era mencionado nos processos de tombamentos. Um dos processos importantes, que foi o de Laguna-SC, que a gente fala que foi um dos primeiros que olhou para o território, coincidentemente está em Santa Catarina, onde o Dalmo estava na época. Mas Laguna-SC foi um caso isolado, não gerou frutos depois, porque não foi plenamente apropriado pelo Iphan como um todo. Foi só com a experiência com o Piauí, que foi conduzida por esse grupo de arquitetos que depois ficou em Brasília coordenando esses processos é que realmente gerou frutos.

O embasamento, na verdade, foi bastante intuitivo. A gente foi construindo ao longo do processo. Nisso participaram muitas pessoas. Eu coordenei esses processos pelo Depam, mas eu lembro de contribuições essenciais do "Soneca", da Celma Souza Pinto, Tamara (historiadora da arte), Diva Figueiredo e a historiadora Áurea (que fez esse vídeo mais amplo de apresentação), a Claudiana Cruz, o Dalmo Vieira Filho (que foi quem levou adiante essa proposta de mudança de visão que a gente estava construindo e que a gente ainda não tinha clareza de onde a gente ia chegar). Nós fomos produzindo: contextualização histórica (da ocupação do território e das próprias cidades), plantas evolutivas, plantas temáticas (uso e ocupação, nº de pavimentos, etc.), análise da morfologia urbana, análise do estado de caracterização e conservação. Até que finalmente chegamos na justificativa, que foi o momento de colocar todas essas discussões no papel. Praticamente não tivemos orientação de como instruir um processo (analisando agora foi até bom, pois não levamos, ao menos não de forma tão acentuada, para esses processos muitos dos "vícios de olhar" que o Iphan tinha sobre os centros históricos, sobretudo no que diz respeito à homogeneidade, monumentalidade, etc.). Lembro que depois desse processo de Parnaíba me parecia impossível olhar para um conjunto urbano apenas do ponto de vista da arquitetura, sem tentar entender em que contexto econômico e político ele se formou, por onde eram feitos os acessos, abastecimento, qual o perfil econômico... ou seja, qual o papel daquele conjunto num todo maior. Assim, o papel da arquitetura passou a ser bastante relativizado pra mim, e essa experiência me fez questionar muitas das propostas de tombamento posteriores, quando eu já era coordenadora da área, e acredito termos conseguido influenciar uma mudança de olhar do Iphan sobre a atribuição de valor aos conjuntos urbanos.

D.L: Pela sua fala e pela fala do Dalmo Vieira Filho a Rede de Patrimônio não deve restringir-se ao território de cada estado. Porque não um trabalho regional, em oposição a um estadual como foi feito no Piauí?

A.F: A ideia nunca foi ficar restrito a um estado. O inventário do São Francisco, por exemplo, pegou vários estados. Ficamos restritos ao estado do Piauí por ter sido uma iniciativa da superintendência, que só tinha autonomia sobre aquele Estado, mas poderia ter avançado para o Ceará, por exemplo. Aliás, se você ler o dossiê de Oeiras vai ver que há ali muita menção às vilas do Ceará, que são da mesma época. Mas esbarramos aqui em questões operacionais internas da instituição, cada Superintendência tem suas prioridades, e a ideia nunca foi forçar o desenvolvimento de um trabalho. O Piauí priorizou esses estudos por não ter outros conjuntos urbanos protegidos (aliás, fora algumas edificações isoladas tombadas na década de 1940, o Piauí era visto como tendo só patrimônio arqueológico). Assim, não foi uma ideia ou uma predeterminação a restrição a um Estado apenas, foi o que era possível fazer dentro da estrutura organizacional do IPHAN.

D.L: Sobre a questão da valoração, como se deu a inscrição de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca foram inscritas nos Livros do Tombo?

A.F: Se tivéssemos atribuindo valor à arquitetura, a linguagem, a expressão estética da arquitetura do lugar, a inscrição é no Livro de Belas Artes. O discurso para as cidades da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí não foi esse. O discurso foi a importância histórica levando em consideração o território, por isso entra a questão do valor paisagístico, porque este é o que mais respalda uma leitura do território. Quando a gente fala da arquitetura do Piauí, falamos de elementos que só são visíveis ali naquele território específico, como usar os troncos de carnaúba para reproduzir aquele tipo de arquitetura. As soluções arquitetônicas, com telhados, estão relacionadas ao clima, ao território, a disponibilidade de material. Não é um valor artístico que a gente está atribuindo à arquitetura. Por exemplo, Ouro Preto-MG está adequado no Livro de Belas Artes, porque a gente está falando de um valor artístico da arquitetura, dos elementos pictóricos. Por exemplo, Brasília tinha que está inscrita no Livro de Belas Artes, pelo projeto urbanístico de Brasília e pela arquitetura modernista como sua expressão própria.

D.L: Que assuntos foram levados ao Conselho em relação aos tombamentos da Rede de Patrimônio do Piauí?

A.F: Os assuntos não foram levados propositalmente. A função que o Iphan via sobre o Conselho em relação ao tema "tombamento" era principalmente o de avaliar o mérito das propostas. O Depam, particularmente, não conduzia pró-ativamente as reuniões, isso começou a ocorrer muito recentemente, já com o Andrey na Direção. Mas alguns assuntos foram debatidos por inciativa dos próprios conselheiros, e acabamos usando para justificar outras propostas feitas posteriormente. Uma das que acho mais relevantes é a questão de tombamento de conjuntos não monumentais, como Parnaíba. Lembro particularmente do Nestor Goulart dizendo que a gente estava se achando vanguardista levando a proposta de tombamento de um conjunto tão singelo ao Conselho, mas que nós estávamos atrasados, porque quando ele era estudante de arquitetura (olha que isso faz tempo!), ele leu os textos do Paulo Thedim Barreto sobre a arquitetura do Piauí e aquilo tinha influenciado a visão dele sobre a arquitetura tradicional brasileira, que já devia ter sido protegido há mais tempo. Isso nos deu clareza e segurança para encaminhar para tombamento outros bens, não só no Piauí, a exemplo dos dois conjuntos que estou

trabalhando agora aqui no PR: Paranaguá e Antonina (não vem ao caso, mas a atuação do prof. Nestor foi fundamental para o tombamento dessas duas cidades.

O processo de tombamento que queríamos apresentar não era um trabalho erudito a ser mostrado para o Conselho, ele tinha que ser inteligível para dar respaldo a atuação do Iphan. Então víamos o processo de tombamento não como a culminância de um trabalho, mas o início do trabalho. Na reunião do Conselho Consultivo foi aprovado que o Iphan iria trabalhar naquela cidade a partir do tombamento. Essa mudança de perspectiva também é bem importante: "desmitificar" os processos de tombamentos, fazendo com que as superintendências se apropriem dos processos que levou o tombamento daquela cidade, olhar quais são os valores, o que que se quis proteger ali. A ideia é não tornar o processo de tombamento estanque, mas dinâmico pelos seus valores culturais ali identificados. A questão é como a gente vai responder à sociedade sobre esses valores, como a gente vai lidar com as mudanças de olhares das gerações no presente. Essas mudanças de olhares que a gente precisa conseguir responder, e isso é bem complicado, não tem uma solução pronta. Mas permitir conhecer porque que uma cidade foi tombada e que se faça uma análise crítica dos processos de tombamentos, revendo os processos de tombamentos a luz das demandas sociais do presente. A gente tem que "atualizar" os valores, sempre fazendo novas leituras. Hoje a gente busca trabalhar muito mais com a comunidade do que com um público erudito, o que muda o olhar institucional.

D.L: Como você vê hoje o tombamento de conjuntos urbanos?

A.F: Eu acho que ainda tem muito conjunto urbano para a gente olhar. Mudando o olhar aparece um monte de cidades significativas. Eu acho que o Iphan está numa situação hoje em que precisa "fazer o dever de casa" do que já assumiu de responsabilidades. Não tem como a gente seguir avançando da forma como a gente vinha fazendo. A gente hoje precisa dá uma organizada no que a gente já tem, criar normas para as cidades tombadas para a gente ter uma base legal. Mas o fato é, a gente tem condições de fazer isso agora? Eu particularmente acho que não. Porque a gente tem que primeiro se organizar para lidar com o que a gente já tem (por exemplo, delimitar as poligonais de tombamentos de conjuntos urbanos, que é o mínimo e que a gente nem fez ainda em todas as cidades). Mas tudo isso permeia decisões políticas. Não apenas decisões técnicas. A conjuntura tem que permitir. A atribuição de valor é uma decisão técnica. Mas existem decisões políticas que permeiam o andamento. O Iphan é um órgão político, cada vez mais a gente vê isso. A gente está sujeito e ingerências políticas.

2. Dados dos entrevistado e do projeto:
Daniel Barreto Lopes

A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí (2006-2012)

Dados do Depoente:

Nome: Claudiana Cruz dos Anjos

Cidade: Teresina-PI

Profissão: Arquiteta e Urbanista – Superintendência do Iphan no Piauí

Transcrição da Entrevista

Daniel Lopes: Qual foi o seu embasamento teórico-metodológico em relação à instrução dos tombamentos dos Conjuntos Urbanos?

Claudiana dos Anjos: O interesse por esses processos de tombamentos era muito anterior, inclusive a minha participação mas que ainda não tinha estrutura para a realização. O interesse veio com a Diva Figueiredo, então na época superintendente. Essa ideia e metodologia para o tombamento veio muito em conjunto com o que se estava propondo o Depam na época, que era tombamentos que dessem conta de um território maior. Então a ideia era pesquisar, a partir da história, quais eram os vínculos entre os bens culturais que no Piauí, um patrimônio de certa forma "desconhecido". O que se conhecia do Piauí era muito voltado para a arqueologia. O Iphan já havia tombado bens isoladamente no Piauí, sem estabelecer vínculos em rede. Então a estratégia foi estabelecer vínculos históricos no território, conexão entre esses lugares e uma ideia de "mosaico" de patrimônio, porque nessa mesma rede de cidades, encontramos o patrimônio arqueológico, ferroviário, bens imateriais. Então a ideia era estabelecer conexões. Só que cada patrimônio tem seus instrumentos de proteção específicos, o que acaba se enquadrando dentro do que a instituição trabalha. O tombamento foi muito pelo viés histórico, considerando, no caso de Oeiras, as tradições urbanas e religiosas. Em Piracuruca, o estudo é muito focado na arquitetura, já em Parnaíba o estudo é mais focado na paisagem. Em Oeiras, o estudo das procissões religiosas da Semana Santa contribuiu para a definição do perímetro de tombamento.

Você tinha ali uma rede de cidades que nasceram de vilas. O que ficou dessas vilas? A ideia foi fazer essas conexões no território piauiense e quais eram as permanências históricas. Essas vilas que foram definidoras do território piauiense. A ideia era que com o tombamento dessas cidades víssemos outros patrimônios. A ideia de rede era conectar os vários patrimônios inerentes a essas cidades.

Nossa metodologia foi de certa forma uma estratégia. Do ponto de vista da produção dos dossiês foi de tornar visível para o Conselho Consultivo essa rede de patrimônio. A *priori* havia aquela ideia de tombamento de conjuntos urbanos e só. Nosso argumento tinha um olhar diferenciado para os conjuntos urbanos, que era o olhar do Depam também, de ampliar o olhar dos bens culturais pelo território.

Aqui no Piauí havia uma abertura muito grande para outros tombamentos em âmbito estadual e municipal, havia um alinhamento nesse sentido. A ideia era também de alinhar os tombamentos federais, estaduais e municipais, e isso constituía uma aliança para a gestão desses bens.

D.L: Em relação aos conjuntos urbanos, havia uma ideia explícita de se fazer uma contraposição conceitual aos tombamentos de cidades-monumentos ou de cidades-documentos?

C.A: Havia sim muita ciência de que havia uma resistência em relação aos tombamentos. Mas, falando por mim, que participei das discussões, não era talvez um sentido de ruptura,

mas de um sentido de inclusão. Que excepcionalidade é essa? Será que a excepcionalidade está só nas igrejas barrocas? Porque não a formação do território se constituir como uma excepcionalidade? Eu lembro que havia nos "bastidores" a ideia de que estávamos "banalizando" o tombamento. E esses comentários tem a ver com isso. Tínhamos a ideia de aproximar o patrimônio das pessoas, do cotidiano. Houve alguma discussão em relação ao Livro do Tombo de Belas Artes, talvez em Piracuruca, por conta da arquitetura. Mas a ideia era atribuir outro valor, entender como conjunto, como paisagem diferenciada, de uma outra arquitetura. A ideia então era de incluir esses novos bens, que nem são tão novos assim. Em Oeiras havia o tombamento de três bens isolados, e que o tombamento em conjunto resolveu uma pendencia da instituição que era de não ter definido os perímetros desses tombamentos. O conjunto compreendeu todos esses bens que eram tombados isoladamente. O que é a novidade é a localização e o objeto, muitos mais do que a metodologia, porque o instrumento é o mesmo e continua sendo pelo viés histórico. Nas atas do Conselho Consultivo observamos os argumentos de que o Piauí fora "esquecido", que era um "tesouro escondido", "que bom que finalmente colocaram o Piauí no mapa do patrimônio do Brasil." Essa inclusão de novos territórios e esse olhar mais ampliado de um conjunto urbano e diversificado era uma questão muito importante. Se fossemos tombar com o olhar "antigo", teríamos um sítio muito menor, e isso é uma atribuição de valor de um grupo de técnicos. No nosso caso, nosso olhar foi mais amplo e diversificado, tendo mais participação social, porque nessas cidades todas havia algum interesse local no tombamento. As pessoas eram nossos parceiros locais e que também ajudava a disseminar a informação e na coleta de dados. Havia uma receptividade.

D.L: Por uma fala do Dalmo Vieira Filho e da Anna Finger a Rede de Patrimônio não deve restringir-se ao território de cada estado. Porque não um trabalho regional, em oposição a um estadual como foi feito no Piauí?

C.A: Tinha só conversas, de pensar em territórios e regiões. Aqui tinha a proximidade com as cidades do Ceará, como Sobral, Viçosa. Um outro viés era também dos jesuítas, que poderia ser uma vinculação com o Ceará, identificação de colégios, de assentamentos, etc. As fontes estariam no Piauí e no Ceará. Mas, do ponto de vista da ação, não conseguimos ultrapassar fronteiras. O Dalmo via nessa rede de cidade do Piauí essa proximidade com o Ceará, o que já se vinha sendo identificado também com os Barcos do Brasil, tanto que ele defendeu muito a constituição do museu do mar em Parnaíba. A gente saiu de três tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí e não tínhamos mais capacidade humana de gerir tantos bens. Então nosso foco foi sendo direcionado para a gestão desses bens. Se tivéssemos tido uma força de trabalho maior teríamos continuado os tombamentos. Como apresentar esses tombamentos para o Conselho também foi muito discutido: se ia os três de uma só vez ou se ia um de cada vez.

D.L: Havia uma ideia de identificação e valorização da paisagem cultural do sertão nordestino a partir do Piauí?

C.A: Isso ficou bem nítido na construção histórica, porque a formação do Piauí está muito vinculada a história da "civilização do couro", a convivência com o sertão, e isso lá em Oeiras é muito forte, por estar localizado bem no meio do sertão. Era uma área de transição com o cerrado também. A gente tem muito clara a paisagem que compõe o sítio,

mas defender a gestão e a preservação dessa paisagem é muito difícil, porque as pessoas querem construir no leito do rio, ninguém entende como um rio faz parte do tombamento. Então na minha avaliação a paisagem não é só um cenário. A paisagem que entrou nos tombamentos foi muito mais essa composição, formação e localização da ocupação humana no território. E isso é muito determinante na gestão, os rios que fazem parte da urbanização do território. E quando você não tem uma clareza maior da participação da paisagem no tombamento, fica muito difícil. Esses elementos paisagísticos foram definidores desses sítios, não foi apenas num sentido de "cenário", mas de conformação desses sítios. É uma atribuição de valor da paisagem como definidora do sítio, essencial para o estabelecimento da ocupação urbana do território. Em Parnaíba os rios eram canais de comunicação. Parnaíba se diferencia das outras cidades por conta da navegação fluvial. Nos conjuntos urbanos a paisagem precisa estar mais desenvolvida.

3. Dados do entrevistado e do projeto:
Daniel Barreto Lopes

A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí (2006-2012)

Dados do Depoente:

Nome: Murilo Cunha Ferreira

Cidade: Fortaleza-CE

Profissão: Arquiteto e Urbanista – Superintendência do Iphan no Ceará[46]

Transcrição da Entrevista

Daniel Lopes: Qual foi o seu embasamento teórico-metodológico em relação à instrução dos tombamentos dos Conjuntos Urbanos?

Murilo Ferreira: A gente buscou, com a ideia do tombamento em rede, dar respaldo ao reconhecimento (porque já havia uma demanda de há muito tempo de reconhecer cidades históricas do Piauí) às cidades históricas oriundas dos caminhos do gado, charque e couro. Parnaíba era a cidade "empório" que fazia o escoamento dessa produção. Todas essas cidades estavam interligadas numa mesma lógica econômica e de ocupação do território brasileiro dentro do processo de expansão do território nacional. O Piauí era a "ligação" entre o estado do Maranhão e o estado do Brasil, e tem uma importância histórica do ponto de vista também da geopolítica colonial. Esse arcabouço histórico já havia sido reconhecido na literatura clássica da historiografia brasileira, o próprio Iphan já havia estudado isso, com o Paulo Thedim Barreto e seus inventários da arquitetura colonial piauiense. E por falta de escritório do Iphan, o Piauí passou muitos anos (depois da primeira leva de tombamentos da década de 1940) sem fazer outro tombamento. Com a criação da superintendência em meados de 2000 e com a chegada dos novos concursados

[46] Na época da produção dos processos de tombamentos estudados na presente pesquisa, Murilo Cunha Ferreira fazia parte do quadro de servidores da Superintendência do Iphan no Piauí.

pôde-se ter condições de fazer esses estudos de tombamento. Daí surgiu a ideia do tombamento em rede de conjuntos urbanos, agregando assim os bens que já haviam sido tombados isoladamente.

O arcabouço conceitual era esse reconhecimento histórico, tanto do processo de ocupação e de formação do território brasileiro, o processo econômico que eram as cidades formadas pelo ciclo do gado, a formação de um mercado interno pelos fluxos e caminhos próprios, dentro da própria colônia. O Piauí fazia trocas comerciais com Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. E já no segundo momento, na segunda metade do século XVIII, começou a ter escoamento pelo porto de Parnaíba. E teve um terceiro momento que era a política pombalina de criação de vilas com objetivo de "fixar e ordenar" o território brasileiro. Portugal, objetivando garantir a posse efetiva do território, fundou vilas com estruturação administrativa, religiosa e civil. Nesse contexto, o Piauí foi muito relevante. Teve a criação de Oeiras, no final do século XVII e depois em meados do século XVIII as outras seis vilas criadas de uma só vez. No final dos anos 1990, a gente teve tombamento de cidade cearenses que estavam dentro desse mesmo contexto urbanístico (são cidades sertanejas). Então foi um segundo passo que o Iphan deu, com os tombamentos de conjuntos urbanos no Piauí.

D.L: Por uma fala do Dalmo Vieira Filho e da Anna Finger a Rede de Patrimônio não deve restringir-se ao território de cada estado. Porque não um trabalho regional, em oposição a um estadual como foi feito no Piauí?

M.F: Os grandes inventários o Iphan já praticava esse olhar desde o início. O Rescala veio pro Ceará e fez um amplo inventário. Paulo Thedim Barreto fez um amplo inventário no Piauí. O Dalmo, a frente do Depam na época, tentou implantar os inventários temáticos juntamente com os inventários de rotas culturais. Tinha a rota do São Francisco, a rota da Imigração em Santa Catarina que gerou diversos tombamentos (não foi tombada nenhuma cidade como conjunto urbano). No Nordeste, particularmente Ceará e Piauí, era a rota do gado. Então, quando a gente foi fazer os estudos do Piauí, claro que a gente tinha referencias. Dentro da cartografia histórica, Ceará e Piauí são muitos semelhantes. Tem diversos registros históricos relatando que o gado no Ceará, quando o gado era dizimado pela seca, o Piauí fornecia então gado para o Ceará. O comércio do charque, que começou no Ceará, se expandiu até Parnaíba. Quando fomos fazer os estudos das cidades históricas, com certeza os estudos de Aracati, Icó e Sobral "abriram portas" para que se realizassem estudos no Piauí.

D.L: Em relação aos conjuntos urbanos, havia uma ideia explícita de se fazer uma contraposição conceitual aos tombamentos de cidades-monumentos ou de cidades-documentos?

M.F: Vou falar mais particularmente de Oeiras que foi a que eu me debrucei mais. Eu conhecia esses conceitos de cidade-monumento através de leituras. Sabíamos, pela característica dos sítios históricos do Piauí, que eles não eram "monumentais", não poderíamos comparar esses conjuntos urbanos com Ouro Preto, Salvador, Mariana. Mas não foi uma coisa determinante, um eixo central de construção do argumento. Optamos por colocar Oeiras no Livro do Tombo Histórico e Paisagístico por toda essa importância histórica que te falei e também pela questão da paisagem urbana, que não se discutiu muito na época, mas hoje amadurecei bastante as discussões. A questão dos edifícios

religiosos estruturando a cidade de Oeiras tem a mesma lógica e importância histórica que a cidade de Ouro Preto. A igreja do Rosário em cima do monte, a ligação da igreja matriz com a igreja do Rosário, o casario no entorno, então tudo isso a gente considerou que tinha um relevante valor de paisagem urbana.

D.L: Como foi o trabalho em conjunto com o Depam?

M.F: Alguns pontos foram positivos e alguns pontos geraram alguns conflitos. O Depam trouxe para a gente elementos e aportes que uma superintendência recém-criada não tinha, que tinha um corpo técnico recém ingresso. Excetuando a Diva Figueiredo, a gente não tinha pessoas com experiência. Então isso foi um ponto importante, o pessoal do Depam nos ajudou. Também acho um ponto positivo a ideia de trazer o tombamento em rede, que pôde "desatar alguns nós" e pode acelerar o processo de tombamento, que normalmente seria muito mais demorado. Agora, um ponto negativo, que eu acho, era que a gente estava lá no local, conhecíamos muito mais o objeto, estudávamos, levantávamos dados, víamos a realidade do local. Já o pessoal do Depam ia esporadicamente, e tinha uma visão muito de longe do objeto, e eu acho que isso na época conflitou um pouco, principalmente na definição de poligonais, que eu faço uma crítica a de Parnaíba, que ficou muito extensa. A gente já tinha um exemplo de poligonal muito grande, a de Sobral no Ceará, que tinha problemas de gestão. Mas o Depam não via dessa forma, ele achava que o tombamento tinha que ser muito amplo. A gente está vendo os problemas de gestão de Parnaíba agora, por conta dessas poligonais tão extensas. Mas no geral foi um trabalho muito bom. O de Oeiras ficou mais a nosso cargo, o Depam ficou só acompanhando e ajudando na definição da poligonal de tombamento. Agora, a produção do dossiê foi todo nosso, o argumento foi todo nosso, o Depam aprovou, a Diva supervisionou e fez algumas sugestões. Em Piracuruca fizemos um estudo prévio, mandamos para o Depam para fazer o fechamento. Também acho que Piracuruca ficou uma poligonal muito excessiva, mas o Depam na época entendia poligonais maiores e amplas. Talvez agora seja a hora de fazermos uma rerratificação e diminuirmos essas poligonais, de tombamentos e de entorno. Eu atuei na fiscalização de Parnaíba e em alguns pontos era inviável, porque eram áreas muito distantes e muitas obras em casas pequenas, o que gerava uma dificuldade de gestão muito grande.

D.L: Havia uma ideia de identificação e valorização da paisagem cultural do sertão nordestino a partir do Piauí?

M.F: Com o termo "paisagem cultural", não. Mas hoje, vendo o que a gente fez, ali já havia conceitos que foram sendo amadurecidos ao longo do tempo. A paisagem era uma coisa que ainda estava embrionária dentro do Iphan. Na época a gente discutia pontos que hoje a gente sabe que estão incluídos no conceito de paisagem cultural tal como está escrito na portaria da chancela da paisagem cultural. Mas não tinha esse termo "paisagem cultural" que seria aplicado no Piauí. O que havia era a discussão de ambiência, leituras e apreensão da paisagem que é uma coisa mais ligada ao urbanismo. Esses conceitos estavam influindo nas nossas decisões na construção da argumentação: paisagem urbana de uma cidade remanescente do período colonial sertanejo. O passo que a gente deu, de reconhecimento das cidades históricas do Piauí, faltou ainda um segundo passo, que era o reconhecimento da arquitetura rural. A gente tinha uma ideia de fazer inventários de sedes de fazendas, as unidades de produções, tanto no Piauí como no Ceará. A gente não

tem sedes de fazendas tombadas como tem no Rio de Janeiro, São Paulo. A importância histórica que a gente definiu como valor para um tombamento nacional das cidades eles estão presentes também nesses edifícios isolados de caráter rural.

D.L: No caso de Oeiras, qual foi o nível de importância dado aos elementos imateriais?

M.F: Foi determinante. A gente tinha o decreto nº 3551/2000, então esse assunto estava bem "fresco" na época. A questão de aliar o patrimônio material com o imaterial era uma determinação do Iphan como eixo norteador, e pra gente foi muito importante também. Em Oeiras deixamos muito claro, mais do que nas outras, a questão do imaterial presente no sítio urbano. As manifestações que se davam ali eram muito relevantes, mais do que em Parnaíba e em Piracuruca. O que a gente destacou em Oeiras foram as manifestações que tinham o centro histórico como palco e que de alguma forma moldavam e influíam na paisagem urbana. As manifestações da Semana Santa, com o percurso da Procissão dos Passos, a festa do Divino, a festa do Rosário, a festa da padroeira Nossa Senhora das Vitórias, os Congos que tem o adro da igreja do Rosário como palco da sua manifestação. Destaco aqui que o "palco" como uma vivência, os praticantes usam o centro histórico como uma vivência deles. Isso, no argumento do pedido de tombamento de Oeiras, e no próprio desenho das poligonais, foi determinante, foi um dos pontos centrais. A gente fez algumas entrevistas, como por exemplo, com as senhoras que fazem as flores da procissão do Passos, as pessoas que participavam da procissão, entre outras. Fazíamos também muitas observações do cotidiano, vendo como era que se dava dentro da procissão, o que é que acontecia. Todos esses elementos estão destacados no dossiê.

D.L: Como se dá a gestão dessas cidades hoje?

M.F: Como eu te falei, eu acompanhei a fiscalização de Parnaíba no início. Quando Oeiras foi tombada eu já não estava mais trabalhando no Piauí. A parte da gestão eu não posso te dizer muito. A gente pode ter uma boa ideia de um conceito para valoração mas que não funciona para a gestão. Pode acontecer isso. Por exemplo, a questão do tombamento em rede teve um êxito na valoração dos bens, mas na gestão desses bens ela não funciona muito. Pode acontecer isso. A gente tinha ideia de tombar mais cidades, Amarante e Pedro II, fizemos inventários, levantamos dados, mas não concluímos o dossiê. Então essa seria uma segunda etapa da rede, conectar cidades remanescentes do século XVIII e do séc. XIX. Pelo visto não foi pra frente ainda. Então a ideia da rede, acredito eu, ela teve êxito na parte da valoração, da argumentação. Agora, para a gestão, já é outro problema. Em Santa Catarina, com os tombamentos da imigração, de repente tombaram-se mais de cinquenta imóveis, e isso dá muito trabalho para gerir esses bens. O tombamento em rede teve êxito no Piauí mais pela questão do reconhecimento, porque aí a gente pode acelerar os processos de tombamentos.